

ISSN 0144-0113

Revista Terra e Cultura

Cultura(s), didattica e pedagogia

XXIV

X

X

IV

ANNO LXXVI
2014

n° 46

Editora
UniFil



CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA



*ENTIDADE MANTENEDORA:
INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA*

Diretoria:

Sra. Ana Maria Moraes Gomes Presidente
Sr. Edson Aparecido Moreti Vice-Presidente
Dr. Claudinei João Pelisson 1º Secretário
Sra. Edna Virgínia C. Monteiro de Melo 2º Vice-Secretário
Sr. Alberto Luiz Candido Wust 1º Tesoureiro
Sr. José Severino 2º Vice-Tesoureiro
Dr. Osni Ferreira (Rev.) Chanceler
Dr. Eleazar Ferreira Reitor

TERRA E CULTURA

Ano XXIV – nº 46 – Janeiro a Julho de 2008

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Leandro Henrique Magalhães

CONSELHEIROS

Conselho Editorial Interno

Prof. Ms. Ademir Morgenstern Padilha
Prof^a. Dra. Damares Tomasin Biazin
Prof^a. Dra. Denise Hernandez Tinoco
Prof^a. Ms. Elen Gongora Moreira
Prof^a. Esp. Izabel Fernandes G. de Souza
Prof. Dr. João Antonio Cyrino Zequi
Prof. Dr. João Juliani
Prof. Ms. José Antônio Baltazar
Prof. Ms. José Martins Trigueiro Neto
Prof^a. Dra. Lenita Brunetto Bruniera
Prof. Ms. Marcos Roberto Garcia
Prof^a. Ms. Maria Eduvirges Marandola
Prof^a. Ms. Marisa Batista Brighenti
Prof^a. Ms. Marta Regina F. de Oliveira
Prof^a. Dra. Miriam Ribeiro Alves
Prof^a. Ms. Patrícia Martins C. Branco
Prof. Ms. Pedro Lanaro
Prof. Ms. Rovilson José da Silva
Prof. Dr. Sérgio Akio Tanaka
Prof^a. Ms. Silvia do Carmo Pattarelli
Prof^a. Ms. Karina de Toledo Araújo

Conselho Editorial Externo

Prof. Ms. Adalberto Brandalize
Prof. Dr. Abdalah Achour Junior
Prof^a. Ms. Angela Maria de Sousa Lima
Prof^a. Dra. Dirce S. Fujisawa
Prof^a. Dra. Gislayne F. L. Trindade Vilas Boas
Prof. Ms. Ivan Dutra
Prof. Dr. Jefferson Rosa Cardoso
Prof. Dr. José Eduardo Garcia
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto
Prof. Dr. Laurival Antonio Vilas Boas
Prof^a. Dra. Lúcia Helena Tiosso Moretti
Prof. Dr. Luis Filipe Silverio Lima
Prof^a. Ms. Mara Lúcia Garanhani
Prof^a. Ms. Marcia Josefina Beffa
Prof^a. Ms. Márcia Regina Garanhani
Prof^a. Ms. Maria Elisa Pacheco
Prof^a. Ms. Marisa Batista Brighenti
Prof^a. Dra. Nair Simone de Toledo Costa
Prof^a. Ms. Patrícia Queiroz
Prof^a. Dra. Selma Frossard Costa
Prof^a. Ms. Silvia Helena Carvalho

REVISORES

Thiago Tomasin Biazin
Prof^a. Ms. Esmera Fatel Aureliano Rossi

SECRETARIA

Elaine Dias Giroldo e Juliana Prado Lopes

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Wagner Werner

R349

Revista Terra e Cultura: cadernos de ensino e pesquisa, v.1, n.1, jan./
jun., 1985- . – Londrina: UniFil, 1985.

Semestral

Revista da UniFil – Centro Universitário Filadélfia.

ISSN 0104-8112

1. Educação superior – periódicos. I. UniFil – Centro Universitário
Filadélfia

CDD 378.05

Bibliotecária responsável Thais Fauro Scalco CRB 9/1165

CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA

REITOR:

Dr. Eleazar Ferreira

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO:

Prof^ª. Dra. Georfravia Montoza Alvarenga

COORDENADOR DE CONTROLE ACADÊMICO:

Paulo Silva

COORDENADORA DE AÇÃO ACADÊMICA:

Laura Maria dos Santos Maurano

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO:

Prof^ª. Dra. Damares Tomasin Biazin

COORDENADOR DE PROJETOS ESPECIAIS E ASSESSOR DO REITOR:

Prof. MSc. Reynaldo Camargo Neves

COORDENADOR DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS E COORDENADOR GERAL ACADÊMICO DO NUCLEAD:

Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:

Prof. Ms. Jose Gonçalves Vicente

COORDENADORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO:

Administração	Prof. Ms. Luís Marcelo Martins
Arquitetura e Urbanismo	Prof. Ms. Ivan Prado Junior
Biomedicina	Prof. Esp. Eduardo Carlos Ferreira Tonani
Ciências Biológicas	Prof. Dr. João Antônio Cyrino Zequi
Ciências Contábeis	Prof. Ms. Eduardo Nascimento da Costa
Ciência da Computação	Prof. Ms. Sérgio Akio Tanaka
Direito	Prof. Ms. Osmar Vieira da Silva
Educação Física	Prof. Ms. Pedro Lanaro Filho
Enfermagem	Prof ^ª . Ms. Rosângela Galindo de Campos
Farmácia	Prof ^ª . Dra. Lenita Brunetto Bruniera
Fisioterapia	Prof ^ª . Dra. Suhaila Mahmoud Smaili Santos
Nutrição	Prof ^ª . Ms. Ivoneti Barros Nunes de Oliveira
Pedagogia	Prof ^ª . Ms. Marta Regina Furlan de Oliveira
Psicologia	Prof ^ª . Dra. Denise Hernandes Tinoco
Secretariado Executivo	Prof ^ª . Ms. Izabel Fernandes Garcia Souza
Sistema de Informação	Prof. Ms. Sérgio Akio Tanaka
Teologia	Prof. Ms. José Martins Trigueiro Neto
Turismo	Prof ^ª . Esp. Michelle Ariane Novaki

Rua Alagoas, nº 2.050 - CEP 86.020-430
Fone: (0xx43) 3375-7400 - Londrina - Paraná

www.unifil.br

EDITORIAL

O Centro Universitário Filadélfia – UniFil, por meio de sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG, disponibiliza a edição de número 46 da Revista Terra e Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa. Com corpo editorial formado por importantes profissionais das diversas áreas de conhecimento e recebimento de artigos representativos de instituições de ensino e pesquisa do Brasil, o periódico consolida-se como importante meio de divulgação da produção acadêmica e científica da UniFil e das instituições envolvidas. Aliada aos demais periódicos produzidos pela instituição e ao Simpósio de Iniciação Científica, a instituição apresenta sua preocupação com a produção de seus alunos e professores. Neste sentido, alguns outros instrumentos estão sendo preparados, como a I Mostra de Trabalhos de Pós-Graduação e a Editora da UniFil.

Nesta edição, o **NÚCLEO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SAÚDE** apresenta artigo que trata da auto-imagem do aluno de enfermagem, dois que tratam de tratamentos diferenciados de doenças que afetam parte da população, os renais crônicos e o câncer. Por fim, um artigo que trata do uso de informações por pesquisadores da área de saúde. O **NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS** apresenta artigo sobre os princípios éticos que permeiam a formação do educador e outro que aborda o perfil de adolescentes privados de liberdade. Tema importante abordado são os elementos que marcam um relacionamento estável, na visão dos casais e, por último, artigo que trata da produção e apresentação dos trabalhos acadêmicos. O **NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**, preocupado com as questões que envolvem o mundo produtivo, traz textos vinculados a esta temática, como forma como a reestruturação produtiva afeta o trabalho, em especial da indústria têxtil, outro que trata da ergonomia no ambiente de trabalho e um que apresenta a contribuição da psicologia organizacional na elaboração de plano de cargos, carreiras e salários. Por fim, o **NÚCLEO DE ARQUITETURA, URBANISMO E TECNOLOGIAS** apresenta artigo que trata da importância dos espaços de convivência na educação especial.

Boa Leitura

Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães
Presidente do Conselho Editorial

SUMÁRIO

NÚCLEO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SAÚDE

OS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM ATRAVÉS DE UMA ANÁLISE CRÍTICA EM RELAÇÃO A SUA AUTO-IMAGEM RELACIONADA À PROFISSÃO 13

THE NURSING STUDENTS THROUGH THE CRITICAL ANALYSIS ABOUT THEIR CONFIDENCE
RELATED TO THEIR PROFESSION

Rafael Alves da Silva
Juice Ishie Macedo

STRESS EM RENAS CRÔNICOS: TREINO DE RELAXAMENTO AMENIZANDO A SESSÃO DE HEMODIÁLISE 23

STRESS IN CHRONIC RENAL: TRAINING OF RELAXATION EASING THE SESSION OF
HEMODIALYSIS

Ana Paula Pedroso
Camila Sacchelli Tomasetti
Carolina I. Coelho
Elen C. de Abreu Pinho
Simone M. Oliani

CÂNCER: UM ESTUDO DAS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS SOBRE UM GRUPO DE PACIENTES 33

CANCER: A STUDY OF THE CAUSES AND CONSEQUENCES OF A GROUP OF PATIENTS

Carmen Garcia de Almeida
Renata Garcia de Almeida Moraes

REDE DE INFORMAÇÕES ELETRÔNICAS PARA PESQUISADORES DA ÁREA DA SAÚDE 43

ELETRONICS NETWORK FOR HEALTH'S RESEARCHERS

Damare Tomasin Biazin

NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PRINCÍPIOS ÉTICOS NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR 57

ETHICAL PRINCIPLES IN THE EDUCATOR'S FORMATION

Claudiney José de Souza

PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO ESCRITA DO CONHECIMENTO NA GRADUA- ÇÃO 65

PRODUCTION AND THE WRITTEN PRESENTATION KNOWLEDGE AT GRADUATION

Maria Inez Barboza Marques

PERFIL DOS ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE EM UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA, NO ANO DE 2006 75

PROFILE OF LIBERTY DEPRIVED ADOLESCENTS IN A CUSTODY UNIT IN THE COUNTY OF LON-
DRINA IN 2006

Silvio Luis Martins
Christine Baccarat de Godoy Martins

9

R
E
V
I
S
T
A

RELACIONAMENTO ESTÁVEL NA VISÃO DE CASAIS.....	87
STEADY RELATIONSHIP IN THE VISION OF COUPLES	
Josilene A. Schimiti	
Letícia P. de Melo Sarzedas	

NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NAS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES DO SETOR TÊXTIL/VESTUÁRIO DO PARANÁ	101
AN ANALYSIS ON THE IMPACTS OF THE PRODUCTIVE RESTRUCTURING IN THE WORKERS' OF THE SECTION TÊXTIL/VESTUÁRIO OF PARANÁ REPRESENTATIVE ORGANIZATIONS	
Ângela Maria de Sousa Lima	

ERGONOMIA NO AMBIENTE DE TRABALHO COM ÊNFASE PARA MESA DE ESCRITÓRIO.....	120
ERGONOMIC IN THE WORK'S AMBIENT WITH EMPHASIS TO TABLE OFFICE	
Akio Cyoia	
Angélica Golono de Deus	
Bruno Bazzo Jota	
Érica Adriana Casaroto	
Aparecida Vani Frasson Gaion	

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CARGOS CARREIRAS E SALÁRIOS EM UMA EMPRESA DO RAMO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DE LONDRINA	124
CONTRIBUTIONS TO POSITIONS CAREERS AND SALARIES PROGRAMME'S DEVELOPMENT IN A AGRICULTURAL MACHINES AND EQUIPMENT'S BRANCH COMPANY IN LONDRINA	
Bárbara Comegno	
Elen Gongora Moreira	
Roberta Aidar	

NÚCLEO DE ARQUITETURA, URBANISMO E TECNOLOGIAS

ARQUITETURA, ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL	135
ARCHITECTURE, LIVING TOGETHER SPACES AND ESPECIAL EDUCATION	
Agda Patrícia Felizardo	
Antonio Manuel Nunes Castelnou	

10

NÚCLEO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SAÚDE

OS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM ATRAVÉS DE UMA ANÁLISE CRÍTICA EM RELAÇÃO A SUA AUTO-IMAGEM RELACIONADA À PROFISSÃO

THE NURSING STUDENTS THROUGH THE CRITICAL ANALYSIS ABOUT THEIR CONFIDENCE RELATED TO THEIR PROFESSION.

*Rafael Alves da Silva
Juice Ishie Macedo**

RESUMO:

O presente estudo teve como campo de pesquisa uma Instituição de Ensino Superior, tendo como atores sociais da pesquisa quarenta alunos do curso de bacharelado em enfermagem matriculados no ano letivo de dois mil e seis. Eles foram escolhidos para participar da pesquisa de forma aleatória. No mês de abril de dois mil seis foi realizada a coleta de dados. A análise dos dados e discussão dos mesmos foi realizada no período de agosto a dezembro do ano de dois mil e seis. O objetivo deste estudo foi pesquisar em que padrão cognitivo e afetivo os estudantes estão elaborando a sua performance profissional. Os dados foram coletados por meio de um questionário semi-estruturado aplicado de forma individual para todos os alunos com uma questão dissertativa e algumas questões objetivas. Os resultados, organizados em cinco categorias, mostram que os futuros enfermeiros pretendem ser profissionais competentes; dedicar-se à profissão com responsabilidade e autonomia; assistir o paciente, vendo-o como um ser holístico. E promover o melhor nível de saúde e bem estar individual e familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Estudantes de Enfermagem, Postura Profissional, Enfermagem.

ABSTRACT:

The present study was carried through a Higher Education Institution having as social actors forty students from the bachelor nursing course enrolled in the year of two thousand and six. They were chosen to participate of this research in a random way. In April of two thousand and six the collection of data was carried through. The analysis of the data and the discussion of the same ones were carried through in the period from August to December of two thousand and six. The aim of this study was to research in what affective and cognitive standard the students are elaborating their professional performance. The data were collected by a half-structuralized questionnaire applied individually for all the students with a dissertative question and some objectives questions. The results, organized in five categories, show that the future nurses intend to be competent professionals, dedicate themselves to profession with responsibility and autonomy, attend the patient seeing it as a holistic being. And promote the best health level and an individual and familiar welfare.

KEY-WORDS: Nursing Students, Professional Position; Nursing

*Graduação em Enfermagem e Obstetrícia. Universidade Estadual de Maringá. Especialização em Administração da Assistência de Enfermagem pela mesma instituição. Mestrado profissionalizante em Biotecnologia Médica pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Docente do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR. E-mail: jimacedo@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O ser humano é o único ser vivo entre os demais, com capacidade de tomar consciência de si mesmo e do mundo que o cerca, apresentando uma complexidade maior no desenvolvimento do seu comportamento.

A maneira como o ser humano vê a si mesmo, representa sua auto-imagem. Ela vai sendo formada em interação com o ambiente concomitante ao seu desenvolvimento, vindo a resultar em seu auto-conceito.

Segundo Leddy e Pepper (1985), auto-conceito pode ser definido como a opinião que cada um tem de si. Em geral, é influenciado pela interação com outras pessoas que ele considere importante. O eu pessoal se forma por meio de percepções conscientes e inconscientes de todas as outras experiências vividas, incluindo os êxitos e os fracassos. Sendo assim, quando essa avaliação é percebida de forma positiva pela pessoa o eu bem se fortalece, e quando a avaliação é percebida de forma negativa o eu mau se fortalece. Existe ainda uma relação entre o auto-conceito e o nível de ansiedade vividos nas relações com as pessoas importes. Assim, a formação de um auto-conceito positivo está referenciada nos relacionamentos e em circunstâncias amenas - o inverso resulta no eu negativo.

Este trabalho abordará os aspectos sobre os quais o estudante de enfermagem vai formando a imagem que deseja para si como profissional, em contrapartida uma auto análise, sobre as respostas que serão condizentes as atitudes de cada estudante; de forma que poderão responder, se as atuais formas de comportamento enquanto discentes serão as possíveis atitudes quando tornarem-se profissionais, e se as mesmas contribuem ou fornecem subsídios para alcançarem o perfil profissional que desejam. A partir dessa abordagem complexa e ao mesmo tempo singela, uma vez que se refere ao ser humano e ao seu estilo constitutivo de cuidar de outros seres emergem questionamentos que podem constituir pontos importantes para outros estudos sobre o perfil e competências do enfermeiro para o terceiro milênio.

O estudo fundamentar-se-á na opinião dos alunos do curso de enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior matriculados no ano letivo de dois mil e seis e na imagem que o acadêmico de enfermagem deseja para si quando no desempenho da profissão.

A formação do eu profissional é construída tendo por base a mesma estrutura referida para o eu pessoal, uma vez que o enfermeiro interage constantemente com o ambiente, seja como ser humano seja como profissional. Assim, ao desenvolver o seu eu pessoal, esse por sua vez, exerce influência sobre o eu profissional.

É importante destacar que o ambiente social exerce influência na auto-imagem do profissional, que, por sua vez, é influenciado pela atividade que desempenha. A profissão às vezes, é marcada por questões históricas ou é mesclada por vieses preconceituosos, podendo influenciar de forma positiva ou negativa a auto-imagem do profissional.

O fato de a Enfermagem ser uma atividade profissional predominantemente feminina Coradini (1963), exerce influência na imagem representada pelo profissional nesse campo de trabalho, associada aos aspectos de que, historicamente, a evolução da mulher na sociedade tem sido influência da família, da moral sexual, da autonomia profissional e da estruturação da própria lei trabalhista que, muitas vezes, não concede o respaldo financeiro em equivalência do homem para a mulher que trabalha e ocupa cargos de igual atividade. Podem esses aspectos contribuir

para a formação de um auto-conceito profissional negativo, retratando opressão, retraimento e pouca iniciativa.

No entanto, ter uma opinião boa sobre si mesmo é imprescindível para o desempenho de funções profissionais eficientes e para estabelecimento de relações interpessoais saudáveis, uma vez que a maneira como o indivíduo vê a si mesmo com pessoa e como profissional, influencia no modo de pensar e de agir nas relações profissionais. Coradini (1983).

Hoje, fica fácil perceber que a formação do profissional enfermeiro tem passado por modificações consideráveis ao longo dos anos e mais recentemente desde 1995, quando a legislação do exercício profissional passou por significativas mudanças curriculares, com a substituição curricular do enfoque biomédico pelo humanístico e com a introdução de disciplinas como antropologia e filosofia, subsidiando o novo perfil do profissional de enfermagem, adequando-o aos novos parâmetros do século XXI.

À luz desse novo enfoque na sua formação, o enfermeiro pode ter a imagem de um profissional que tem o olhar mais na saúde do ser humano do que na doença, mesmo por que a doença poderá ser decorrente de um aspecto social. Esse suporte científico-filosófico veio subsidiar a prática profissional, de forma a atender melhor as expectativas da população. Conforme Damasceno (1991), a formação dos profissionais de saúde sofre também a influência das prioridades das políticas de saúde do governo. Tendência essa enfatizada no atual currículo, que define os novos enfoques da formação do futuro enfermeiro em suas quatro áreas temáticas compostas pelas bases biológicas e sociais, inseridas as disciplinas humanas; pelos conteúdos técnicos e metodológicos, instrumentos fundamentais do trabalho da enfermeira e da equipe de enfermagem; pelos conteúdos teóricos e práticos que configuram a assistência de enfermagem ou o cuidar; e, ainda, pela área que enfatiza a administração, tendo o fechamento com o conteúdo de estágio curricular supervisionado nos níveis de atenção hospitalar e comunitária. Brasil (1994).

O intuito de adequar a formação básica do enfermeiro às necessidades atuais da sociedade, de forma que o perfil de saída da universidade desse profissional viesse atender às reais necessidades da sociedade moderna, motivou a iniciativa dessa reforma curricular por parte das Escolas de enfermagem e das entidades representativas da profissão. Isso porque se observou que, em determinados parâmetros, o perfil do enfermeiro não mais atendia, na sua totalidade, às exigências do mercado de trabalho, agora voltado a atender de uma forma mais integral as necessidades do ser humano, desde o sentido social e humanístico, incluindo-se determinados aspectos éticos e profissionais, e tendo em vista a promoção da saúde em toda a sua complexidade.

Um novo enfermeiro, com uma imagem moderna, altruísta, autônoma e independente, precisava surgir e se posicionar perante a sociedade, acompanhado sem dúvidas, de um novo olhar dos docentes, encaminhando a reconstrução de conceitos que direcionem o novo perfil do profissional enfermeiro de que a sociedade precisa, capaz de alicerçar uma auto-imagem mais atual e principalmente científica.

2. METODOLOGIA

Foi realizado um estudo exploratório-descritivo, que de acordo com Triviños (1997), permite descrever os fatos e os fenômenos de determinada realidade aumentando a experiência do investigador em torno do problema. Participaram do estudo quarenta alunos do curso de

bacharelado em enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior (IES) no noroeste do Paraná, os mesmos foram escolhidos aleatoriamente. Os dados foram coletados no período do primeiro semestre do ano letivo de dois mil e seis, por meio de um questionário semi-estruturado com perguntas objetivas e uma dissertativa, na qual era solicitado ao estudante traçar a imagem ou perfil do enfermeiro (a) que ele (a) desejava ser ao se formar, seguindo todos os aspectos éticos e legais preconizados pelo conselho Nacional de Saúde respeitando o código de deontologia da enfermagem.

Os resultados foram organizados e trabalhados segundo o método de análise de conteúdo recomendado por Bardin (1997), usando a técnica de análise categorial, que de acordo com Rodrigues e Leopardi (1999), permite descrever de forma objetiva e sistemática o conteúdo presente na comunicação. De acordo com a técnica, após várias e sucessivas leituras os dados foram organizados por recortes, isto é, agrupados em suas semelhanças, que originaram cinco categorias, tendo em vista as convergências e as tendências filosófico-profissionais indicada pelos respondentes. Cada categoria foi apresentada com seus respectivos grupos de recortes semelhantes e analisada descritivamente.

3. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Primeira Categoria: Liderança e Dinamismo na Atuação Profissional

Apresentam-se a seguir, os resultados, agrupados conforme suas semelhanças, que originaram essa primeira categoria.

- compreensivo, orientador, atuante, responsável, receptivo e justo;
- competente, engajado, autônomo, que tome suas próprias decisões e iniciativas adequadas para cada situação;
- responsável, dedicado, pontual, prestativo e interessado;
- ser comunicativo, inovador, com bastante domínio e competência intelectual;
- com capacidade de liderança e organizado.

É bastante alentador perceber que a atual geração desponta para a enfermagem demonstrando maturidade em seu desejo de atuação profissional. Os itens destacados dos discursos mostram que esses futuros profissionais reivindicam condições de trabalho adequadas a uma atuação dinâmica e eficiente, para que possam desenvolver-se com competência e dinamismo, aperfeiçoando seus conhecimentos, tem do em vista o compromisso de elevar, sempre, o nível da profissão.

São destacados, em particular, os aspectos do engajamento autônomo por meio de decisões coerentes em termos científicos e profissionais. Surgem também a responsabilidade, a dedicação e o interesse pelo paciente.

Destacam-se ainda, a capacidade de liderança e organização, cujo uso é de grande importância no cotidiano da prática do enfermeiro. Para tanto, necessário se fez ter um olhar voltado para o projeto profissional centrado na própria realidade; tornar prazerosa a busca pelo conhecimento, acreditando nas verdades que ditam os próprios sentimentos e baseando neles, também, o próprio agir e as próprias verdades, conforme sugere Giles (1975). Estruturar sempre, aprofundando o delineamento do objetivo da prática específica do enfermeiro, formulando defini-

ções conceituais claras que visem o aperfeiçoamento adequado das técnicas e do corpo de conhecimentos científicos e filosóficos da enfermagem, clarificando princípios e processos, e encaminhando resultados embasados na pesquisa. Deve-se sempre ter em mente que a imagem do profissional na sociedade é determinada pelo reflexo, pela importância e pelo impacto que na sua atividade provoca nela, que pode influenciar fortemente as mais importantes formas de organização. Francastel (1983).

Conforme Mills (1992), para conhecer as reais possibilidades na própria vida o indivíduo deve ter consciência das possibilidades das demais pessoas em circunstância idênticas às dele. Em sua trajetória de vida, a pessoa pode estar fortemente afetada pela realidade que lhe apresenta, a qual pode interferir sobre o destino de cada um, a despeito das habilidades pessoais e profissionais, a fim de ampliar seus limites de aprendizagem, podendo assim projetar para a sociedade o resultado de um trabalho harmônico, voltado para o bem estar da comunidade no contexto da valorização do ser, enquanto pessoa e enquanto profissional. Uma vez que, segundo Teixeira (1988), o “nosso fazer constitui a ponte da nossa relação imaginária com o mundo”. A própria identidade decorre de idéias-imagens atribuídas a si, bem como o estabelecimento de divisões, a legitimação do poder e a concepção de modelos para a própria conduta, constituindo em relações coletivas da realidade, e não reflexo da mesma, conforme refere Pesavento (1992).

3.2 Segunda Categoria: Responsabilidade e Autonomia no Desempenho Profissional

Os resultados pertinentes a essa categoria estão apresentados a seguir.

- seguro, participativo no cuidado do paciente e no serviço;
- ter conhecimento e saber como utilizá-lo na prática;
- compreensivo, responsável, honesto, sincero, assíduo e humano;
- procurar desenvolver a inteligência emocional, carinhoso, humanitário, simpático, criativo;
- ser ativo e capacitado a tomar decisões;
- assumir seu papel no cumprimento das responsabilidades.

17

Os dados mostraram que os futuros enfermeiros demonstram capacidade para estabelecer um sentido para a ação de enfermagem. A competência, a responsabilidade e a autonomia no desempenho profissional surgem a partir dos dados, com bastante ênfase, o que mostra que os futuros profissionais têm um bom nível de orientação profissional.

Outro aspecto bastante enfatizado foi ainda, a importância de saber utilizar, na prática, os conhecimentos científicos. Destaque especial é dado ao posicionamento profissional e ético na ação assistencialista e administrativa, a segurança e a flexibilidade diante das dificuldades.

Qualidades como honestidade, sinceridade, assiduidade e humanitarismo são citados como de grande importância no exercício profissional. Necessário de faz que haja um constante incentivo, no sentido de que esses futuros profissionais caminhem rumo a concretização de suas intenções de tal forma que possam criar sua própria luminosidade mesmo tendo que remar contra a maré, sem interromper seus sonhos, as suas esperanças, nem se deixar exaurir na conturbada realidade. Já que as imagens reais são criadas pelo próprio ator, tal como referido por Ulmann (1985).

É destacada ainda a necessidade de desenvolver a inteligência emocional, o carisma e a criatividade. Enfermeiros e enfermeiras estão atentos à necessidade de uma formação eclética, atualizada e humana, a fim de poderem ir ao encontro dos próprios sonhos de crescimento e realização pessoal e profissional. Segundo Pesavento (1992), a legitimação do poder e da competência poderá ser estabelecida a partir das representações coletivas e do reflexo da imagem do profissional na sociedade. Tendo sempre em vista a remodelagem da imagem do enfermeiro junto à sociedade de forma a suplantar determinados esteriótipos históricos da profissão que muito têm retratado a ascensão do seu status na sociedade.

3.3 Terceira Categoria: Valorização da Profissão

A seguir, apresentamos o grupo de resultados que compuseram essa categoria.

- comprometido com a profissão, com os colegas e os pacientes;
- enfermeiro que ama o que faz;
- busca a cada dia aprender a atualizar-se sobre os aspectos relevantes da assistência e da administração em enfermagem;
- envolvido em acontecimentos políticos e de categoria;
- procurar tornar a enfermagem uma profissão cada vez mais valorizada.

Os componentes cognitivo, afetivo e comportamental são importantes na estruturação das atitudes do ser humano, sejam elas relacionadas a idealizações ou realidades profissionais. As mesmas se incorporam à pessoa no cotidiano de alguma prática da vida e se incluem no complexo de crenças e sentimentos que farão uma ponte do interior com o exterior de cada pessoa, resultando em uma estrutura de personalidade, em um comportamento. Farão parte do indivíduo em todas as situações em que haja a demanda daquele comportamento. Frente a um determinado estímulo a resposta terá sempre um mesmo direcionamento.

O valor precisa se tornar internalizado, afim de que possa ser estabelecida uma ponte entre consciente e inconsciente. As ações passam a ser direcionadas de forma praticamente automatizadas. Atitudes e objetivos serão como força de atração. O valor se torna inquestionável, dirigindo a conduta relativa ao objetivo determinado. A qualidade, o valor daquele padrão, sua conotação na vida da pessoa é denunciado, demonstrado por comportamentos que envolvem conhecimento e tipo de sentimentos em relação ao objeto determinado.

A forma de interação da pessoa com determinado objeto em qualquer situação mostrará o tipo de sentimento, prazer, tristeza, alegria ou outro, da pessoa com referido objeto. É enfática a importância destacada ao amor e à paixão pela enfermagem, pelo trabalho que executa, enfim, pela profissão. É, sem dúvida, da maior importância essa atitude mental dos estudantes em relação em enfermagem, que merece ser vista e tratada com o maior zelo, tendo em vista sua cientificidade e finalidade para a vida das pessoas e da sociedade.

3.4 Quarta Categoria: Relacionamento Humanístico, Ético e Pessoal no Desempenho Profissional

Os resultados apresentados abaixo originaram a quarta categoria.

- manter um bom relacionamento com o paciente e a equipe em geral;
- ser humano, democrático e justo, tratando bem tanto o paciente quanto a equipe;
- promover interação afetiva entre a equipe profissional, buscando, acima de tudo, interação com o cliente;
- ser sereno, dedicado, atencioso e prestativo.

Ao vislumbrarmos os desejos e as aspirações desse estudante para o seu perfil de futuros profissionais, entendemos ser provável que esses fazem uma reflexão sobre conceitos teóricos estudados, realizem também uma crítica sobre atitudes observadas por eles enquanto realizavam a experiência em campo de prática.

Com base nos resultados, vê-se que os futuros enfermeiros desejam realmente instituir mudanças em sistemas que não servem mais como referenciais. Conforme destacam, o relacionamento cortês e agradável com pacientes, colegas e equipe é fundamental, bem como a interação afetiva e efetiva, tanto em equipe, quanto com o paciente, incluindo-se ainda, a dedicação e a prestatividade à clientela. Percebe-se, portanto, uma consciência profissional a respeito da performance ético-profissional do enfermeiro, tendo em vista o contexto filosófico da profissão, considerando-se mesmo que a relação de cada um com o mundo ocorre e decorre do seu fazer, dependerá do seu status na sociedade.

19

3.5 Quinta Categoria: Competência no Cuidado com o Paciente

Apresenta-se abaixo, os resultados pertinentes à quinta categoria.

- enfermeiro que atue direto com os pacientes, sendo competente dedicado e responsável;
- promover o melhor nível de saúde e bem-estar individual e familiar, numa visão holística;
- desenvolver não só os procedimentos técnicos, mas também os conhecimentos científicos;
- com uma visão crítica de todo o processo de assistência da enfermagem, procurando sempre associar a teoria com a prática;
- manter-se atualizado e prestar uma assistência que leve satisfação ao cliente;
- atender o paciente em suas necessidades básicas, além de fornecer apoio psicológico.

É bastante satisfatório perceber que sobre esse item recaiu o maior número de indicações. Vê-se que o cuidado com o paciente constitui um fator sem dúvida de importância fundamental, de uma forma geral para os enfermeiros; no caso, os futuros enfermeiros já têm idêntico entendimento. Os dados mostraram que a competência para o cuidado direto com o paciente é um alvo que os estudantes desejam atingir. São também enfatizadas, paralelamente, a dedicação e a responsabilidade para com o paciente e a administração do cuidado. O que pode consti-

R
E
V
I
S
T
A

tuir sem dúvida, uma forma de projeto para assegurar a própria autonomia referente ao tipo e à importância de trabalho, às decisões que as enfermeiras desenvolvem. Os enfermeiros poderão ampliar essas possibilidades, a partir da criatividade e da capacidade de formular idéias na manipulação dos fatos; de forma a permitir, conforme Augras, (1994, p.22) “transcender as limitações oriundas do sistema de tensões”.

Trabalhando, tendo em vista os princípios da ciência no que se refere o fazer do enfermeiro, no sistema social e na complexidade da relação entre sistema e mundo circundante; visando incorporar ao antigo um novo paradigma, o qual passa, certamente, por importantes atualizações na conceitualização sistêmica neste ramo de conhecimento que é a enfermagem, parafraseando Rodrigues e Arnold (1990). Tornando o atuar do enfermeiro, marcado pela realização de pesquisas e manejos de métodos e técnicas estrategicamente transparentes à sociedade, em toda a sua abrangência.

Outro dado relevante referente a esse aspecto é a valorização humana, tanto no sentido relacionado ao profissional, quanto ao paciente, sendo destacada a relevância do domínio dos conhecimentos científicos e a atualização, relativos aos cuidados. Nesse sentido está destacada, ainda, a preservação da individualidade e a integridade do paciente, bem como sua satisfação. O conhecimento de si mesmo e as sutilezas da ética profissional e da saúde são aspectos pelos quais passaram fortemente o âmbito da imagem do enfermeiro frente à coletividade. É importante buscar vencer os obstáculos dessa projeção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

20

Nos aspectos abordados observa-se todo um processo de inter-relacionamento de imagens, considerando a dimensão passada e futura, à luz das ações desenvolvidas pelo discente da enfermagem.

A identidade atribuída a si pelo indivíduo envolve a concepção de modelos para sua conduta, podendo resultar de auto-reflexão, em que se insere elaboração teórica a partir de conceitos, idéias e teorias, estruturando um paradigma que segundo Mendes (1996), é o conjunto de elementos culturais, de conhecimentos e códigos teóricos e metodológicos. Na busca ainda, da sua independência científica e profissional, enfermeiros desejam maior competência que os coloque em condições de prestar uma assistência de enfermagem adequada, de forma a se sentirem satisfeitos e realizados com sua profissão, não medem esforços na caminhada por uma independência mais plena.

Uma vez que a imagem do profissional na sociedade está condicionada ao impacto provocado na sociedade por suas atividades, conforme nos coloca Francastel (1983). Refere Leopardi (1988) não ser suficiente produzir trabalhos científicos, é necessário provocar de fato, uma mudança na prática. As atuais exigências da sociedade, os processos de mudança e a evolução da tecnologia e do conhecimento humano, influenciam a prática da enfermagem no sentido de melhorar a assistência. Daí a necessidade de os futuros profissionais de enfermagem se instrumentalizarem com conhecimento técnico especializado e outros conhecimentos necessários ao desenvolvimento da competência, a fim de se tornarem profissionais diferenciados, podendo enfrentar melhor um mercado de trabalho mais competitivo.

É importante que se apresente versatilidade, criatividade e senso crítico ao desen-

volvimento de suas ações específicas, bem como para a aquisição de competências, de forma a se tornarem aptos a enfrentar novas oportunidades concernentes as suas funções.

O dinamismo da enfermagem no tempo e no espaço decorre da necessidade de acompanhar a evolução e as alterações tecnológicas e ambientais, o que incita os profissionais a se tornarem aptos ao exercício das atividades de cuidar. O estudante necessita, portanto, entrar em contato mais direto com o exercício das ações profissionais que envolvem a prática, em toda a abrangência do cotidiano. E, frente a grande diversidade de atividades apresentadas no cenário de trabalho do enfermeiro hospitalar, ter o discernimento de não se envolver em tarefas não coerentes com o seu papel de cuidar direto do paciente, a fim de prevenir conflitos interpessoais e situações estressantes nas relações interpessoais com a equipe de enfermagem e multiprofissional.

Conclui-se que o conceito de enfermeiro que o estudante de enfermagem deseja para sair ao se formar é fundamentalmente, ser competente, responsável, comprometido com a profissão com os colegas e pacientes, capaz de tomar decisões, atuar junto ao paciente vendo-o como um ser holístico, ter bom relacionamento e estar constantemente atualizado.

Os resultados apontam que o campo da enfermagem vem sendo contemplado com mudanças e adequações. Caminha no sentido de encontrar sua real identidade, uma vez que vem procurando associar conceito e teorias à prática profissional.

REFERÊNCIAS

AUGRAS, M. *O ser da compreensão*. Petrópolis: Vozes, 1993

BRASIL. Portaria 1721, de 15 de dezembro de 1994. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Enfermagem. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 238.p.1981, 16 dez. 1994.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Persona, 1997.

CORADINI, S. R. e Colaboradora. A profissional enfermeira frente às influências da evolução histórica da mulher. *Revista Brasileira de enfermagem*, n.36, p. 246 – 254, 1983.

DAMASCENO, R. N. *Relacionamento aluno-paciente: do senso comum a uma compreensão crítica*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

FRANCASTEL, P. *Imagem, visão e imaginário*. São Paulo: Martins fontes. 1983

GILES, T. R. *História do existencialismo e da fenomenologia*. São Paulo: EDUSP, v 1, 1975.

LEDDY, S, PEPPER, J. M. *Bases conceptuales de la enfermaria profisionel*, Filadélfia J. B. Lippincott Company, 1985.

LEOPARDI, M. T. *Com um olhar para o século XXI. Perspectivas de impacto*. Texto mimeografado. Florianópolis, 1998.

MENDES, E. V. *Uma agenda para a saúde*. São Paulo: HUCITEC 1996

MILLIS, C. W. *A imaginação sociológica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

RODRIGUES, M. S. P. LEONARDI, M. T. *O método de análise de conteúdo: uma visão para enfermeiro*. Fortaleza: Fundação cearense de pesquisa, 1999.

RODRIGUEZ, D. ARNOLD. M *Sociedad y teorías de sistemas*. Chile. Ed. Universitária, 1990

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org) *500 anos de América: Imaginário e utopia*. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1992

TEIXEIRA, M. C. S. *Sócio-antropologia do cotidiano e educação: representando aspectos da gestão escolar*. 1988. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa*. São Paulo: Atlas, 1997.

ULMANN, L. *Opções*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1985.

STRESS EM RENAIIS CRÔNICOS: TREINO DE RELAXAMENTO AMENIZANDO A SESSÃO DE HEMODIÁLISE

STRESS IN CHRONIC RENAL: TRAINING OF RELAXATION EASING THE SESSION OF HEMODIALYSIS

Ana Paula Pedroso*
Camila Sacchelli Tomasetti*
Carolina I. Coelho*
Elen C. de Abreu Pinho*
Simone M. Oliani**

RESUMO:

A insuficiência renal é provocada por doenças que tornam o rim incapaz de realizar suas funções, vindo a ocorrer lesões renais irreversíveis e progressivas. O rim pode perder suas capacidades funcionais, sem causar maiores danos ao paciente. Entretanto, quando a perda é maior do que 75% começam a surgir problemas de saúde, devido às alterações funcionais graves e progressivas. Pacientes portadores de insuficiência renal crônica têm, geralmente, sido submetidos a dois tipos de tratamento: a diálise peritoneal e a hemodiálise. O número de pacientes que são submetidos à diálise peritoneal é da ordem de 2% a 5% dos renais crônicos e o restante desta percentagem são submetidos à hemodiálise. Todo paciente crônico apresenta algum tipo de comprometimento emocional, podendo afetar diversos aspectos da vida do indivíduo, tais como: relacionamentos, auto-estima, qualidade de vida e esperanças de sobrevivência. Com o problema renal, ainda podem ocorrer alterações psicológicas, emocionais e intelectuais. Esse trabalho teve por objetivo avaliar o nível de estresse em renais crônicos que eram submetidos à hemodiálise e verificar se a intervenção de relaxamento fisiológico poderia reduzir os níveis de estresse. A pesquisa foi realizada após ter sido aprovada pelo Comitê de Ética da UniFil, com critérios de inclusão e exclusão. Foi aplicado um questionário com perguntas fechadas, avaliação de nível de estresse e avaliação de experiências recentes. Foram selecionados dois grupos para pesquisa, um de controle e outro de intervenção, nos quais os escolhidos eram pacientes renais crônicos com diagnóstico há mais de três anos, realizavam hemodiálise de duas a três vezes por semana e com idade superior a vinte anos. Após essa seleção, foi aplicado o inventário de sintomas de estresse para adultos de Lipp (ISSL), para verificar se o relaxamento progressivo de Jacobson produziria a redução de estresse nesta população. Verificou-se que os sintomas do nível de estresse diminuíram e que alguns pacientes passaram da fase de exaustão para a fase de resistência. A predominância do estresse antes psicológico passou para físico/psicológico. Acredita-se que essas mudanças ocorreram devido à intervenção através do relaxamento aplicado. Diante dos resultados significativos com relação ao estresse, sugere-se uma intervenção terapêutica visando à redução de estresse com os renais crônicos, no qual se obteve grande êxito na pesquisa realizada.

PALAVRAS CHAVE: Renal crônico, Estresse, Tratamento, Relaxamento.

*Discentes do Curso de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia – UniFil

**Docente do Curso de Psicologia da UniFil.

ABSTRACT:

Renal insufficiency is caused by diseases that turn the kidney unable to accomplish its functions, coming to happen irreversible and progressive renal injuries. The kidney can lose its functional capacities, without causing major damages to the patient. However, when the loss is larger than 75%, it starts appearing health problems, due to the serious and progressive functional alterations. Patients suffering from chronic renal insufficiency have usually been submitted to two kinds of treatment: peritoneal dialysis and hemodialysis. The number of patients that are submitted to peritoneal dialysis is about 2% to 5% of the chronic renal, and the remaining of this percentage are submitted to hemodialysis. Every chronic patient presents some type of emotional compromising, that can affect several aspects of the patient's life, such as relationships, self-esteem, quality of life and survival hopes. With the renal problem, it can still happen psychological, emotional and intellectual alterations. This work had as objective to evaluate the stress level in chronic renal that were submitted to hemodialysis and verify whether the intervention of psychological relaxation could reduce the stress levels. The research was accomplished after being approved by the Ethics Committee of Unifil, with inclusion and exclusion criteria. A questionnaire was applied with closed questions, an evaluation of the stress level and an evaluation of recent experiences. Two groups were selected for the research, a control group and an intervention one, where the chosen were chronic renal patients with diagnosis of more than three years, that were taking hemodialysis two to three times a week and age over twenty years old. After this selection, it was applied Lipp Stress Symptoms Inventory for Adults (ISSL) to verify if the progressive relaxation from Jacobson would produce stress reduction in this population. It was verified that the symptoms of the stress level decreased and that some patients passed from the exhaustion to the resistance phase. The predominance of stress, before psychological, passed to physical/psychological. Believe that these changes happened due to the intervention of the relaxation applied. According to the significant results related to stress, it was suggested a therapeutic intervention aiming for stress reduction with the chronic renal patients, in which was obtained great success in the accomplished research.

24

KEY-WORDS: Chronic Renal, Stress, Treatment, Relaxation

1. INTRODUÇÃO

A insuficiência renal é provocada por doenças que tornam o rim incapaz de realizar suas funções, vindo a ocorrer lesões renais irreversíveis e progressivas.

Diversos sintomas podem ser apresentados, tais como: hipertensão arterial, anemia, edema, palidez, fraqueza, cansaço, emagrecimento, coceira, falta de apetite, náuseas e vômitos.

O estresse significa “estar sob pressão” ou “estar sob a ação de estímulo persistente”. Não significa apenas estar em contato com algum estímulo, precisa haver reação do organismo com um conjunto de alterações acontecidas em resposta a este determinado estímulo, capaz de colocá-lo sob tensão. Sem esse “conjunto de alterações” não se pode falar em diagnóstico de estresse.

Pode-se caracterizar o estresse em três grandes fases:

A primeira fase do estresse é a fase de alerta. Os sintomas dessa fase são caracterizados por respostas corporais que entram em estado de prontidão geral, todo o organismo é mobilizado sem envolvimento específico ou exclusivo de um órgão em particular.

A segunda fase do estresse é a fase de resistência. Nesta fase, o corpo começa a se acostumar aos estímulos causadores do estresse e entra no estado de resistência. Durante esse

estágio, o organismo adapta suas reações e seu metabolismo para suportar o estresse por um período de tempo. Neste estado, a reação de estresse pode ser canalizada para um órgão específico ou para um determinado sistema, seja o sistema cardiológico, a pele, sistema muscular, aparelho digestivo, etc.

A terceira e última fase do estresse é a fase de exaustão na qual começam a falhar os mecanismos de adaptação e ocorre um déficit das reservas de energia. Essa fase é grave, podendo levar à morte. As maiorias dos sintomas somáticos e psicossomáticos ficam mais evidentes nessa fase, ocorrendo um aumento de intensidade de sintomas e possíveis doenças como hipertensão, úlcera gástrica, diabetes, depressão, problemas de pele, dentre outros. Por essa razão, pode-se dizer que as doenças psicossomáticas são aquelas determinadas ou agravadas por motivos emocionais, já que é sempre a emoção e a cognição que detecta a ameaça e o perigo, sejam eles reais, imaginários ou fantasiosos.

O objetivo das pesquisadoras foi avaliar o nível de estresse em renais crônicos que eram submetidos à hemodiálise semanalmente e verificar se o relaxamento progressivo de Jacobson produzia a redução de estresse nesta população.

Após aprovado pelo Comitê de Ética da UniFil foi realizada uma entrevista estruturada com critérios de inclusão e exclusão para participação na pesquisa, juntamente com o consentimento livre e esclarecido. Todo o procedimento (entrevistas e relaxamento) acontecia durante a sessão de hemodiálise, em clínica particular de uma cidade do Norte do Paraná. Foram entrevistadas 18 pessoas. Os pacientes selecionados eram renais crônicos há mais de três anos, realizavam hemodiálise de duas a três vezes por semana e tinham idade superior a vinte anos.

Logo após a seleção, foi aplicado o Inventário de Sintomas de Stress para adultos de Lipp (ISSL), no grupo controle e intervenção. Em seguida foram aplicadas quatro sessões de treino de relaxamento progressivo no grupo intervenção. Após essas sessões foi aplicado novamente o ISSL

2. METODOLOGIA

O presente estudo tinha como objetivos gerais e específicos à tentativa de amenizar os sintomas de estresse nos pacientes renais crônicos através da utilização do treino de relaxamento fisiológico progressivo de Jacobson para que com esses treinos os pacientes pudessem diminuir os sintomas de estresse.

Após aprovação do Comitê de Ética da UniFil com critérios de inclusão e exclusão na seleção dos pacientes. Esses critérios foram: os pacientes deveriam realizar a sessão de hemodiálise três vezes por semana; precisavam estar disponíveis no local; realizavam hemodiálise as sextas-feiras das 5h00 às 9h00; possuíam a doença há mais de 3 anos e com idade superior a 20 anos. Para a realização desse estudo foram selecionados dois grupos de 09 pacientes renais crônicos, que representavam 15% do total de pacientes de uma Clínica particular de atendimento a pacientes que são submetidos à hemodiálise, situada na cidade de Arapongas – PR

Após um contato com os mesmos, durante uma sessão de hemodiálise, os objetivos da pesquisa foram esclarecidos e houve a solicitação da leitura do termo de consentimento livre e esclarecido (CLE), a partir de então, uma ficha de inscrição para coleta de dados pessoais

foi usada para levantamento de dados iniciais facilitando os critérios de inclusão e exclusão dos pacientes. Para obtenção de dados a cerca do estresse foi utilizado alguns instrumentos: o Inventário de Sintomas de Estresse para Adultos de LIPP (ISSL) e o Relação de Experiências Recentes.

Após a coleta de dados iniciais, a assinatura de CLE e a aplicação dos instrumentos foram selecionados os membros do grupo controle (09 pacientes) e o do grupo intervenção (09 pacientes) de acordo com os critérios de inclusão e exclusão acima mencionados.

O grupo controle de 09 pacientes não foi submetido à intervenção. Independente do resultado obtido pela aplicação do instrumento de avaliação do estresse, todos os pacientes do grupo de intervenção foram submetidos ao relaxamento fisiológico progressivo de Jacobson.

3. RESULTADOS

Quadro 1: Faixa Etária

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE DE PESSOAS DO GRUPO INTERVENÇÃO	%	QUANTIDADE DE PESSOAS DO GRUPO CONTROLE	%
20 – 30	0	0%	1	12,5%
31 – 40	3	30%	1	12,5%
41 – 50	2	20%	2	25%
51 – 60	2	20%	0	0%
61 – 70	3	30%	1	12,5%
71 – 80	0	0%	3	37,5%

Quadro 1: Verificou-se que a faixa etária das pessoas do grupo controle situava-se 12,5% entre 20 e 30 anos, 12,5% entre 31 e 40 anos, 25% entre 41 e 50 anos, 12,5% entre 61 e 70 anos e 37% entre 71 e 80 anos. Em contrapartida, a faixa etária do grupo intervenção situava-se 30% entre 31 e 40 anos, 20% entre 41 e 50 anos, 20% entre 51 e 60 anos e 30% entre 61 e 70 anos.

Quadro 2: Perda da Função dos Rins

PERDA DA FUNÇÃO DOS RINS	QUANTIDADE DE PESSOAS DO GRUPO INTERVENÇÃO	%	QUANTIDADE DE PESSOAS DO GRUPO CONTROLE	%
Hipertensão	4	30,77%	3	50%
Problemas de nascença	1	7,70%	0	0%
Diabetes	2	15,38%	0	0%
Nefrite	1	7,70%	1	16,67%
Não sabe	2	15,38%	1	16,67%
Mioleiose Renal	0	0%	1	16,67%
Depressão	1	7,70%	0	0%
Refrigerante	1	7,70%	0	0%
Anemia	1	7,70%	0	0%

Quadro 2: Observou-se que 50% das pessoas do grupo controle perderam a função dos rins por hipertensão, 16,67% por nefrite, 16,67% não sabiam por que perderam e 16,67% por mioleiose renal. Em contrapartida, 30,77% das pessoas do grupo intervenção perdeu a função dos rins por hipertensão, 7,7% por problemas de nascença, 15,38% por diabetes, 7,7% por nefrite, 15,38% não sabiam, 7,7% por depressão, 7,7% por refrigerante e 7,7% por anemia.

Quadro 3: Sintomas da Hemodiálise

SINTOMAS DA HEMODIÁLISE	QUANTIDADE DE PESSOAS DO GRUPO INTERVENÇÃO	%	QUANTIDADE DE PESSOAS DO GRUPO CONTROLE	%
Cansaço	5	29,41%	3	17,65%
Câimbra	3	17,65%	5	29,41%
Dores de cabeça	3	17,65%	4	23,53%
Vômitos	1	5,88%	1	5,88%
Nada	2	11,85%	3	17,65%
Tontura	1	5,88%	1	5,88%
Dores nas pernas	1	5,88%	0	0%
Pressão	1	5,88%	0	0%
Falta de ar	0	0%	1	5,88%

Quadro 3: Verificou-se que 17,65% das pessoas do grupo controle sentia cansaço ao fazer hemodiálise, 29,41% câimbra, 23,53% dores de cabeça, 5,88% vomitavam, 17,65% não sentiam nada, 5,88% sentiam tontura e 5,88% falta de ar. Em contrapartida, 29,41% das pessoas do grupo intervenção sentiam cansaço ao fazer hemodiálise, 17,65% câimbra, 17,65% dores de cabeça, 5,88% vomitavam, 11,85% não sentiam nada, 5,88% tontura, 5,88% dores nas pernas e 5,88% variação de pressão.

28

Quadro 4: Estresse após Intervenção

ESTRESSE	QUANTIDADE DE PESSOAS DO GRUPO INTERVENÇÃO	%
Sim	4	40%
Não	6	60%

Quadro 4: Observou-se que após a prática do relaxamento 40% das pessoas do grupo intervenção apresentou estresse e 60% não. Em contrapartida 60% das pessoas do grupo intervenção encontravam - se com estresse e 40% não apresentou estresse antes da prática do relaxamento.

Quadro 5: Fases do Estresse após Intervenção

FASES DO ESTRESSE	QUANTIDADE DE PESSOAS DO GRUPO INTERVENÇÃO	%
Alerta	0	0%
Resistência	1	25%
Quase exaustão	0	0%
Exaustão	3	75%

Quadro 5: Verificou-se que após a prática do relaxamento 25% das pessoas do grupo intervenção encontravam-se com estresse na fase de resistência e 75% apresentou estresse na fase de exaustão. Em contrapartida 16,67% das pessoas do grupo intervenção estavam com estresse na fase de resistência e 83,33% das pessoas apresentaram estresse na fase de exaustão antes da prática do relaxamento.

Quadro 6: Predominância de Estresse após Intervenção

PREDOMINÂNCIA DE ESTRESSE	QUANTIDADE DE PESSOAS DO GRUPO INTERVENÇÃO	%
Físicos	0	0
Psicológicos	3	75%
Físico/Psicológico	1	25%

Quadro 6: Observou-se que após a prática do relaxamento 75% das pessoas do grupo intervenção apresentou predominância de estresse psicológico e 25% com predominância de estresse Físico/Psicológico. Em contrapartida 16,67% das pessoas do grupo intervenção apresentou antes da prática do relaxamento predominância de estresse físico e 83,33% das pessoas estavam com predominância de estresse psicológico

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na pesquisa realizada sobre pacientes renais crônicos, observou-se que há um maior número de pacientes pertencentes no grupo controle na faixa etária de 71 a 80 anos. Zimmerman (2004) afirma que o aumento da idade está associado à diminuição da qualidade de vida dos pacientes, em especial nos aspectos físicos.

Observou-se que a maioria dos pacientes era do sexo masculino, possuíam nível escolar até o ensino fundamental e eram em sua maioria casados.

A hipertensão é uma das principais doenças que tornam o rim incapaz ou insuficiente. Como os pacientes em hemodiálise não podiam controlar o balanço de água e sódio, o modelo que poderia exemplificar a provável fisiopatogenia da hipertensão arterial na hemodiálise seria o da

hipertensão arterial, resultante da diminuição da excreção renal de sódio. (SANTOS E MENDES, 2000). Nossa pesquisa é validada pela afirmação de que a maioria dos pacientes eram hipertensos.

Em relação ao tempo de hemodiálise, a maioria da população pesquisada submetia-se à hemodiálise de um a cinco anos.

A hemodiálise na maioria das vezes é tranqüila, porém podia apresentar alguns inconvenientes, tais como dor de cabeça, mal estar, náuseas, vômitos, dor de estômago, câimbras, cala frios, febre, frio, calor, suor intenso, coceira, fraqueza, dor na fístula, hipotensão e tontura. Os pacientes da pesquisa apresentavam em sua maioria cansaço e câimbra.

Observou-se nessa pesquisa que a maioria dos pacientes freqüentava regularmente a sessão de hemodiálise, ou seja, três vezes por semana, durante três horas. Os pacientes não apresentavam problemas com a fístula, sendo que a maioria realizou a colocação de fístula apenas uma vez.

Grande parte dos pacientes seguia corretamente a dieta prescrita pelo médico, entretanto para Barbosa (2005), os pacientes acreditavam que seguir as orientações médicas parcialmente era uma ação válida.

A pesquisa retratou que o suporte financeiro do paciente era mantido por recursos próprios. Nenhum dos pacientes pesquisados realizou transplante de rim.

Observou-se também que antes de ser realizada a intervenção a maioria dos pacientes possuíam estresse.

Uma das maneiras possíveis de se tentar melhorar a qualidade de vida dos pacientes renais crônicos, durante a sessão de hemodiálise era intervir com treino de técnicas para relaxamento. A utilização de técnicas de relaxamento poderia colaborar para que os próprios pacientes renais crônicos treinassem habilidades de relaxamento para administrar o estresse e contribuir para melhoria da qualidade de vida.

Após a intervenção verificou-se que os sintomas do nível de estresse diminuíram e que alguns pacientes passaram da fase de exaustão para a fase de resistência.

A predominância do estresse antes psicológico passou para físico/psicológico.

Verificou-se, diante dos dados obtidos nas pesquisas de campo, que após quatro sessões de relaxamento progressivo o grupo intervenção diminuiu os sintomas de estresse. Possíveis variáveis podem ter colaborado para este resultado: a eficácia do relaxamento, a atenção das pesquisadoras durante as sessões de hemodiálise, vínculo afetivo dos pacientes estabelecido com as pesquisadoras, os pacientes terem sido selecionados para participar da pesquisa, quebra da monotonia, variáveis intervenientes e podendo também estar relacionada à diminuição dos níveis de estresse com eventos adventícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura sobre o tema discute que todo paciente crônico apresenta algum tipo de comprometimento emocional, podendo atingir a auto-estima, a qualidade de vida, as perspectivas vitais de sobrevivência, a sexualidade, a qualidade das relações pessoais, familiar ou no trabalho, assim como a própria capacidade de amar e de ter esperanças. O agravamento de uma doença aumenta a vulnerabilidade nesses fatores emocionais devido à improbabilidade de cura.

O suporte social que um paciente recebe de seus familiares, contribui positivamente para a sua evolução, entretanto o paciente é uma fonte muito grande de estresse para a família, pelas limitações impostas pela doença. Um funcionamento familiar que contemple a união parental, apesar das dificuldades, está relacionado a melhores condições médicas (BUSATO, 2004).

O estresse pode ser gerado por fontes externas que marcam sua presença na vida de uma pessoa e pelo seu mundo interior, cujos efeitos são mediados pelas estratégias de enfrentamento aprendidas principalmente na infância, e que podem também ser adquirida durante a história de vida do ser humano. Seria impossível e, ao mesmo tempo, indesejável eliminar completamente todos os tipos de estresse. Fisiologicamente, a ausência total de estresse equivale à morte.

O objetivo deste trabalho foi alcançado, já que o mesmo tinha o intuito de diminuir sintomas de estresse no paciente renal crônico através do treino de relaxamento para possibilitar a para redução das vulnerabilidades.

As mudanças verificadas no seu conjunto de aspectos positivos e negativos, em todos os níveis da sociedade passaram a exigir do ser humano uma grande capacidade de adaptação física, mental e social, devido à necessidade de ajustar-se a tais mudanças, expondo as pessoas a uma freqüente situação de conflito, ansiedade, angústia e desestabilização emocional.

Toda mudança que exija adaptação por parte do organismo, como a hemodiálise, causa certo nível de estresse. É, portanto, de se esperar que todas as mudanças de organização possam potencialmente colocar a pessoa em situação de estresse.

Estes pacientes, pelo histórico da própria doença, teriam probabilidade de vivenciar estresse em níveis elevados. Pelas dificuldades apresentadas por pacientes portadores de IRC, justificou-se a necessidade de investigar os efeitos dos estressores e se o treino de relaxamento fisiológico influenciava para minimização dos efeitos do estresse sobre o comportamento dos mesmos. A utilização de técnica de relaxamento pode colaborar para que os próprios pacientes renais crônicos treinem habilidades de relaxamento para administrar o estresse e contribuir para melhoria de sua qualidade de vida.

Sugere-se diante dos resultados a realização de outras pesquisas, para otimizar a intervenção com renais crônicos, identificando estratégias de intervenção mais eficazes para minimizar o estresse em pacientes de doenças crônicas.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Martha et al. *Manual de relaxamento e redução do stress*. São Paulo: Summus, 1996.

LIPP, Marilda Novaes. *Como enfrentar o stress*. 5. ed., São Paulo: Ícone, 1998.

RIO, Rodrigues Pires do. *O fascínio do stress, vencendo desafios num mundo em transformação*. 3.ed. Rio de Janeiro: Dunya, 1998.

ROMANO, Bellkiss Wilma. *Princípios para a prática da psicologia clínica em hospitais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BUSATO, Otto. *Insuficiência Renal Crônica. ABC da Saúde e Prevenção Ltda*. 2004. Disponível em: <<http://www.abcdasaude.com.br>>. Acesso em: 20 ago. de 2005.

GARCIA, Jorge Bastos. *Endocrinologia. Supra-renais*. Rio de Janeiro. 1996. Disponível em: <<http://www.jorgegarcia.com.br>>. Acesso em: 20 ago. de 2005.

ZIMMERMAN, Paulo Roberto. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v.26, n.3. Porto Alegre. set / dez. 2004.

CÂNCER: UM ESTUDO DAS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS SOBRE UM GRUPO DE PACIENTES

CANCER: A STUDY OF THE CAUSES AND CONSEQUENCES OF A GROUP OF PATIENTS

*Carmen Garcia de Almeida**
*Renata Garcia de Almeida Moraes***

RESUMO:

A Psicologia Hospitalar tem contribuído para a humanização dos Hospitais e das práticas hospitalares na medida em que contribui para a promoção e manutenção da saúde, prevenção e tratamento de doenças, atuando junto à equipe de saúde, pacientes e famílias. A presente pesquisa visou identificar as causas do câncer e suas conseqüências sobre um grupo de pacientes e famílias. Foram sujeitos, 50 mulheres com idades variando entre 17 e 76 anos e com nível de escolaridade entre analfabetas e terceiro grau completo, a maioria de donas de casa, que recorreram ao tratamento quimioterápico e acompanhamento no Hospital Antônio Prudente de Londrina. Os dados coletados através de um questionário composto de 18 questões, mostraram que os problemas psicológicos foram apontados pela maioria dos sujeitos como a principal causa da doença. Sentimentos de preocupação, medo e tristeza foram vivenciados pelas pacientes e suas famílias. Dentre as conseqüências apontadas, destacaram-se as profissionais e físicas (estéticas). Quase todas as pacientes apresentaram expectativas de cura em relação à doença, as quais estão relacionadas à religiosidade e fé, que têm contribuído para a adaptação às contingências aversivas produzidas pela doença e pelo tratamento, propiciando uma melhor qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVES: Câncer, Dificuldades, Estratégias de Enfrentamento.

ABSTRACT:

The Hospital Psychology has contributed to the humanization of hospitals and their practices as it promotes the maintenance of health, prevention and treatment of diseases together with health teams, patients and families.

The present study aimed at identifying the causes of câncer and its consequences in a group of patients and their families. Fifty women ages 17 to 76, mostly housewives from different educational background (from illiterate to college graduates) undergoing chemotherapy and follow – up sessions at the Antonio Prudente Hospital in Londrina took part in the study. The data collected through a questionnaire with 18 questions showed that most patients mentioned psychological disorders as the main cause of the disease. Worries, fear and sadness had been experienced by the patients and their families. The most relevant consequences were personal and physical (aesthetics). Almost all patients expected to be cured by faith and religion, which have encouraged them to face the aversive situations caused by the disease and its treatment, giving them better quality of life.

KEY-WORDS: Cancer, Difficult Situations, Coping Strategies.

*Pós-Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP)

**Acadêmica do Curso de Psicologia da UniFil

1. INTRODUÇÃO

Uma das definições de Psicologia Hospitalar ou da Saúde, amplamente aceitas é a proposta por Matarazzo(1980) e citada por Rangé (org,1995), segundo o qual, seria o conjunto de contribuições educacionais, científicas e profissionais específicas da psicologia à promoção e à manutenção da saúde, à prevenção e ao tratamento das doenças, à identificação da etiologia e ao diagnóstico relacionados à saúde e à doença e às disfunções relacionadas, e a análise do desenvolvimento do sistema de atenção à saúde e formação de políticas de saúde.

De acordo com a professora Heloisa Benevides de Carvalho Chiattonne, o campo de atuação do psicólogo, define-se pela consideração de que a doença tem como princípio a desarmonização do indivíduo. Num de seus artigos a professora escreve: “Estar doente implica desequilíbrios que podem ser compreendidos, em uma visão holística, como um abalo estrutural na condição de ser, chocando-se ao processo dinâmico de existir, rompendo-se ao processo de existir, rompendo as relações normais do indivíduo tanto consigo quanto com o mundo que o rodeia .Segundo ela, em sua prática clínica, o objetivo do profissional é buscar a restituição desse equilíbrio e a reintegração do indivíduo em seu contexto psico-sócio-cultural. Cada paciente, portanto, tem uma história e um padrão particular nos vínculos com a sociedade. Conhecer esses elementos biográficos, bem como seus receios e desejos, é fundamental na busca da cura” (Leitão, 2006).

Na opinião de Sebastini (1991), a doença produz desarmonia orgânica ou psíquica. Em qualquer um dos casos, bloqueia o dinamismo e o desenvolvimento do homem como ser integral dentro de sua sócio-cultura (apud Angerami- Camon (org), Chiattonne, Nicoletti, 2002).

Segundo Bergamasco e Ângelo (2001); Scott(1994), receber um diagnóstico de câncer é uma notícia inicialmente devastadora e um evento de impacto importante na vida da pessoa, pois o paciente com câncer e sua família são acometidos por momentos carregados de emoções- sofrimento, dor, raiva, angústia e ansiedade- desde o momento do seu diagnóstico e durante o seu tratamento. Além de estigmatizante, essa doença acarreta prejuízos nas habilidades funcionais, vocacionais e incerteza quanto ao futuro em decorrência do tratamento, que, geralmente, é longo (apud Sampaio, 2006).

Analisando os efeitos negativos produzidos pelo câncer de mama, Sampaio (2006), destaca aqueles relacionados à auto- estima e auto- imagem da paciente, pois o foco de atenção é um órgão repleto de simbolismo para a mulher - feminilidade, sexualidade e maternidade. Assim sendo, o anúncio desse diagnóstico, seguido pelos tratamentos, pode ocasionar abalos significativos na vida pessoal e profissional da paciente.

Como destaca Jaramillo (2006), é aconselhável concedermos um espaço, um tempo para reflexão em meio às consultas médicas, aos exames e às visitas, podermos compreender e assimilar a dor imensa de perder a saúde, a família, os sonhos, o trabalho, a segurança, a energia, a vida. Chegar a dispor destes espaços de tempo pessoal, com calma, sozinhos conosco mesmos, será necessário para conseguirmos nos adaptar a circunstâncias novas e difíceis. Segundo essa mesma autora, a tarefa que estamos enfrentando é certamente muito árdua: aceitar o inaceitável.

Na opinião de Campos (1995), a doença impede o indivíduo de trabalhar, de se divertir, tira-o do convívio familiar e dos amigos, isola-o. Cada um vive a sua dor e por mais que os outros se esforcem para compreendê-lo, ninguém sentirá o que ele sente. A experiência de estar doente é sentida de uma forma sempre única pela pessoa e em geral provoca, precipita ou agrava desequilíbrios psicológicos, quer no paciente, quer na família.

Ponto de vista semelhante é expresso por Angerami-Camon (2003), quando afirma que a família passa a ter um papel por vezes decisivo no auxílio à adaptação do paciente frente a este episódio crítico de sua vida, contribuindo inclusive com o próprio trabalho da equipe de saúde, ou, em alguns casos, comprometendo-o. No que se relaciona a pacientes com câncer, estes adoecem como um todo, como uma unidade vital somato-psicológica, apresentando muito mais do que uma doença orgânica com sua sintomatologia, pois junto a ela estão a consciência e os sentimentos frente à enfermidade, com as repercussões próprias e pessoais na maneira de viver e adaptar-se ao estresse vital e delinear seu próprio destino. (apud Angerami- Camon, Chiatton e Nicoletti, 2002).

Um sentimento que parece contribuir para a vivência com menor custo de resposta e melhor qualidade de vida no período de doença, é o da esperança. Segundo Jaramillo (2006), esta esperança não se refere apenas à esperança de cura, de sair vitorioso da doença. Também é válida e recorrente a esperança de experimentar o menor sofrimento físico possível nos dias que estão por vir, como também a esperança de manter a dignidade preservada até o final.

No que se referem as esperanças, expectativas de cura frequentemente explicitadas por pacientes, parecem constituir-se em estratégias de enfrentamento.

Enfrentamento ou Coping para Lazarus e Folkman (1986) é um processo mobilizador de recursos e estratégias individuais para lidar com situações de estresse, visando preservar a integridade corporal, física e psíquica, recuperar prejuízos funcionais e/ou compensar algum dano irreversível. As emoções e condutas das pessoas expressam e demonstram o significado que os acontecimentos têm para elas (apud Horta; Neme; Capote e Gibran, 2003).

De acordo com Lazarus e Folkman (1986), o enfrentamento efetivo leva à redução gradativa das etapas ou ciclos da doença, até o desaparecimento ou minimização do sofrimento, levando o indivíduo ao amadurecimento e a um tipo de equilíbrio psicológico satisfatório, com conseqüente melhora em sua qualidade de vida, sensação de bem estar e auto-estima (apud Horta; Neme; Capote e Gibran, 2003).

A fé, compreendida por Lazarus e Folkman (1986), bem como um tipo de crença existencial, parece ser importante aliada no processo de enfrentamento de situações-limite da existência, podendo auxiliar o indivíduo a obter ou conservar a esperança, além de ajudá-lo a encontrar um sentido para a vida e para a doença e de facilitar a emergência de recursos psicológicos importantes para combater a enfermidade (Neme, 1999).

Nos últimos anos, têm-se encontrado pesquisas voltadas a compreensão da questão da fé, da religiosidade e das crenças de pacientes e de seu papel na cura e no enfrentamento das doenças.

Analisando a influência da religiosidade no enfrentamento de doenças, Jaramillo (2006), salienta que a tarefa de morrer é muito difícil, mas o seu trajeto não é o tempo todo tão difícil. O próprio sofrimento costuma ir evoluindo para uma maior aceitação do que está acontecendo conosco e criando novas possibilidades e recursos para enfrentá-lo. Há momentos de infinita dor, mas também há os de paz, gratidão, amor e de encontro com Deus que nos acompanha.

A possibilidade de compreender as causas e conseqüências que a doença, no caso, o câncer, acarretam na vida do paciente e sua família, foram os objetivos da presente pesquisa.

2. METODOLOGIA

- Local de realização de pesquisa: A coleta de dados foi realizada no Hospital Antônio de Prudente, da cidade de Londrina.
- Público alvo/sujeitos: Foram sujeitos da presente pesquisa 50 mulheres com idades, grau de escolaridade e profissão variadas.
- Recursos humanos: A coleta de dados foi realizada por uma discente do 4º ano de Psicologia Integral da UniFil (Universidade Filadélfia de Londrina), sob a supervisão de uma docente responsável.
- Instrumentos: Para a coleta de dados foi elaborado um questionário composto por 18 questões, versando sobre os sentimentos e reações do paciente com diagnóstico de câncer, causas e consequências da doença, atitude dos familiares em relação à mesma, bem como um levantamento das expectativas dos pacientes desde o início do tratamento.
- Procedimento: Os pacientes que compareceram ao ambulatório do Hospital Antônio de Prudente para sessões de Quimioterapia, recebem um acompanhamento terapêutico pela estagiária durante o qual foi oferecido suporte emocional através da escuta breve. Durante os atendimentos os pacientes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual foram informados a respeito da pesquisa e de suas participações na mesma. Em seguida aqueles que concordaram, responderam o questionário.
- Após a coleta e análise dos dados, foram realizadas pela pesquisadora e psicóloga responsável pela instituição, entrevistas devolutivas, com o objetivo de informar aos sujeitos os resultados da pesquisa.

3. RESULTADOS

Quadro 1: Distribuição dos Sujeitos de Acordo com os Sentimentos Experimentados em Relação à Doença.

Sentimentos	F.a.	F%
preocupação	20	40%
medo	19	38%
tristeza	11	22%
angústia	8	16%
revolta	7	14%
indiferença	6	12%
outras	3	4%

Pelos dados da tabela n° 1, percebemos que aproximadamente a metade dos sujeitos (40%) relataram preocupação em relação à doença, seguidos de 38% que apontaram o medo, e 22% a tristeza. Na categoria outras, foram apontados sentimentos de descrença, normalidade e aceitação, com 4% respectivamente.

Quadro 2: Distribuição dos Sujeitos de Acordo com as Reações ao Diagnóstico

Reações	F.a.	F%
Choro	23	46%
Desânimo	8	16%
Insônia	8	16%
falta de apetite	7	14%
Depressão	6	12%
Outras	19	38%

Os dados da tabela nº 2 sinalizam que a maioria das reações apontadas pelos sujeitos (46%) foram de choro, seguidas de outras (negação 22%, confiança, frustração, apavoramento, desespero, medo, susto, alívio e agonia com 1% respectivamente). Finalmente com 16%, apareceram desânimo e insônia, com 14% falta de apetite e com 12% depressão.

Quadro 3: Distribuição dos Sujeitos de Acordo com as Conseqüências da Doença.

Perdas	F.a.	F%
Profissionais	19	38%
físicas (estéticas)	18	36%
Financeiras	9	18%
Sociais	5	10%
Familiares	1	2%
Outras	2	4%

Os dados amostrados na tabela nº 3 apontam que a maioria dos sujeitos (38%) identificaram perdas profissionais, seguidas de 36% físicas (estéticas) e 18% financeiras.

Quadro 4: Distribuição dos Sujeitos de Acordo com as Causas Atribuídas à Doença.

Causas	F.a.	F%
problemas psicológicos	20	40%
problemas familiares	8	16%
descuido pessoal	7	14%
problemas físicos	6	12%
outras	9	18%

Os dados da tabela nº4 apontam para os problemas psicológicos como a maior causa atribuída por quase metade dos sujeitos (40%) para a sua doença, seguidos de outras 18% (de hormônios com 8%, hereditariedade com 6% e erros médicos com 4%) e problemas familiares com 16%.

Quadro 5: Distribuição dos Sujeitos de Acordo com as Percepções das Transformações Percebidas na Vida após o Conhecimento do Diagnóstico.

Transformações	F.a.	F%
Esperança	30	60%
auto-estima	14	28%
Paciência	7	14%
Angústia	7	14%
Descrença	2	4%
Outras	2	4%

A tabela nº 5 aponta que a maior transformação foi a de esperança percebida por mais da metade dos sujeitos (60%), seguida de alterações na auto-estima apontadas por 28% dos sujeitos.

Quadro 6: Distribuição dos Sujeitos de Acordo com os Sentimentos dos Familiares em Relação à Doença.

Sentimentos	F.a.	F%
preocupação	37	74%
medo	15	30%
tristeza	13	26%
angústia	5	10%
indiferença	1	2%
revolta	1	2%
outros	5	10%

Os dados da tabela nº 6 nos mostram que o sentimento mais percebido nos familiares dos sujeitos (74%) foi o de preocupação, seguido de medo (30%) e tristeza (26%). Na categoria outros foram apontados desespero (6%) e pânico (4%). A angústia também foi apontada como um sentimento experimentado por 10% dos familiares.

Quadro 7: Distribuição dos Sujeitos de acordo com as Expectativas em Relação ao Tratamento.

Expectativas	F.a.	F%
cura	45	90%
poder criar filhos e netos	2	4%
não precisar de mais cirurgias	1	2%
melhorar como pessoa revendo auto-conceito e atitudes	1	2%
aumentar a fé em Deus	1	2%
ser bem tratada até o final	1	2%
retomar a vida	1	2%
viver mais um pouco	1	2%
viver intensamente todos os momentos	1	2%
buscar mais cuidados com à saúde	1	2%

Os dados da tabela n° 7 nos mostram que a quase totalidade dos sujeitos (90%) apresentou expectativas de cura em relação à doença, seguidos de 4% que esperavam ver os filhos e netos crescerem. Os demais sujeitos apresentaram expectativas otimistas e bem diversificadas como demonstram os dados acima.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

39

Pelos dados apresentados nos gráficos, pudemos detectar que a maioria das mulheres do grupo estudado tinha entre 37 e 66 anos de idade e possuíam escolaridade baixa, ou seja, 1° grau incompleto, sendo a maioria delas donas de casa e a metade da amostra constituída de mulheres casadas.

Os dados apresentados nos mostraram que a maioria, recebeu o diagnóstico da doença há mais de sete meses, ou seja entraram em contato com as consequências aversivas produzidas pela doença, já há algum tempo, o que pode ter levado-as a desenvolverem estratégias de enfrentamento, propiciando adaptações às situações vivenciadas.

Durante este período, como foi acentuado por Jaramillo (2006), através das reflexões realizadas em meio às consultas médicas aos exames e às visitas, é possível que essas mulheres tenham conseguido compreender a dor imensa de perder a saúde, a família, os sonhos, o trabalho, a segurança, a energia e a vida.

Embora a maioria da amostra fosse constituída de donas de casa, o afastamento do trabalho, por licença médica, por algumas que também exerciam atividades profissionais fora do lar, foi motivo de tristeza e sofrimento.

Em relação ao diagnóstico, como vimos, a notícia da doença foi dada para a maioria dos sujeitos, que o fizeram de maneira esclarecedora e carinhosa.

É importante salientar, que a grande maioria das mulheres avaliou informalmente, de maneira bastante positiva a assistência e a dedicação dos médicos e da equipe de saúde do Hospital do Câncer o que parece explicar a forma como a notícia foi dada.

Consideramos este fato de extrema importância, uma vez que como foi enfatizado por Bergamasco & Ângelo (2001); Scott (1994) (apud Sampaio, 2006), receber um diagnóstico de câncer, é uma notícia inicialmente devastadora e um evento de impacto importante na vida da pessoa.

Esta afirmação nos leva a compreender as principais reações apontadas pelos sujeitos da presente pesquisa, que foram de choro e negação, pois esta doença, como salienta Sampaio (2006), além de estigmatizante, acarreta prejuízos nas habilidades funcionais, vocacionais e incertezas quanto ao futuro, em decorrência do tratamento que, geralmente, é longo.

No que se refere aos sentimentos negativos vivenciados pela maioria das mulheres, que foram a preocupação, o medo e a tristeza, estão de acordo com o que destacam Leitão (2006); Angerami- Camon (org); Chiatton e Nicoletti (2002), segundo os quais, a doença provoca um desequilíbrio, um abalo estrutural na condição de ser, de existir, uma desarmonia orgânica a qual provoca o rompimento das relações normais do indivíduo consigo mesmo e com o mundo que o rodeia.

Desta forma, pudemos constatar também, que a maioria dos familiares, experimentou os mesmos sentimentos relatados pelos sujeitos, ou seja, preocupação, medo e tristeza.

Como acentua Campos (1995), a doença impede o indivíduo de trabalhar, de se divertir, tira-o do convívio familiar e dos amigos, isola-o. Cada um vive a sua dor e por mais que os outros se esforcem para compreendê-lo, ninguém sentirá o que ele sente. A experiência de estar doente é sentida de uma forma sempre única pela pessoa e em geral provoca, precipita ou agrava desequilíbrios psicológicos, quer no paciente, como já foi salientado, quer na sua família.

No tocante à família como foi detectado, a maioria das mulheres afirmou ter recebido apoio e carinho, variáveis essas que consideramos positivas e que com alta probabilidade contribuíram para que as mesmas atravessassem de forma menos aversiva esta fase crítica de suas vidas.

Partilhamos o ponto de vista expresso por Angerami- Camon (org., 2003), segundo o qual, a família passa a ter um papel por vezes decisivo, no auxílio à adaptação do paciente frente a este episódio, podendo contribuir inclusive com o trabalho da equipe de saúde, através do suporte fornecido.

Quanto às causas da doença, apontadas pela maioria dos sujeitos, vimos que elas reconhecem a influência dos problemas psicológicos, na determinação da mesma, o que justifica o papel desempenhado pelas ciências do comportamento e das teoria da aprendizagem, na compreensão de sua etiologia e do comportamento dos indivíduos doentes, como foi salientado por Kerbauy (1985, apud Myazaki, Domingos e Caballo, 2001),.

Retomando Angerami- Camon (org); Chiatton e Nicoletti (2002), temos a importância da atuação em Psicologia Hospitalar, a qual nos permite entender a dor, de uma forma mais humana, através da escuta da angústia, do sofrimento, da ansiedade, do medo, dentre outros sentimentos presentes em cada manifestação física da dor e do sofrimento.

Em relação às principais conseqüências do câncer para este grupo estudado, foram apontadas as profissionais e as físicas sendo que um grande número de sujeitos eram de portadoras de câncer de mama.

Como foi salientado por Sampaio (2006), as dificuldades decorrentes do câncer de mama podem comprometer a auto-estima e auto-imagem da paciente, por afetar o órgão que representa a feminilidade, sexualidade e maternidade, produzindo assim abalos significativos na vida pessoal e profissional da paciente.

No que se refere às principais transformações percebidas pelas mulheres em suas vidas, estão aquelas relacionadas à esperança e à auto-estima.

Na opinião de Jaramillo (2006), a esperança é válida, por permitir que a mulher experimente menos sofrimento nos dias que estão por vir, como também contribui para a manutenção da dignidade preservada até o final. Dessa forma, constitui-se em uma importante estratégia de enfrentamento frequentemente utilizada por pacientes e apontada por Lazarus e Folkman (1986, apud Horta, Neme, Capote e Gibran, 2003).

Em relação ao tipo de ajuda buscada para lidar com a doença, um grande número de mulheres afirmou ter recorrido à ajuda religiosa.

A fé, compreendida por Lazarus e Folkman (1986), como um tipo de crença existencial, parece ser importante aliada no processo de enfrentamento de situações- limite da existência, podendo auxiliar as pessoas a obterem ou conservarem a esperança, além de ajudá-las a encontrarem um sentido para a vida e para a doença e de facilitar a emergência de recursos psicológicos importantes para combater a enfermidade.(apud Neme, 1999).

Outro tipo de ajuda também referido pelos sujeitos, foi o da busca de informações, através da internet e revistas, o que consideramos bastante positivo, uma vez que o conhecimento dos mecanismos presentes na doença, pode contribuir para uma maior compreensão da mesma e conseqüente adesão ao tratamento.

Os dados apresentados nos mostraram que quase todas as mulheres do grupo estudado apresentaram expectativas de cura da doença que, aliadas à fé e à religiosidade parecem ter contribuído para a aceitação da mesma e dos procedimentos muitas vezes aversivos, utilizados para combatê-la.

Sugerimos que pesquisa futuras possam investigar melhor o papel exercido pela fé e pelas crenças em Deus, como fatores coadjuvantes no tratamento de pacientes com doenças crônicas graves.

A realização dessa pesquisa, permitiu-nos compreender melhor os sentimentos e emoções vivenciados por um grupo de pacientes oncológicos e suas famílias, para que possamos contribuir para o desenvolver de estratégias de enfrentamento que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

Finalmente, concordamos com Mathilde Neder, quando afirma que a atuação do Psicólogo Hospitalar é um desafio que exige equilíbrio e o conhecimento ampliado das questões que cercam cada caso, devendo perceber que sua missão é especial, pois somente é plena de êxito, se é fundamentada na mais autêntica prática do amor!

REFERÊNCIAS

ANGERAMI-CAMON, V.A.; CHIATTONE, H.B. de C. e NICOLETTI, E. A. (ORG). *O Doente, a Psicologia e o Hospital*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002

CHIATTONE, H.B.C.; SEBASTINI, R.W.; FONGARO, M.L.H. e SANTOS, C.T.E (ORG). *A Psicologia entrou no Hospital*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

CAMPOS, T.C.P. *Psicologia Hospitalar. Atuação do Psicólogo em Hospitais*. São Paulo: EPU, 1995.

HORTA, C.R.; NEME, C.M.B.; CAPOTE, P.S.de O.; GIBRAN, V.M. O Papel da Fé no Enfrentamento de Câncer. In *Psicologia da Saúde: perspectivas interdisciplinares*. São Carlos: Rima, 2003.

JARAMILLO, I.F. de (ORG.). *Morrer Bem*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006.

LEITÃO, M.S. A História da Psicologia Hospitalar no Brasil. In *Diálogos, Psicologia e Saúde*, ano 3, nº4, , p.19-22, dez. 2006.

MIYAZAKI, M.C de O.S, DOMINGOS, N.A.M.; CABALLO, V.E. Psicologia da Saúde: Intervenções em Hospitais Públicos. In RANGÉ, B. (ORG.). *Psicoterapias Cognitivo-Comportamentais: Um diálogo com a psiquiatria*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

42 NEME, C.M.B. *Enfrentamento do câncer: ganhos terapêuticos com psicoterapia num serviço de psiconcologia em hospital geral*. 1999. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP.

RANGÉ, B. (ORG.). *Psicoterapias Cognitivo-Comportamentais: um diálogo com a psiquiatria*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SAMPAIO,A.C.P. *Mulheres com Câncer de mama: Análise Funcional do Comportamento Pós- Mastectomia*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP.

REDE DE INFORMAÇÕES ELETRÔNICAS PARA PESQUISADORES DA ÁREA DA SAÚDE

ELETRONICS NETWORK FOR HEALTH'S RESEARCHERS

*Damare Tomasin Biazin**

RESUMO:

Familiarizar-se com as normas da comunicação científica é fundamental para quem pretende elaborar e publicar um trabalho científico. Nesse sentido são apresentadas informações eletrônicas utilizadas em revistas científicas e em órgãos de pesquisa, especialmente da área da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência da Informação; Comunicação Científica; Rede de Informação Eletrônica.

ABSTRACT:

To become familiar with scientific communication requirements is essential to whom intend to prepare and publish a scientific work. With this purpose, electronic information is used in scientific serials and in research organs; especially in the health's area.

KEY-WORDS: Information Science; Scientific Communication; Eletronics Network.

1. INTRODUÇÃO

A qualidade de um trabalho científico está intimamente relacionada a uma boa revisão de literatura, pois é uma das principais fases do processo de pesquisa. A revisão contribui para a definição do problema e conceitos relacionados, a identificação de um referencial teórico que dê suporte ao estudo, assim como instrumentos e técnicas para a coleta e análise de dados. Por último, fornece subsídios para a comparação dos resultados com os de outros autores, permitindo análise das semelhanças, diferenças e proposições de novas investigações.

Assim, a revisão de literatura deve ser o primeiro passo para identificar a base atual de conhecimento sobre determinado assunto ao se propor um problema de investigação.

Além de permitir a estrutura teórica de um estudo, a revisão de literatura pode ser em si mesma uma pesquisa (Pesquisa Bibliográfica) e constituir um produto final de Cursos de Graduação (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) e Cursos de Especialização (Monografia).

Ao final da revisão, o pesquisador deve ser capaz de responder às seguintes questões:

- o que é conhecido sobre o assunto estudado?
- o que é desconhecido?
- quais aspectos do fenômeno já foram estudados?
- como o fenômeno foi estudado?
- quais variáveis são conhecidas?
- quais instrumentos de medidas foram utilizados?

*Enfermeira, Doutora em Enfermagem Fundamental pela USP de Ribeirão Preto e Pró Reitora de Pesquisa e Pós Graduação da UniFil.

- o fenômeno foi estudado em quais situações?
- existe diferença no conhecimento do fenômeno na realidade local?
- quais estudos seriam interessantes para completar o assunto?
- os estudos podem ser replicados para outras situações?

As revisões de literatura devem, sempre que possível, buscar as fontes primárias de publicação, que são as publicações em periódicos pelo próprio autor/pesquisador. Já as fontes secundárias são os capítulos de livros e revisões que descrevem ou resumem as publicações e/ou pesquisas.

Atualmente vive-se na era da revolução da informática onde as fontes de informações são mais amplas e o conhecimento chega de forma mais rápida por meio da Internet, cuja ferramenta pode e deve ser utilizada para auxiliar os pesquisadores na tarefa de levantamento bibliográfico para a revisão de literatura. Familiarizar-se com as normas da comunicação científica é fundamental para quem pretende elaborar e publicar um trabalho científico.

Diante do exposto, o objetivo desse trabalho é apresentar as redes de informações eletrônicas utilizadas em revistas científicas e em órgãos de pesquisa.

2. REDE DE INFORMAÇÕES ELETRÔNICAS

Biblioteca Cochrane: Consiste em uma coleção de fontes de informação atualizada sobre Medicina Baseada em Evidências, incluindo a Base de Dados *Cochrane* de Revisões Sistemáticas (revisões preparadas pelos Grupos da Colaboração *Cochrane*). O acesso gratuito à Biblioteca *Cochrane* através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) está disponível aos países da América Latina e Caribe, por meio do endereço eletrônico:

<<http://cochrane.bvsalud.org/portal/php/index.php?lang=pt>>

BIREME (Biblioteca Regional de Medicina): Centro Especializado da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), estabelecido no Brasil desde 1967, em colaboração com o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). A BIREME tem como objetivo a promoção da cooperação em informação em saúde, com os países da América Latina e do Caribe, com o intuito de desenvolver os meios e as capacidades para proporcionar acesso equitativo à informação científica e técnica em saúde, com artigos relevantes, atualizados e que são acessados de forma rápida, eficiente e com custos adequados. Os principais fundamentos que dão origem e suporte à existência da BIREME são:

- a necessidade de desenvolver a capacidade dos países da América Latina e do Caribe de operar as fontes de informação técnico-científica em saúde de forma cooperativa e eficiente;
- o acesso à informação técnico-científica em saúde é essencial para o desenvolvimento da saúde; e,
- a necessidade de promover o uso e de responder às demandas de informação técnico-científica em saúde dos governos, dos sistemas de saúde, das instituições de ensino e investigação, dos profissionais de saúde e do público em geral.

A BIREME administra as seguintes fontes de informação:

- fontes de informações referenciais;
- produção de publicações eletrônicas;
- terminologia em ciência da saúde;
- Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciência da Saúde (LILACS);
- Localizador de Informação em Saúde (LIS);
- “Scientific Electronic Library On Line” (SciELO);
- operação de fontes de informação; e,
- textos completos.

Pode ser acessada no endereço: <<http://www.bireme.br/>>

BVS (Biblioteca Virtual em Saúde): Coordenada pela BIREME, constitui-se em um dos modelos mais avançados de gestão de informação e conhecimento. É uma coleção descentralizada e dinâmica de fontes de informação que têm como objetivo o acesso equitativo ao conhecimento científico em saúde. Essa coleção opera como rede de produtos e serviços na Internet, de modo que satisfaça progressivamente às necessidades de informação em saúde das autoridades, dos administradores, dos pesquisadores, dos professores, dos estudantes, dos meios de comunicação e do público em geral. Distingue-se do conjunto de fontes de informação disponíveis na Internet por obedecer a critérios de seleção e controle de qualidade.

Pode ser acessada em: <<http://www.bireme.br/>>

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior): Fundação do Ministério da Educação, criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto n. 29.741. A CAPES disponibiliza lista completa de periódicos, com artigos completos, on line. Investe no desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado), focada na formação de pessoal qualificado no Brasil e no Exterior. A Capes, responsável por mais da metade das bolsas de pós-graduação no país, avalia cursos de mestrado e doutorado, financiando a produção e a cooperação científica.

Seu endereço eletrônico é: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>

CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico): Agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país. Sua história está diretamente ligada ao desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil contemporâneo.

O acesso pode ser feito em: <<http://www.cnpq.br/index.htm>>

CONFLITO DE INTERESSE: É um conjunto de condições em que o julgamento de um profissional, a respeito de um interesse primário, tende a ser influenciado indevidamente por um interesse secundário. As pessoas tendem a identificar conflitos de interesse apenas como as situações que envolvem aspectos econômicos. No entanto, outros importantes aspectos também podem ser lembrados, tais como interesses pessoais, científicos e sociais. No Brasil, desde a publicação da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, os Comitês de Ética em Pesquisa têm o direito de também avaliar os eventuais conflitos de interesse envolvidos nos projetos de pesquisa.

O link de acesso é: <<http://gateway.uk.ovid.com/gw2/ovidweb.cgi>>

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SUS): É um órgão da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, que tem a responsabilidade de coletar, processar e disseminar informações sobre saúde. Sendo um órgão de informática de âmbito nacional, representa papel importante como centro tecnológico de suporte técnico e normativo para a montagem dos sistemas de informática e informação da Saúde. Suas extensões estaduais constituem a linha de frente no suporte técnico às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Sua missão é: prover os órgãos do SUS de sistemas de informação e suporte de informática, necessários ao processo de planejamento, operação e controle do Sistema Único de Saúde. Através da manutenção de bases de dados nacionais, apoio e consultoria na implantação de sistemas e coordenação das atividades de informática inerentes ao funcionamento integrado dos mesmos. Suas principais linhas de atuação são:

- manutenção das bases nacionais do Sistema de Informações de Saúde;
- disseminação de Informações em Saúde para a Gestão e o Controle Social do SUS bem como para apoio à Pesquisa em Saúde;
- desenvolvimento de sistemas de informação de saúde necessários ao SUS;
- desenvolvimento, seleção e disseminação de tecnologias de informática para a saúde, adequadas ao país;
- consultoria para a elaboração de sistemas do planejamento, controle e operação do SUS;
- suporte técnico para informatização dos sistemas de interesse do SUS, em todos os níveis;
- normatização de procedimentos, softwares e de ambientes de informática para o SUS;
- apoio à capacitação das secretarias estaduais e municipais de saúde para a absorção dos sistemas de informações no seu nível de competência; e,
- incentivo e apoio na formação da RNIS - Rede Nacional de Informações em Saúde na Internet, e outros serviços complementares de interesse do SUS como redes físicas (InfoSUS), BBS e vídeo-conferência.
- O DATASUS pode ser acessado no endereço eletrônico:
<<http://www.datasus.gov.br>>

46

DeCS (Descritores em Ciências da Saúde): Vocabulário estruturado e trilingüe, criado em 1987 pela BIREME, para uso na indexação dos artigos das revistas científicas, livros, anais de congressos, relatórios técnicos e outros tipos de materiais. O DeCS também pode ser usado na pesquisa e recuperação dos assuntos da literatura científica nas bases de dados LILACS, MEDLINE e outras. Na BVS, o DeCS é a ferramenta que permite a navegação entre registros e fontes de informação por meio de conceitos controlados e organizados em português, espanhol e inglês. Foi desenvolvido a partir do Medical Subject Headings (*MeSH*), com o objetivo de permitir o uso de terminologia comum para pesquisa em três idiomas, proporcionando um meio consistente e único para a recuperação da informação. Além dos termos originários do *MeSH*, foram desenvolvidas as áreas específicas de Saúde Pública (1987), Homeopatia (1991) e Ciência e Saúde (2005).

O acesso é através do link: <<http://decs.bvs.br/>>

EMBASE.COM : Serviço eletrônico da *Elsevier* que oferece acesso às bases de dados *MEDLINE* (desde 1966) e *EMBASE* (desde 1974). Abrange as áreas das Ciências Biomédicas Básicas; Biotecnologia; Engenharia Biomédica e Instrumentação; Administração e Política da Saúde; Farmacologia; Saúde Pública, Ocupacional e Ambiental; Psiquiatria e Psicologia; Ciência Forense; Medicina Veterinária; Odontologia, entre outras. Na *Embase.com* se encontra a versão eletrônica das 52 seções da Excerpta Médica. Acesse: <<http://www.embase.com/>>

FATOR DE IMPACTO: O fator de impacto começou a ser considerado como uma maneira de avaliar as revistas científicas a partir da década 60. Eugene Garfield, diretor do *Institute of Scientific Information (ISI)* e criador da base de dados bibliográfica *Science Citation Index (SCI)*, elegeu esse instrumento como forma de classificar e avaliar as revistas incluídas na referida base. Quanto maior o fator de impacto, maior a importância do periódico no meio acadêmico e nas agências de fomento à pesquisa e pós-graduação. O fator de impacto de um periódico é calculado dividindo, o número total de citações dos artigos publicados nos dois anos anteriores, pelo número total dos artigos presentes no periódico no mesmo período. São os seguintes os fatores de impacto, em 2007, de alguns periódicos indexados no *ISI*: *Archives Surgeons*: 3,053. *Annals of the Surgery*: 5,937; *Lancet*: 23,407; *New England Journal Med*: 44,016; O link de acesso é: <<http://scientific.thomson.com/free/essays/journalcitationreports/impactfactor/>>

IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia): O IBICT é afiliado do *ISSN*, representando o Brasil. É um registro de suma importância para o manuseio, arquivo e manutenção de publicações, em centros de documentação e pesquisa, livrarias e bibliotecas. O IBICT é o centro nacional fornecedor daquele número às publicações. O acesso feito pelo site: <<http://www.ibict.br/index.php>>

ISI (depois *Thomson ISI* e atualmente *Thomson Scientific*): O *Information Sciences Institute*, considerado a primeira indústria da informação interdisciplinar, foi criado em 1958, na Filadélfia, EUA. Trata-se de uma companhia publicadora de bases de dados, que oferece uma cobertura abrangente das mais importantes e influentes pesquisas realizadas em todo o mundo. A base de dados *ISI* compreende títulos de revistas, livros e anais de congressos internacionais nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Artes e Humanidades. Uma parte importante dessa base são os títulos de revistas internacionais que o *ISI* indexa, registrando os dados bibliográficos completos para cada documento incorporado, incluindo os resumos originais em inglês, os endereços dos autores e editores e as referências citadas em cada revista: <<http://scientific.thomson.com/isi/>>.

ISSN (International Standard Serial Number ou Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas) - Organização intergovernamental representada por mais de 70 países. Foi criada em 1971, durante a reunião do *Unisist* (Sistema Mundial de Informação Científica) da Unesco e implantada em 1974. A norma técnica internacional da *International Standards Organization (ISO 3297)* identifica o título de uma publicação seriada (jornais, revistas, monografias seriadas, relatórios, entre outros.) em circulação, encerrada, ou com futura circulação, em qualquer idioma ou suporte físico utilizado (impresso, *online*, CD-ROM, dentre outras formas de divulgação.). O *ISSN* é composto por oito dígitos, incluindo o dígito verificador e é representado em dois grupos de quatro dígitos cada um, ligados por hífen precedido sempre por um espaço e a sigla

ISSN. Por exemplo, a Revista Terra e Cultura tem o ISSN 0104-8112 para a versão impressa e cada versão *online das revistas da UniFil (Revista de Educação, Jurídica e Ciências Empresariais)*.tem o ISSN específico: <<http://www.issn.org/>>

LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) - Base de dados cooperativa da Rede BVS que compreende a literatura relativa às Ciências da Saúde, publicada nos países da América Latina e Caribe, a partir de 1982. Atinge mais de 400.000 mil registros e contém artigos de cerca de 1.300 revistas mais conceituadas da área da saúde, das quais aproximadamente 730 continuam sendo atualmente indexadas. Também possui outros documentos tais como: teses, capítulos de teses, livros, capítulos de livros, anais de congressos ou conferências, relatórios técnico-científicos e publicações governamentais.

<<http://www.bireme.br/php/level.php?lang=pt&component=107&item=17>>

MEDLINE (*MEDlars onLINE*): Base de dados da literatura internacional da área médica e biomédica, produzida pela NLM (*National Library of Medicine, USA*) e que contém referências e resumos de mais de 5.000 títulos das revistas publicadas nos Estados Unidos e em outros 70 países, cobrindo mais de 10 milhões de registros de todo o mundo desde 1966, com predominância na língua inglesa. Nesta base de dados estão indexadas publicações referentes às áreas de: Medicina, Biomedicina, Enfermagem, Odontologia, Veterinária, Saúde Pública e disciplinas básicas (Fisiologia, Anatomia, Bioquímica, entre outras). A atualização da base de dados é mensal. A *Medline* pode ser acessada via *National Libray of Medicine (Pubmed)*, via BIREME <http://www.bireme.br/> ou via OVID <<http://gateway.ovid.com/>>

<<http://www.bireme.br/php/level.php?lang=pt&component=107&item=17>>

MeSH (*Medical Subject Headings*) - Vocabulário controlado da *United States National Library of Medicine*, usado na indexação dos artigos da *Medline*. O vocabulário *MeSH* apresenta forma consistente de recuperar informação que pode aparecer de diferentes formas terminológicas para descrever o mesmo conceito.

<<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez?db=mesh>>

Ministério da Saúde – MS: Muito embora a história da Saúde Pública Brasileira tenha início em 1808, o Ministério da Saúde só veio a ser instituído no dia 25 de julho de 1953, com a Lei nº 1.920, que desdobrou o então Ministério da Educação e Saúde em dois ministérios: Saúde, Educação e Cultura. A partir da sua criação, o Ministério passou a encarregar-se, especificamente, das atividades até então de responsabilidade do Departamento Nacional de Saúde (DNS), mantendo a mesma estrutura e dando ao órgão governamental o perfil de Secretaria de Estado, apropriado para atender aos importantes problemas da saúde pública existentes. O Ministério da Saúde mantém um Portal de Saúde com informações sobre todos os seus Programas, tais como: Farmácia Popular, Brasil Sorridente, Medicamento Fracionado, DST/AIDS, Saúde da Família, Olhar Brasil, Combate à Dengue, Doe Órgãos. Doe Vida, SAMU, Pratique Saúde, entre outros. O Portal do Ministério da Saúde pode ser acessado em: <<http://www.SAUDE.gov.br>>

Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): Fundada em 1940 é atualmente responsável pela normalização técnica no Brasil, fomentando o setor tecnológico nacional. A ABNT é uma entidade privada, sem fins lucrativos e a única representante de organismos internacionais como: International Organization for Standardization – ISO; International Electrotechnical Commission – IEC; Comissão Panamericana de Normas Técnicas – COPANT e Associação Mercosul de Normalização – AMN: <<http://www.abnt.org.br>>

Normas de Vancouver - Com o objetivo de estabelecer diretrizes para o formato dos originais submetidos às revistas médicas, um grupo de editores se reuniu em 1978, em Vancouver, Canadá. Esse grupo ficou conhecido, entre os editores e autores de publicações da área biomédica, como o Grupo de Vancouver. Em 1979, publicaram, pela primeira vez, as normas para a apresentação de originais, inclusive formatos de referências desenvolvidos pela *National Library of Medicine (NLM)*, produtora da base de dados *Medline*. O Grupo de Vancouver cresceu e acabou por evoluir no sentido da constituição da Comissão Internacional de Editores de Revistas Médicas - *International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE)* - que se reúne anualmente. A última atualização foi em fevereiro de 2006 e pode ser conferida em: <<http://www.icmje.org/>>

OMS - Organização Mundial da Saúde (WHO- WORLD HEALTH ORGANIZATION) é uma agência especializada em saúde, fundada em 7 de abril de 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas. Sua sede é em Genebra, na Suíça. O diretor-geral é, desde 2006, o sueco Anders Nordström. A OMS tem suas origens nas guerras do fim do século XIX (México, Criméia). Após a Primeira Guerra Mundial, foi criado o comitê de higiene, que foi o embrião da OMS. Segundo sua constituição, a OMS tem por objetivo desenvolver ao máximo o nível de saúde de todos os povos. O Brasil tem participação fundamental na história da OMS, criada pela ONU para elevar os padrões mundiais de saúde. A OMS é a autoridade diretiva que coordena a ação à saúde no Sistema das Nações Unidas. É responsável por desempenhar a função de liderar os assuntos sobre saúde mundial, configurar a agenda de pesquisa em saúde, estabelecer normas e padrões, articular opções da política baseada em evidências, fornecer apoio técnico aos países, monitorar e avaliar as tendências de saúde mundial. A OMS pode ser acessada no endereço: <<http://www.who.int/en/>>

Plataforma Lattes: Representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de currículos e de instituições da área de ciência e tecnologia em um único Sistema de Informações, cuja importância atual se estende, não só às atividades operacionais de fomento do CNPq, como também às ações de fomento de outras agências federais e estaduais. É importante para a busca de currículos de pesquisadores, pois o Currículo Lattes registra a vida pregressa e atual dos pesquisadores sendo elemento indispensável à análise de mérito e competência dos pleitos apresentados à Agência. Em meados dos anos 80, já havia entre os dirigentes do CNPq a preocupação pela utilização de um formulário padrão para registro dos currículos dos pesquisadores brasileiros. Os objetivos deste formulário seriam, além de permitir a avaliação curricular do pesquisador, a criação de uma base de dados que possibilitasse a seleção de consultores e especialistas, e a geração de estatísticas sobre a distribuição da pesquisa científica no Brasil. Em agosto de 1999, o CNPq lançou e padronizou o Currículo Lattes como sendo o formulário de currículo a ser utilizado no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia e CNPq. Desde 1999, o Currículo Lattes vem aumentando sua abrangência, sendo utilizado pelas principais universidades, institutos, centros de pesquisa e fundações de amparo à pesquisa dos estados como instrumento para a avaliação de pesquisadores, professores e alunos. A Plataforma Lattes pode ser acessada por meio do site: <<http://lattes.cnpq.br>>

Prática Baseada em Evidências – Nas últimas décadas, o aumento do número de publicações, o avanço dos recursos computacionais, a preocupação com a fundamentação científica da prática profissional e a eficácia das intervenções, levou ao desenvolvimento do conceito da

Prática Baseada em Evidências. Este conceito surgiu na área médica – Medicina Baseada em Evidência e estendeu-se por outras áreas (CALIRI,2002). As fontes de evidências para a prática clínica são as revisões sistemáticas, a metanálise e as diretrizes para a prática clínica. Centros de disseminação de evidências disponibilizam publicações impressas e online. Nos Estados Unidos da América, um dos centros, o National Guideline Clearing House – NGCH pode ser acessado no endereço: <<http://www.guideline.gov>>

Pubmed - É uma base de dados de acesso público, criada e mantida pela Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos (National Library of Medicine's – NLM) e abrange as áreas de Enfermagem, Odontologia, Medicina, Medicina Veterinária e Saúde Pública. Permite acesso a várias bases de dados incluindo a *OLDMEDLINE* (registros anteriores a 1966), a *Serials Database* (sobre as revistas indexadas), e a *MEDLINE* (de 1966 em diante): <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez>

QUALIS - Classificação feita pela Capes dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos, cujo objetivo é atender às necessidades específicas da avaliação da pós-graduação realizada por essa agência. A classificação é feita por 44 comissões de consultores, cada qual focalizando um conjunto específico de áreas do conhecimento, e se baseia nas informações fornecidas pelos programas de pós graduação, por meio da Coleta de Dados pela Capes, sobre os trabalhos publicados por seus docentes e discentes. A classificação dos periódicos, divulgada no Qualis das áreas, segue uma escala de dupla entrada, relativa ao âmbito de circulação do veículo – internacional, nacional, local – e à sua qualidade – alta (A), média (B) ou baixa (C). As combinações dessas categorias compõem as nove opções indicativas da importância do veículo de divulgação, que são usadas pela Capes na composição dos indicadores da avaliação. O Qualis fornece um indicador da qualidade e do âmbito da circulação dos mais de quarenta mil periódicos utilizados na divulgação dos trabalhos técnicos e científicos dos programas de pós-graduação, o que pode ser conferido no endereço: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/webqualis.html>>

SCI (Science Citation Index) – Editado em 1961 por Eugene Garfield, diretor do ISI e criador da base de dados bibliográfica *Science Citation Index Expanded (SCIE)*. A *SCI* cobre cerca de 5.500 títulos de periódicos internacionais, envolvendo 164 disciplinas, nas seguintes áreas: Tecnologia Agrícola e de Alimentos, Astronomia, Ciências Comportamentais, Bioquímica, Biologia, Ciências Biomédicas, Química, Ciências Computacionais, Eletrônica, Engenharia, Ciências do Meio Ambiente, Genética, Geociências, Instrumentação, Ciências de Materiais, Matemática, Medicina, Microbiologia, Ciência Nuclear, Farmacologia, Física, Psiquiatria e Psicologia, Estatísticas e Probabilidade, Tecnologia e Ciências Aplicadas, Medicina Veterinária e Zoologia: <<http://www.thomsonscientific.com/cgi-bin/jrnlst/%20jloptions.cgi?PC=K>>

SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) – É uma biblioteca virtual que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A SciELO é a aplicação de um projeto de pesquisa, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciência da Saúde – BIREME, consolidado de publicação eletrônica de periódicos científicos seguindo o modelo de *Open Access*, que disponibiliza gratuitamente os textos completos dos artigos de mais de 290 revistas científicas do Brasil, Chile, Cuba, Espanha, Venezuela e outros países da América Latina. Além da publicação eletrônica dos artigos, a *SciELO* provê enlaces de saída e chegada por meio

dos nomes dos autores e das referências. Também publica relatórios e indicadores de uso e impacto das revistas: <<http://www.scielo.br/>>

SIBRADID - O Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva - SIBRADID, tem por objetivo fornecer Produtos de Informação em Ciências do Esporte, Educação Física, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Lazer, Recreação e afins. A produção científica dos países de língua portuguesa é também alvo do conteúdo da base, que inclui dissertações, teses, relatórios de pesquisa, relatórios técnicos, livros, capítulos de livros e artigos de periódicos: <<http://www.sibradid.eef.ufmg.br/bases.html>>

SISNEP – O Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos é um sistema de informações via Internet sobre pesquisas com seres humanos. Os usuários desta nova ferramenta são os pesquisadores, os Comitês de Ética em Pesquisas (CEPs), a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP); e a população em geral. O SISNEP está sendo instalado em CEPs selecionados previamente pela CONEP.

A proteção dos direitos dos sujeitos de pesquisa é uma das grandes preocupações do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que através da (CONEP) tem fortalecido a atuação nesta área. O SISNEP torna possível uma série de objetivos, sendo que o principal é facilitar o registro das pesquisas envolvendo seres humanos e orientar a tramitação de cada projeto para que todos sejam submetidos à apreciação ética antes de seu início. Todo pesquisador que pretende desenvolver pesquisa com seres humanos deverá protocolizar seu projeto no SISNEP e somente após sua apreciação e aprovação é que o pesquisador poderá iniciar a coleta dos dados. Para obter todas as informações procure o Comitê de Ética da UniFil ou acesse o site: <<http://portal.saude.gov.br/sisnep>>

O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após Consentimento Livre e Esclarecido dos sujeitos de pesquisa que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa. Exige-se que o esclarecimento dos sujeitos se faça por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que deve ser redigido em linguagem acessível e que inclua necessariamente os seguintes aspectos: a) a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa; b) os desconfortos e riscos possíveis e os benefícios esperados; c) os métodos alternativos existentes; d) a forma de acompanhamento e assistência, assim como seus responsáveis; e) a garantia de esclarecimento, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou placebo; f) a liberdade de o sujeito recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado; g) a garantia do sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa; h) as formas de ressarcimento das despesas decorrentes da participação na pesquisa; e i) as formas de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

As pesquisas que envolvem seres humanos são normalizadas pela Resolução 196/96 do CNS, que poderá ser obtida no endereço: <http://conselho.saude.gov.br/docs/Resolucoes/Reso196.doc>

SPORT/IASI/DATABASE - O Sport Database, como o próprio nome já diz, é um amplo banco de dados voltado à área desportiva. Ele faz parte da IASI (International Association in Sport Information), uma rede internacional que contém um banco de dados referentes à área de desportos. Essa rede tem sua matriz na Europa, mas abrange cerca de 60 países, e tem filiação ao

Conselho Internacional de Ciência Esportiva e Educação Física (ICSSPE-UNESCO). Para utilizá-lo é necessário um conhecimento da língua inglesa, uma vez que a maioria das informações e documentos encontra-se em inglês: <<http://www.iasi.org>>

WEB OF SCIENCE - Site com informações sobre artigos publicados, a partir de 1945, em mais de 8.400 periódicos especializados em todas as áreas do conhecimento (Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Sociais, Artes e Humanidades). De cada artigo, pode ser obtido o resumo, as referências e as citações. Da mesma forma, todas essas informações podem ser obtidas para aqueles artigos que citem ou sejam citados por um determinado artigo da base. O Web of Science só pode ser utilizado mediante assinatura, exceto quando feito através de Instituições de ensino público: <<http://www.webofscience.com>>

Na busca de informações disponíveis na Internet, o pesquisador precisa ser crítico e adotar critérios para seleção do material, já que qualquer pessoa pode disponibilizar o que bem entender em seu site pessoal. Por isso são apresentados a seguir, os critérios para avaliação propostos por Hacker (2000):

- Precisão: exatidão do documento: quem é o responsável? autor/Instituição? Como pode ser contatado?
- Autoridade: quais credenciais são apresentadas pelo autor? É pessoa qualificada para escrever o documento? Onde está publicado?
- Objetivos/audiência: quais são os objetivos da página? Existem propagandas ou comércio de produtos relacionados/ Qual é o público alvo e por que? O autor expressa alguma idéia ou opinião pessoal?
- Atualização: quando a página foi iniciada? Quando foi atualizada? Os links funcionam? Alguns não existem mais? As informações são atuais?
- Qualidade da apresentação disponível: a página apresenta somente textos ou inclui imagens? Requer algum programa especial para acesso? O acesso é livre de ônus?

52

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que a revisão de literatura é o momento em que o pesquisador reúne, analisa e discute informações relevantes já publicadas na área. Deste modo, não é uma simples transcrição de pequenos textos, um recorte de citações de diferentes autores e pontos de vista, mas sim, uma síntese e crítica do pesquisador sobre o conhecimento e assunto existentes, finalizada pela argumentação sobre a importância ou necessidade do estudo proposto em seu trabalho.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

BIBLIOTECA COCHRANE. Disponível em: <<http://cochrane.bvsalud.org/portal/php/index.php?lang=pt>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

BIREME - Biblioteca Regional de Medicina. Disponível em: <<http://www.bireme.br/>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

BVS – Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: <<http://.bireme.br>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

CALIRI, M. H. L. *A Utilização da Pesquisa na Prática Clínica de Enfermagem. Limites e Possibilidades*. 2002. 102p. Tese (Livre-docência). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, SP, 2002.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/index.htm>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

DeCS - Descritores em Ciências da Saúde. Disponível em: <<http://decs.bvs.br/>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

EMBASE.com - Serviço eletrônico da *Elsevier*. Disponível em: <<http://www.embase.com/>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

Fator de Impacto. Disponível em: <<http://scientific.thomson.com/free/essays/journalcitationreports/impactfactor/>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

HACKER, D. *A Writer's Reference*. 4th ed. Philadelphia: Bedford Martins, 2000.

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://www.ibict.br/index.php>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

ISI - *Information Sciences Institute*. Disponível em: <<http://scientific.thomson.com/isi/>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

ISSN - International Standard Serial Number ou Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas. Disponível em: <<http://www.issn.org/>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

LILACS - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde. Disponível em: <<http://www.bireme.br/php/level.php?lang=pt&component=107&item=107>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

MEDLINE - *MEDlars onLINE* – Base de dados da literatura internacional da área médica e biomédica. Disponível em: <<http://www.bireme.br/php/level.php?lang=pt&component=107&item=107>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

MeSH - *Medical Subject Headings*. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez?db=mesh>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

Ministério da Saúde – MS. Disponível em: <<http://SAUDE.gov.br>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

Normas de Vancouver. Disponível em: <<http://www.icmje.org/>> Acesso feito em 21 de Abril de 2008.

OMS - Organização Mundial da Saúde (WHO- WORLD HEALTH ORGANIZATION). Disponível em: <<http://www.who.int/en/>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

Plataforma Lattes. Disponível em <<http://lattes.cnpq.br>>. Acesso em 22 de Maio de 2008.

Prática Baseada em Evidências. Disponível em: <<http://www.guideline.gov>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

Pubmed. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

QUALIS. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/webqualis.html>> cesso em 21 de Abril de 2008.

RESOLUÇÃO 196/96. *Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos*. Conselho Nacional de Saúde. 1996. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/docs/Resolucoes/Reso196.doc>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

54 SCI - Science Citation Index. Disponível em: <<http://www.thomsonscientific.com/cgi-bin/jrnlst/%20jloptions.cgi?PC=K>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

SciELO - *Scientific Electronic Library Online*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

SIBRADID - O Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva. Disponível em: <<http://www.sibradid.eef.ufmg.br/bases.html>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

SISNEP – Sistema Nacional de Informação sobre Ética envolvendo Seres Humanos na Pesquisa. Disponível em <<http://portal.saude.gov.br/sisnep>> . Acesso em 22 de Maio de 2008.

SPORT/IASI/DATABASE. Disponível em: <<http://www.iasi.org>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

Web of Science. Disponível em: <<http://www.webofscience.com>> Acesso em 21 de Abril de 2008.

NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PRINCÍPIOS ÉTICOS NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR

ETHICAL PRINCIPLES IN THE EDUCATOR'S FORMATION

Claudiney José de Souza*

RESUMO:

Meu objetivo, neste artigo, é fazer uma análise do conceito de virtude na obra *Ética à Nicômaco* e em seguida confrontá-la com algumas reflexões contemporâneas, na tentativa de mostrar em que sentido a virtude aristotélica se constitui em princípio ético imprescindível na formação do educador.

PALAVRAS-CHAVE: Virtude, Excelência, Felicidade, Hábito.

ABSTRACT:

My objective, in this article, is to do an analysis of the virtue concept in Aristotle and soon after to confront it with some contemporary reflections, in the attempt of showing in that felt the Aristotelian virtue it is constituted in indispensable ethical beginning in the educator's formation.

KEY-WORDS: Virtue, Excellence, Happiness, Habit.

1. INTRODUÇÃO

Grande parte dos problemas relativos à formação de educadores está relacionada com questões de comportamento, ou seja, com questões de conduta ética. Desta forma, os desafios na tarefa da formação de autênticos educadores somente serão superados após a realização de um trabalho sério e duradouro em áreas do conhecimento que há muito tempo estão relegadas a um segundo plano ou mesmo esquecidas. Refiro-me a questões relativas a valores ou princípios éticos que forneçam uma fundamentação para nossas atitudes e comportamentos no mundo. Discussão que não é bem-vinda nos debates atuais, por envolver questões que parecem não repercutir efetivamente em nossas práticas educativas ou por ser considerada desinteressante e “descolada” de nossa realidade. No mundo industrializado, tecnicista e globalizado, a reflexão ética quase não tem espaço.

Enfim, a filosofia, de uma forma geral, não é bem-vinda, pois não consta da lista de conhecimentos que “dão resultado”, pelo menos segundo a concepção utilitarista que esposamos. No entanto, se a presença da filosofia – e de outros conhecimentos que lidam com fundamentos educacionais – não “dá resultado”, sua ausência, por outro lado, repercute em questões muito concretas. A título de exemplo basta lembrar que vivenciamos diversas vezes, em nossa história, problemas resultantes da falta de ética na política educacional brasileira tais como: desvio de recursos; manutenção da desigualdade social; preconceitos de todas as formas; descaso dos governantes; descaso para com a história, a cultura e a memória nacionais; interesses puramente econômico; deficiências na formação dos educadores, dentre outros. E isto mostra que fundamentos filosóficos, principalmente éticos, nada têm a ver com discussões puramente abstratas.

*Doutor em Filosofia na Unicamp, Professor de filosofia na UEL e-mail: claudiney@uel.br

Neste sentido, meu objetivo é apresentar brevemente como na obra *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, o conceito de virtude pode ser compreendido enquanto um princípio ético fundamental na formação do educador. A compreensão desta proposta depende, por sua vez, da compreensão de uma série de questões que perpassam parte da obra deste filósofo, principalmente os livros I e II, onde são estruturados os conceitos básicos, aos quais faço menção e que procuro elucidar de maneira a nos fazer compreender em que medida a ética aristotélica pode se apresentar enquanto um fundamento para uma autêntica formação de educadores.

2. A VIRTUDE NA ÉTICA À NICÔMACO DE ARISTÓTELES

Aristóteles inicia EN I afirmando que toda atividade tem em mira um bem qualquer, ou seja, todas as coisas tendem para um fim determinado. Há desta maneira, uma diversidade de fins. Dentre eles parece haver um que é desejado por si mesmo e ao qual todos os outros bens estão subordinados. A este fim ele chama sumo bem, eudaimonia¹, ou mais precisamente, felicidade.

Mas, dizer que este fim é a felicidade não é o suficiente. É preciso interrogar que tipo de vida está subjacente à felicidade². Alguns pensam ser a vida dos prazeres³, outros identificam-na com a honra. Há ainda os que afirmam ser a felicidade a virtude ou a vida de riquezas. Aristóteles contesta todas estas sugestões, afirmando que “este fim (ou sumo bem) deve antes, ser algo de absoluto e incondicional, deve ser [...] desejável em si mesmo e nunca no interesse de outra coisa [...] e deve ser auto-suficiente⁴, [...] aquilo que, em si mesmo, torna a vida desejável e carente de nada” (EN I 7 1097a 30 – 1097b 10). Desta forma, para responder adequadamente a questão, ele propõe que determinemos primeiro qual seja a função própria do homem⁵ já que “em geral, para todas as coisas que tem uma função ou atividade, considera-se que o bem e o “bem feito residem na função,” (EN I 7 1097b 25)⁶.

1 Segundo Ross, esta expressão significa “velado por um bom gênio”, mas em grego comum significa sorte, prosperidade. A tradução por felicidade é imprópria em ética. Para Aristóteles *eudaimonia* é antes, uma espécie de atividade. Seria prudente traduzi-la por bem-estar (Cf. ROSS 1987, p. 196). Já Macintyre acredita que *eudaimonia* é mal traduzida por felicidade porque ela inclui tanto a noção de comportar-se bem como a de viver bem. “O uso aristotélico desta palavra reflete o firme sentimento grego de que a virtude e a felicidade, no sentido de prosperidade, não podem divorciar-se por inteiro” (Cf. MACINTYRE, 1970, p. 166). Moraes Neto, por sua vez, afirma que a “felicidade não é um bem que possuímos assim como possuíramos uma coisa (*ktēma*), ou seja: não é um simples estado habitual (*exis*). Na verdade, a simples posse de um bem ou a simples disposição de hábitos são compatíveis com a inatividade ou até mesmo com o sono. Mas é unicamente no exercício da sua função, no uso (*kinesis*) em que se produz algo é que se atinge a felicidade” (MORAES NETO, 1999, p. 9).

2 Tugendhat afirma que a questão de Aristóteles é, na verdade, em que consiste a felicidade, mas tal questão não é tão inocente como soa de início, pois a intenção é mostrar que a felicidade consiste no compreender-se moralmente, e assim, naturalmente, algo deve ser dito sobre em que consiste a moral (Cf. TUGENDHAT, 1996, p. 258).

3 Segundo Furtado, o prazer não é contrário à busca da perfeição das atividades em relação à sua finalidade. Ele possibilita tornar a práxis e a felicidade independente do conhecimento racional. Ele conduz o agente na busca da perfeição, na medida em que desta perfeição decorre a satisfação (Cf. FURTADO, 1998, p. 114-115). Para Tugendhat o prazer não é algo que possamos aspirar por ele mesmo. O que aspiramos são as respectivas atividades. O gozo é algo acrescentado à ação. A atividade virtuosa é uma atividade prazerosa. O problema é saber se a atividade não-virtuosa é menos prazerosa (Cf. TUGENDHAT, 1996, p. 279-280).

4 Dutra afirma que o significado analítico de bem (1 – o bem é o desejo; 2 – o bem é um fim.) é incompleto porque nem todo objeto de desejo, ou, nem todo fim é bom; falta-lhe um terceiro elemento: 3 - o bem é um fim que desejamos por ele mesmo (Cf. DUTRA, 1998 p. 116-120).

5 Quanto à questão da função própria, acreditamos ser indispensável a leitura do artigo de Hobbus Qual racionalidade?, onde ele alega que o argumento do *ergon* pressupõe tanto uma racionalidade teórica quanto uma racionalidade prática. Segundo ele, o argumento do *ergon* não suporta uma tese restritiva, mas sugere em seu âmbito as duas racionalidades em questão (Cf. HOBUSS, 1998. p. 55-70).

6 Essa questão será bem compreendida se considerarmos a relação que mantêm com o conceito de *techne*. Segundo Heidegger, *techne* para os gregos não significa trabalho artesanal ou artístico como geralmente se supunha. *Techne* não é um modo de execução prática. “A palavra *techne* designa muito mais um modo de saber. Saber significa ter visto, no sentido amplo de ver, ou seja, reconhecer o que está presente diante de nós, enquanto tal. A essência do saber, para o pensamento grego, repousa em aletheia, ou seja, na desocultação do ente. (...) A *techne* como compreensão grega do saber é uma produção (...) do ente, na medida em que, retira e produz expressamente o presente, enquanto tal, (fora) da sua reserva para a eclosão (não desocultamento) de sua aparência. Jamais *techne* pode significar a atividade de uma fabricação” (HEIDEGGER, 1992, p. 15).

Então também o homem teria uma função que desempenha através de uma atividade específica e a desempenha bem realizando-a adequadamente. Função esta que não pode estar restrita a uma vida vegetativa ou nutritiva apenas. Para Aristóteles apenas a parte racional da alma seria especificamente humana (Cf. EN I 13). Segundo ele, a função própria do homem é, portanto, uma atividade da alma que implica um princípio racional. Enfim, é a realização excelente da atividade que o caracteriza, ou seja, a atividade da razão. Se, para Aristóteles, uma ação é bem realizada quando está de acordo com a excelência que lhe é própria, “o bem do homem nos aparece como uma atividade da alma em consonância com a virtude” (EN I 1098a 15). A virtude consiste, portanto, na perfeição da função própria do homem, pois está relacionada com o funcionamento apropriado de cada coisa. O homem é feliz quando exerce bem sua atividade. Da perfeição do ato decorre a satisfação de prazer (Cf. FURTADO, 1998, p. 115-116)⁷. Da mesma forma que nas artes do músico, do arquiteto e das demais atividades, o bem feito se traduz no exercício excelente destas próprias artes, o mesmo ocorre na prática de comportamentos éticos. Só nos tornaremos justos pela prática de atos justos⁸. Então, quando Aristóteles define virtude⁹ ele a conecta desde o princípio com a ação. A virtude é uma disposição que se realiza por meio e na ação.

Até aqui o raciocínio de Aristóteles é válido tanto para a virtude quanto para o vício, a diferença se estabelece com a apresentação do conceito de meio-termo¹⁰ para estabelecer a espécie de disposição que é a virtude (Cf. EN II 4). Assim como existe um meio-termo com relação às artes e aos objetos, existe excesso, carência e um meio-termo relativamente a nós.

7 Sendo assim, a aquisição da virtude está relacionada com o exercício dessa mesma atividade, ou seja, com o exercício dos próprios atos virtuosos. Adquirimos as virtudes por meio de uma espécie de exercício. Possuímos uma capacidade para sermos virtuosos, mas esta capacidade precisa ser desenvolvida pela prática. Assim como aprendemos a tocar um instrumento, tocando, nos tornamos virtuosos pela prática de atos virtuosos. A virtude é adquirida pelo exercício, por isso é pelas mesmas causas que se pode gerá-la e destruí-la. É pelos atos excelentes ou não que praticamos em nossas ações que nos tornamos justos ou injustos. Tudo depende, portanto, de nos habituarmos a agir desta ou daquela maneira. A perfeição pressupõe, portanto, o princípio do hábito. Segundo Aristóteles, as virtudes não surgem em nós por natureza. Só podemos nos tornar perfeitos pela prática constante de atos virtuosos, e isso requer necessariamente o hábito. Nenhum homem é naturalmente virtuoso. Ele será virtuoso apenas na medida em se habitue no exercício de ações virtuosas.

8 Tugendhat acredita que não há um emprego gramaticalmente absoluto de bom, pois, ele remete a um emprego *atributivo preeminente* em que dizemos que alguém é bom não como violinista ou cozinheiro, mas como homem ou membro de uma comunidade. Bom, neste sentido, não está relacionado às ações, mas a pessoas. Já Aristóteles, acreditando que *bom* no sentido moral deve ser entendido dessa maneira, permite-nos um esclarecimento efetivo da valoração gramaticalmente absoluta. “Uma ação é boa, como o entende Aristóteles, quando é a ação de um homem bom” (TUGENDHAT, 1996, p. 59).

9 Guaríglia compreende a virtude em Aristóteles da seguinte maneira: “A virtude é a capacidade de domínio, emanada da parte racional, mas desenvolvida por meio do exercício até atingir sua posse plena, que nos permite refrear nossos desejos e temores, nossas emoções e sensações internas, a fim de adequar nossa conduta ao cânon de comportamentos impostos e transmitidos pela tradição” (GRARÍGLIA 1998, p. 16-17). A afirmação de Guaríglia aqui é contestável, já que o que ele denomina *capacidade de domínio* cabe, antes, ao homem continente e não ao virtuoso no sentido em que estamos considerando. O homem virtuoso parece gozar de uma permanência nas atividades virtuosas o que não acontece no caso do continente, que busca constantemente adequar-se a um suposto padrão moral. O homem virtuoso possui um caráter adquirido pelo hábito que lhe faz agir sempre visando os devidos meios que lhe conduzam com segurança ao fim que ele se propõe.

10 A noção de meio-termo pode, muitas vezes, não ser compreendida se não se levar em conta as circunstâncias nas quais a ação está inserida, por isso é conveniente introduzi-la sempre com um exemplo. A virtude da valentia, por exemplo, é o meio-termo entre a temeridade e a covardia. Dessa forma, o meio-termo é uma regra, um princípio de eleição entre os extremos da emoção e da ação. O problema é que há coisas das quais não se pode falar em extremos, como é o caso do assassinio, do furto, do adultério, que de qualquer forma que forem praticados se constituirão em extremos que devem ser evitados. Macintyre diz que Aristóteles não crê que há uma única opção correta com independência das circunstâncias. A ação virtuosa é determinada com alusão ao juízo do homem prudente, daquele que tem sabedoria prática (Cf. MACINTYRE, 1970, p. 72-73). Para Ross, há muito mais de teoria por detrás de sua definição de virtude. Os impulsos naturais não são bons ou maus em si mesmos. Para cada um existe um grau e objetos convenientes. A doutrina do meio-termo não é o modo correto de expressar este ponto de vista porque: 1) Aristóteles não consegue aplicar uma noção quantitativa a elementos como tempo, objeto e modo; 2) nem sempre a ação conveniente é o meio-termo; 3) o essencial é que os sentimentos estejam submetidos à regra correta e não se possuem tal ou tal intensidade; 4) conhecemos primeiro os extremos e deles inferimos o justo meio (Cf. ROSS, 1987, p. 201-202).

“Ora, a virtude diz respeito a paixões e ações, em que o excesso é uma forma de erro, assim como a carência, ao passo que o meio-termo é uma forma de acerto digna de louvor” (EN II 6 1106b 25). A virtude é uma espécie de mediania enquanto excesso e falta são características do vício. Somente o homem de sabedoria prática¹¹, ou seja, o homem prudente, é capaz de deliberar sobre o meio-termo em suas ações, optando, dessa forma pela prática da ação virtuosa. Nesse sentido a virtude depende, em grande medida, da prudência.

Agora, de posse de todos estes elementos, é possível dar uma definição precisa de que espécie de disposição é a virtude.

A virtude é, pois, uma disposição de caráter, relacionada com a escolha e consistente numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática. É um meio-termo entre dois vícios, um por excesso e outro por falta; pois que, os vícios ou vão muito longe ou ficam aquém do que é conveniente no tocante às ações e paixões, a virtude encontra e escolhe o meio-termo. E assim, no que toca à sua substância e à definição que lhe estabelece a essência, a virtude é uma mediania; com referência ao sumo bem e ao mais justo, é, porém, um extremo (EN II 6 1107a 35).

3. ALGUMAS REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

Após toda esta discussão, na tentativa de esclarecer o conceito de virtude na *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, pretendo a partir daqui, confrontá-la com algumas discussões contemporâneas relativas à formação de educadores. Para tanto, privilegio algumas reflexões de Paulo Freire e Rubem Alves na tentativa de mostrar a pertinência da virtude como fundamento para uma prática educativa autêntica na sociedade contemporânea.

Tomemos como ponto de partida uma afirmação de Freire que está em estrita correspondência com este tema. Segundo ele, “não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem” (FREIRE, 1986, p. 27). Desta forma, para o autor, toda reflexão sobre a educação e sobre o papel do educador acaba se constituindo, em última instância, em um estudo filosófico-antropológico. Inclusive, veremos que sua alternativa aos problemas que ressaltou acima se reduzem à mesma preocupação de Aristóteles. Segundo Freire, para falarmos de educação é preciso que “começemos por pensar sobre nós mesmos e trat[ar] de encontrar, na natureza do homem, algo que possa constituir o núcleo fundamental onde se sustente o processo de educação” (FREIRE, 1986, p. 27). Veja que, curiosamente, sua concepção se traduz, na verdade, na discussão aristotélica relativa a virtude. Lembre-se de que, segundo Aristóteles, a atividade própria do homem é a atividade da razão em consonância com a melhor e mais completa virtude, o que implica numa busca constante de auto-aperfeiçoamento, de excelência nas ações. Enfim, a vida humana é perfectível e isso não significa outra coisa senão que o homem não é um ser perfeito, acabado, mas que sua função é buscar, em suas ações, a excelência e a perfeição mediante atos virtuosos. O homem é, portanto, um ser *inacabado*. Segundo Freire deve haver um núcleo a partir do qual o homem deve ser analisado. Neste sentido ele afirma:

¹¹ Para Lima Vaz a sabedoria prática é a virtude da razão reta, é ela quem estabelece o meio-termo para as virtudes éticas. A sabedoria prática assinala a presença do logos ordenador das ações singulares. Segundo ele, com isso Aristóteles apresenta a dialética entre o implícito vivido do ethos e o explícito pensado da ética (Cf. VAZ, 1988, p. 106-107). Perine afirma que a sabedoria prática é um estado habitual cognitivo que pressupõe tanto um estado desiderativo quanto um estado cognitivo que é a experiência. O bom deliberador visa atingir o melhor fim porque tem como objeto não só os universais, mas também os singulares. Por isso, algumas pessoas dotadas de experiência, mesmo não possuindo a ciência dos universais, estão mais preparadas para agir do que outras que possuem tal ciência (Cf. PERINE, 1993, p. 38-39).

Qual seria este núcleo captável a partir de nossa própria experiência existencial? Este núcleo seria o inacabamento ou a inconclusão do homem. O cão e a árvore também são inacabados, mas o homem se sabe inacabado e por isso se educa. Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado (FREIRE, 1986, p. 27 – itálicos do autor)

Enfim, o homem é um ser que busca ser mais e melhor através da reflexão sobre si mesmo e sua circunstância. Busca constantemente a excelência e a perfeição em seus atos. Se for isto que, em última instância, distingue o homem de um cão ou de uma árvore, então a discussão de Freire, mais uma vez, resgata Aristóteles, para o qual, o homem não se caracteriza pela alma vegetativa nem pela alma sensitiva (próprias de outras espécies e não exclusivamente do homem), mas sim pela alma racional. É a partir desta última que ele tem consciência de seu “inacabamento” e busca, através de atos virtuosos, a realização excelente enquanto humano. Para Freire, aí está a raiz da educação. “A educação é possível para o homem porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto o leva à sua perfeição” (FREIRE, 1986, p. 27-28).

Enquanto tem consciência de seu “inacabamento”, o homem não é e não pode ser um mero objeto na educação; pelo contrário ele é o próprio sujeito da educação, o que implica em *liberdade*. Outra consequência do “inacabamento” do homem está no fato de ele nunca saber de maneira absoluta; disso decorre o princípio da *humildade*. Somente o educador humilde sabe que “todo saber traz consigo sua própria superação” (FREIRE, 1986, p. 29). Para este autor, portanto, o educador deve colocar-se na posição de quem comunica um saber sempre relativo. A humildade é uma atitude de amor, por isso ele conclui: “quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar” (Idem). A prática educativa resume-se no amor.

Esta última citação de Freire remete-nos à discussão de outro ilustre pensador profundamente preocupado com a formação ética dos educadores: Rubem Alves que, dentro da mesma ótica das discussões anteriores, mostra sua preocupação com a educação de qualidade, colocada em risco pela ausência do educador autêntico na sociedade contemporânea. Para ilustrar sua concepção, em seu livro *Conversas com quem gosta de ensinar*, Alves relata saudosamente uma série de atividades tais como a do caixeiro-viajante, do tropeiro, do boticário, da parteira e curiosamente a do educador, que não encontram mais espaço na nossa sociedade industrializada, globalizada, tecnicizada e informatizada.

E aí comecei a pensar sobre o destino [destas] profissões que foram sumindo devagarzinho. Nada parecido com aqueles que morrem de enfarte, assustando todo mundo. Aconteceu com elas o que acontece com aqueles velhinhos de quem a morte se esqueceu, e que vão aparecendo cada vez menos na rua, e vão encolhendo, mirrando, sumindo, lembrados de quando em vez pelos poucos amigos que lhes restam, até que todos morrem e o velhinho fica, esquecido de todos (ALVES, 1993, p. 10).

Com estas afirmações quase poéticas, Alves faz alusão ao trabalho do educador, que por não encontrar espaço na sociedade contemporânea acaba desaparecendo devagarzinho, sendo esquecido cada vez mais até que um dia desapareça definitivamente. Seu desaparecimento quase não é notado, no entanto, sua ausência causa-nos preocupação, pois são substituídos pelos professores. Mas o que há de preocupante nisto? Alves então responde dizendo que “professores há aos milhares. Mas professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão, é vocação. E toda vocação nasce de um grande amor, de uma grande esperança” (ALVES, 1993, p. 11).

A atividade do autêntico educador, segundo ele, não seria algo secundário, descolado de sua ação. Sua vivência e sua prática enquanto educador se constitui numa só coisa. Nisso consiste a excelência, a prática virtuosa, nos termos Aristotélicos. É por isso que somente o homem virtuoso poderia, legitimamente, almejar a prática educativa. Se nossas práticas educativas não se refletem em atos virtuosos, podemos ser, no máximo, excelentes profissionais, mas nunca verdadeiros educadores. O que nos permite, portanto, estabelecer esta diferença entre professores e educadores é o fato de estes últimos possuírem um propósito acima de tudo: a humanização dos seres inacabados, como afirma Freire, com os quais ele estabelece uma relação de amor. Sendo diferente, o educador habita também um mundo diferente do professor. Sua própria linguagem e atitudes parecem estranhas ao profissional.

Professores são habitantes de um mundo diferente, onde o “educador” pouco importa, pois o que interessa é um “crédito” cultural que o aluno adquire numa disciplina identificada por uma sigla, sendo que, para fins institucionais, nenhuma diferença faz aquele que a ministra. Por isso mesmo, professores são entidades “descartáveis”, da mesma forma como há canetas descartáveis, copinhos plásticos de café descartáveis (ALVES, 1993, p. 13-14 – itálicos do autor).

O professor ou o profissional de educação é apenas mais uma função dentre tantas outras que é definida por sua produção. O professor é definido pelos seus títulos, pelos artigos ou livros publicados, pelas palestras ministradas e outras atividades que lhe enchem o currículo e os olhos. Ele é apenas mais um dado estatístico. Não lhe interessa a relação com seus alunos. Enfim, “de *educadores* para *professores* realizamos o salto de *pessoa* para *funções* (Alves, 1993, p. 14)”.

62

CONCLUSÃO

Enfim, toda discussão que fizemos até aqui visa mostrar que essa deficiência na prática educativa é fruto da referida história de descaso para com a formação de autênticos educadores. Deficiência que, evidentemente, não poderá ser resolvida em curto prazo. Falta-lhes fundamentos e princípios educacionais básicos, mas, sobretudo, alguns princípios éticos fundamentais como: respeito, consciência moral, responsabilidade e, acima de tudo, compromisso com a causa da educação. É isso que os faz vergonhosamente, valorizar mais um dado no currículo do que uma amizade, fruto de um relacionamento verdadeiro com o educando. O que conta são valores econômicos e não valores éticos e espirituais. Assim, falta-lhes também humildade para compreender que o saber não é acabado e absoluto, o que os torna “intelectuais arrogantes” que se sentem “maiores” e “melhores” que seus educandos, reproduzindo na sala de aula a vil e desprezível relação de dominação do sistema capitalista, enquanto ao mesmo tempo, hipocritamente, a condenam. Enfim, falta-lhes amor para amar os seres inacabados e, sobretudo, a virtude para exercer suas atividades com excelência, buscando o auto-aperfeiçoamento enquanto pessoas e não apenas enquanto profissionais. A identidade do profissional (o professor) é, dessa forma, engolida por sua função. Ele não se identifica mais enquanto ser (pessoa), mas enquanto fazer (função). É por isso que o educador não tem uma tarefa profissional. Ele se define pelo seu próprio agir enquanto pessoa, por sua autenticidade, por suas atitudes. O educador habita um mundo em que a interioridade faz uma diferença, em que as pessoas se definem por suas visões, paixões, esperanças e horizontes utópicos. O professor, ao contrário, é funcionário de um mundo dominado pelo

Estado e pelas empresas. É uma entidade gerenciada, administrada segundo a sua excelência funcional, excelência esta que é sempre julgada a partir dos interesses do sistema (ALVES, 1993, p. 15).

Educadores o são por vocação e não por profissão. Já professor é atividade secundária do indivíduo, atividade que não faz parte da sua essência, por isso se constitui em atividade de fatigante. Entendida desta maneira, que diferença haveria entre o professor e o operário alienado? Enquanto um profissional que não se realiza em seu trabalho, mas se sente exausto e deprimido, o professor é um simples operário das instituições. Como afirma Marx, sua atividade não se realiza em si mesma, mas se reduz a um meio para satisfazer outras necessidades, quase sempre consumistas. Seu trabalho lhe parece estranho. Estranha é também sua relação com seus educandos. Enfim, seu trabalho é sacrifício e mortificação porque não tem razão de ser em si mesmo, porque sua atividade não pode ser traduzida em alegria e expansão da vida. Seu trabalho não é educação autêntica porque há absoluta falta de amor e paixão pelo que faz como diria Alves, “por mais força que façamos, não descobrimos aí uma razão para viver e morrer” (ALVES, 1993, p. 22). Como poderia aquele que ama o que faz se aposentar após alguns poucos anos exercendo aquilo que “supostamente ama”? “Seria possível pensar que Guimarães Rosa, Picasso ou Miguêl Angelo tivessem como programa, a jubilação de suas funções”? (ALVES, 1993, p. 23).

Por mais doloroso que seja, é preciso repensar nossa história no sentido de recuperar o tempo perdido e tomá-la como exemplo para o presente. Vimos, nesta breve discussão, como as deficiências na formação do educador estão, em grande medida, relacionadas com a falta de fundamentos éticos e que dentre estes, a virtude se apresenta como princípio fundamental já que se constitui em excelência e auto-aperfeiçoamento na prática educativa. Nesse sentido, abrange e fundamenta todos os outros princípios éticos.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In. *Colecção: Os Pensadores*. Tradução de Leonel Valandro e Gerd Bornhein da versão inglesa de W. D.Ross. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. 28ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- DUTRA, Delamar José Volpato. O Argumento do Ergon na Ethica Nicomachea. *Dissertatio*. Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Filosofia UFPEL, v.1, n.8, semestral. p.71-88, 1998.
- FURTADO, José Luiz. A felicidade na Ética a Nicômaco, *Dissertatio*, Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Filosofia UFPEL, v.1, n.8, p. 111-128, 1998.
- GUARÍGLIA, Osvaldo, Virtude, eleição e razão na Ética de Aristóteles, *Dissertatio*, Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Filosofia UFPEL, v.1, n.8, p. 13-40, 1998.
- HEIDEGGER, Martin, A origem da obra de arte. *Kriterion*. (trad. por Maria José Rago Campos) Belo Horizonte, Minas Gerais, Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de MG. v. XVIII, n.76, p. 185-210, jan/jun 1986.

HOBUSS, João. O? Qual racionalidade? *Dissertatio*, Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Filosofia UFPEL, v.1, n.8, p. 55-70, 1998.

LIMA VAZ, Henrique C. De. *Escritos de Filosofia II: Ética e Cultura*. São Paulo, Loyola, 1988.

MACINTYRE, Alasdair. “La ética de Aristóteles”. In: *História de la Ética*. Tradução de Roberto Juan Walton, Buenos Aires: Paidós, 259 p.1970.

MORAES NETO, Joaquim José de. *A amizade em Aristóteles*. Londrina: ed. UEL, 1999.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PERINE, Marcelo. *Phronesis: um conceito inoportuno? Kriterion*. Belo Horizonte, n. 87, p. 31-57, 1993.

ROSS, David. *Aristóteles*. Tradução de Luis Filipe Bragança S. S. Teixeira. Lisboa, Dom Quixote, 1987.

TUGENDHAT, Ernest. Lições sobre ética; tradução grupo de doutores do curso de pós-graduação em filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul; *revisão e organização da tradução*: Ernildo Stein e Ronai Rocha – Petrópolis, RJ: Vozes, 430 p. 1996.

PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO ESCRITA DO CONHECIMENTO NA GRADUAÇÃO

PRODUCTION AND THE WRITTEN PRESENTATION OF KNOWLEDGE AT GRADUATION

*Maria Inez Barboza Marques**

RESUMO:

Aborda e discute a complexidade da pesquisa científica na graduação. Aponta caminhos que norteiam a produção e apresentação escrita do conhecimento. Apresenta o projeto de pesquisa como instrumento fundamental ao planejamento da pesquisa, bem como um modelo para sua estruturação e elaboração. Apresenta também um roteiro como forma de contribuição à elaboração correta do relatório de pesquisa, descrevendo sucintamente aspectos imprescindíveis aos elementos textuais do trabalho acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa Científica; Produção do Conhecimento; Apresentação Escrita do Conhecimento; Projeto de Pesquisa; Relatório de Pesquisa.

ABSTRACT:

It accost and talk about the scientific research complexity on graduation. Train way that guide the production and the written presentation of knowledge. Presents the research project as a fundamental instrument of the research planning, as a model to your estruration and elaboration. Presents also a road as a contribution kind for a correct elaboration from the research report, describing briefing very inportant aspects to word-perfect elements from academic work.

KEY-WORDS: Scientific Research; Knowledge Production; Written Presentation of Knowledge; Research Project; Research Report.

65

1. INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa deste artigo constitui-se na discussão sobre a pesquisa científica na graduação, bem como seu processo de produção e apresentação escrita do conhecimento. O assunto remete necessariamente à compreensão de que a sociedade contemporânea ao mesmo tempo em que apresenta avanços tecnológicos e científicos, propicia um quadro de desinteresse pela pesquisa científica, principalmente por parte dos estudantes na graduação. A contemporaneidade gerou a sociedade do “self-service” onde principalmente os jovens querem resultados imediatos para suas indagações, sem preocupações com a qualidade dos resultados obtidos em seus processos de aquisição do conhecimento. Nesse sentido, torna-se um desafio ao corpo docente das Instituições de Ensino Superior (principalmente nas Instituições privadas) transmitir a importância da realização de pesquisas científicas e a sistematização correta dos seus resultados. Sendo assim, este artigo propõe discutir em princípio alguns aspectos relacionados à pesquisa científica na graduação e os desafios que envolvem a construção e apresentação escrita do conhecimento. Apresenta também algumas proposições para facilitar a estruturação do projeto de pesquisa e do relatório final da pesquisa, pois ambos constituem-se em instrumentos fundamentais aos pesquisadores.

* Mestre em Ciências Sociais e Religião Pela Universidade Metodista de São Paulo. Especialista em Metodologia da Ação Docente pela Universidade Estadual de Londrina. Assistente Social formada pela Universidade Estadual de Londrina. Docente da disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica no Centro Universitário Filadélfia desde 2000 em diversos cursos na graduação e pós-graduação. Docente contratada pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: marques@sercomtel.com.br.

2. PESQUISA CIENTÍFICA NA GRADUAÇÃO: PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO ESCRITA DO CONHECIMENTO

O processo de desenvolvimento qualitativo da pesquisa científica na graduação é resultado da compreensão correta sobre a produção e apresentação escrita do conhecimento científico.

A responsabilidade por parte dos professores das diferentes disciplinas, em instrumentalizar os alunos para esse processo é relativamente complexa. Existem diversos fatores que provocam essa complexidade, entre eles, os fatores culturais que permeiam a formação anterior dos alunos. Como exemplo é possível citar a fragilidade da iniciação científica na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O agora acadêmico veio para o ensino superior com um método de aprendizagem obtido que precisa ser totalmente deletado. O ingressante de uma faculdade ou o iniciante de cada disciplina deve ser orientado, instruído, sobre a maneira de conseguir pleno êxito no curso ou disciplina que está iniciando. Esta é a missão do professor. (MARION; MARION, 2006, p. 11)

No entanto, a “missão” citada pelos autores só pode ser cumprida se os professores adotarem algumas estratégias e tiverem domínio de determinadas ferramentas que subsidiarão formas adequadas de apreensão do conhecimento.

A dificuldade por parte dos alunos para o desenvolvimento de pesquisas científicas na graduação é tema abordado por diversos autores que escrevem sobre Metodologia da Pesquisa. Esses mesmos autores propõem as ferramentas que são fundamentais aos atores envolvidos nos processos de pesquisas (Instituições de Ensino, docentes e discentes).

É consenso entre os autores de Metodologia da Pesquisa que a pesquisa científica é *antes* de qualquer coisa uma atividade intelectual que demanda alguns esforços que estão ligados à quebra de pré-conceitos sobre o processo de aquisição do conhecimento. Os conceitos pré-adquiridos de forma equivocada relacionam-se a contextos educacionais vinculados a questões históricas e culturais.

A história recente da nossa produção permitiu que o sistema educacional se descuidasse da geração e do desenvolvimento de capacidades, e se preocupasse apenas com habilitações e diplomas. Chegamos a desenvolver a triste figura do ‘analfabeto funcional’, o diplomado que desconhece a sua arte. Afinal, nosso sistema produtivo era protegido por lei, contra as ‘ameaças’ e ‘agressões’ da concorrência internacional. Foram quase vinte e cinco anos de produção protegida, quando aprendemos a produzir pouco, com qualidade sofrível, e, principalmente, a vender caro. Economia transformou-se em finanças. A produção estagnou, quantitativa e qualitativamente. (SANTOS, 1999, p. 12).

Por outro lado, o mercado de trabalho vem se tornando cada vez mais seletivo e excludente, não se satisfazendo mais com o diploma, pelo contrário, exige profissionais dinâmicos, autônomos, com vários diferenciais que são colocados como pré-requisitos. Além de exigências como o domínio de outras línguas, da informática e outros, a qualificação para o mercado de trabalho demanda uma formação voltada para a pesquisa e apresentação escrita do conhecimento. Saber sistematizar o conhecimento é imprescindível não só para alunos das Instituições de Ensino Superior, mas também e, fundamentalmente para profissionais em atuação nas diferentes áreas.

Santos (2004) esclarece que existem alguns aspectos a serem apreendidos no processo da pesquisa. O autor enfatiza que a pesquisa científica exige duas competências básicas: produzir conhecimento e apresentar por escrito esse conhecimento.

De acordo com Santos (2004) essas duas competências estão relacionadas a três processos. No âmbito da produção do conhecimento o pesquisador precisa dominar o planejamento e a execução da pesquisa. Para a apresentação escrita é necessário o domínio da apresentação gráfica do conhecimento que ocorre através da elaboração de um texto escrito, bem como a organização e apresentação do mesmo nas Normas da ABNT.

Para o autor, as duas competências descritas acima, aliadas aos três processos: planejamento, execução da pesquisa e apresentação gráfica do conhecimento, resulta naturalmente em quatro produtos: o projeto de pesquisa, o texto pensado, o texto escrito pessoal e o texto escrito público.

Para melhor clareza, é importante compreender que no processo de construção do conhecimento, através do planejamento, obtém-se o projeto de pesquisa; na execução da pesquisa, através da coleta de dados em diferentes fontes, obtém-se o texto pensado e o texto escrito pessoal. Como produto da apresentação gráfica do conhecimento obtém-se o texto escrito público.

É importante salientar que, se o texto final tem como objetivo socializar os resultados de pesquisas nas diversas áreas, ser público torna-se uma condição ao produto final da pesquisa. Então, sendo publicado em periódicos ou não, o texto escrito público (que passa por uma banca, é apresentado em evento ou vai para a biblioteca) deve ser produto de um processo criativo e responsável, pois expõe nome do autor, do professor orientador e da Instituição a que ambos estão vinculados.

3. O PLANEJAMENTO DA PESQUISA: ESCRREVENDO O PROJETO DE PESQUISA

O projeto de pesquisa é o Instrumento de planejamento da pesquisa. A elaboração do projeto antecede a realização da pesquisa. É importante compreender a diferença entre projeto de pesquisa e projeto de intervenção. O projeto de intervenção prevê uma ação prática em determinados contextos. O projeto de pesquisa é um instrumento que permite ao pesquisador traçar diretrizes para a pesquisa e definir o caminho que vai percorrer. Porém, antes de escrever o projeto é necessário compreender que a trajetória da pesquisa passa por algumas fases: escolha do tópico de investigação (tema geral); delimitação do objeto de pesquisa; definição dos objetivos da pesquisa; definição do marco teórico e conceitual; escolha dos instrumentos de coleta de dados e outros. (MINAYO, 2000, p. 32)

Independente da área de pesquisa ou tipo de pesquisa, o pesquisador deve assimilar que a trajetória pressupõe, além de outras medidas, a pesquisa bibliográfica disciplinada, crítica e ampla. O pesquisador necessita de articulação criativa para conseguir perceber os diferentes fatores que envolvem o processo. Precisa também compreender que pesquisar é saber buscar, ir atrás, e que necessariamente depende de diferentes fontes e, que essas podem ser: bibliográfica, documental, oral, “on line” entre outras. Minayo (2000) explica que “... se quisermos, portanto, trilhar a carreira de pesquisadores, temos que nos aprofundar nas obras dos diferentes autores que trabalham os temas que nos preocupam, inclusive dos que trazem proposições com as quais não concordamos”.

De acordo com Minayo (2000), o planejamento deve levar à realização das perguntas:

- o que pesquisar? (objeto de pesquisa)
- porque pesquisar? (Justificativa)
- para que pesquisar? (Propósitos do estudo, seus objetivos)
- como pesquisar? (metodologia)
- quando pesquisar? (cronograma)
- com que recursos? (previsão de custos e fontes de custeio)

As questões acima são norteadoras do instrumento que se constitui no próprio projeto de pesquisa que vai traçar as diretrizes básicas para a pesquisa.

Minayo (2000) também salienta que a escolha de um problema de pesquisa leva a algumas indagações posteriores que contribuem para a decisão sobre a própria condução da pesquisa:

- a) trata-se um problema original?
- b) o problema é relevante?
- c) ainda que seja “interessante”, é adequado para mim?
- d) tenho hoje possibilidades reais para executar tal estudo?
- e) existem recursos financeiros para a investigação deste tema?
- f) terei tempo suficiente para investigar tal questão?

68

A partir do momento em que o pesquisador tem clareza sobre suas reais condições para desenvolvimento da pesquisa específica, é possível estruturar o instrumento chamado “projeto de pesquisa”. Esse instrumento é indispensável e via de regra deve ser funcional, ou seja, ser de fato útil ao pesquisador, tanto na condição de aluno pesquisador da graduação em iniciação científica, como também em outras etapas posteriores da formação (especialização, mestrado ou doutorado).

Gil (1996) deixa claro que as pesquisas em geral diferem entre si e que não existe um modelo fixo para elaboração de um projeto de pesquisa. No entanto, é possível, apresentar um modelo que inclua a maioria dos tópicos necessários ao instrumento.

Nesse sentido, cabe apresentar uma estrutura básica (simples e funcional) para a elaboração da estruturação de um Projeto de Pesquisa, que pode ser utilizada por pesquisadores, principalmente na iniciação científica na graduação, pois em outros momentos (especialização, mestrado e doutorado) é possível que outros itens venham se agregar à estrutura, de acordo com a natureza das diferentes pesquisas.

De acordo com Gil “os projetos de pesquisas precisam ser comunicados. Logo é necessário que os pesquisadores se preocupem com sua apresentação formal” (GIL, 1996, p. 144).

Tomando como base o modelo proposto por Gil (1996), porém, com alguns acréscimos e contribuições possíveis advindas da experiência na docência como professora da disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica no Centro Universitário Filadélfia de Londrina – UniFil e

também contando com material publicado na própria instituição, apresenta-se abaixo um roteiro para uso principalmente por parte de estudantes da graduação.

3.1 Identificação

Nesta parte são apresentados os dados essenciais à identificação do objeto, tais como: a) título e subtítulo (se houver), b) autor do projeto; c) local e d) data. A identificação pode ser feita na capa e folha de rosto do projeto de pesquisa.

3.2 Introdução

É possível concordar com Gil (1996), conforme pontuado acima “que as pesquisas em geral diferem entre si e que não existe um modelo fixo para elaboração de um projeto de pesquisa”. Sendo assim, é possível sistematizar a redação do projeto de pesquisa de diferentes formas, entre elas, iniciando com a redação da justificativa, seguida dos objetivos e hipóteses (s). No entanto, considerando a necessidade da apresentação de um modelo funcional para o estudante na graduação, recomenda-se que todos esses elementos façam parte da *introdução* do Projeto de Pesquisa, pois ao final da pesquisa, ao elaborar o Relatório de Pesquisa (que pode ser denominado de TCC ou Monografia), o mesmo texto poderá compor a *introdução* que faz parte dos Elementos Textuais do trabalho. Assim, a *introdução* “Deve ser elaborada como uma redação única [...]” (BIAZIN; SCALCO, 2007, p. 37).

Nesse caso, é recomendado incorporar ao corpo da *introdução*: a justificativa, os objetivos e a até a (s) hipótese (s) ou pressupostos (se houver).

3.3 Justificativa

A justificativa consiste na apresentação, de forma clara e sucinta, das razões de ordem teórica e/ou prática que justificam a realização da pesquisa. No caso de pesquisa de natureza científica ou acadêmica, a justificativa deve indicar:

- a) as razões que levaram à escolha do tema;
- b) a importância do tema;
- c) demonstração dos conhecimentos referentes ao tema (problematização geral);
- d) as contribuições que a pesquisa pode trazer com vistas a proporcionar respostas aos problemas propostos ou a ampliar as formulações teóricas a esse respeito;
- e) a relevância social do problema a ser investigado;

Os cuidados na elaboração da justificativa devem ser redobrados no caso de pesquisas para as quais se solicita algum tipo de financiamento, já que a entidade financiadora necessita de boas razões para justificar o investimento.

3.4 Objetivos

Nesta parte indica-se o que é pretendido com o desenvolvimento da pesquisa e quais os resultados que se procura alcançar.

Para a descrição dos objetivos, deve-se utilizar verbos no infinitivo para iniciar a frase que apresenta o resultado esperado. Ex: Pesquisar; estudar; analisar; contribuir; entrevistar; aprimorar, verificar, observar entre outros.

3.5 Pressupostos ou Hipóteses

Pode-se chamar de “pressupostos” as antecipações prévias de resultados que ocorrem em forma de “adivinhação” ou reflexão intuitiva no caso de pesquisas relacionadas às ciências sociais e humanas quando não há dados experimentais para serem testados. Seria como uma pré-concepção dos resultados a partir de leituras realizadas e conhecimentos prévios relacionados ao tema. No caso de pesquisas nas áreas da saúde, biológicas e mesmo alguns ramos das ciências sociais aplicadas, há que se usar testes estatísticos específicos, por isso, normalmente não se formula hipóteses em Trabalhos de Conclusão de Curso e Monografias em Nível da graduação, sendo mais usual em dissertações de mestrados e teses de doutorados. Ressalta-se que ao final da pesquisa as hipóteses são confirmadas ou negadas.

[...] a pesquisa científica se inicia sempre com a colocação de um problema solucionável. O passo seguinte consiste em oferecer uma solução possível, através de uma proposição, ou seja, de uma expressão verbal suscetível de ser declarada verdadeira ou falsa. A esta proposição dá-se o nome de hipótese. Assim, a hipótese é a proposição testável que pode vir a ser a solução do problema (GIL, 1996, p. 35)

3.6 Metodologia ou Procedimentos metodológicos

A parte mais complexa na redação de um projeto de pesquisa é constituída, geralmente pela especificação da *metodologia* a ser adotada. Diversos itens devem ser considerados, conforme a extensão e a complexidade da pesquisa a ser realizada. De maneira bem abrangente podem ser considerados alguns aspectos:

- descrição dos métodos que serão utilizados;
- detalhamento sobre como será realizada a pesquisa (os passos);
- explicações sobre o universo a ser pesquisado;
- definição de amostragem a partir do universo selecionado;
- esclarecimentos sobre a coleta de dados.

É preciso ter claro que para os levantamentos a serem realizados durante as pesquisas de campo, é necessário descrever de forma correta os instrumentos de coleta de dados a serem adotados. Gil (1996) orienta a elaboração dos instrumentos mais usuais (que ele chama de técnicas de interrogação). O autor conceitua os instrumentos: questionário, entrevista e formulário da seguinte forma:

Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. Entrevista por sua vez, pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas ‘face a face’, e em que uma delas formula as questões a outra responde. Formulário, por fim, pode ser definido como uma técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas (GIL, 1996, p. 90).

No caso da *metodologia* em pesquisas essencialmente bibliográficas, é possível utilizar as orientações de Scalco e Biazin (2007, p. 37), que sugerem a descrição de alguns itens que contribuem inclusive para a compreensão do próprio discente em iniciação científica sobre a

natureza e os cuidados necessários à realização desse tipo de pesquisa. Assim, a redação da *metodologia* deve apresentar alguns itens: a definição (conceito) de pesquisa bibliográfica; o período em que será realizada a busca (últimos 5, 10 anos...); os locais de busca (livros – texto, TCCs, Monografias, Dissertações, Teses e artigos publicados em periódicos); descrição das palavras-chave (mínimo 3 e máximo 5) que serão utilizadas na busca; os tipos de materiais (nacionais e internacionais) que serão utilizados na pesquisa; forma de análise do material obtido (descrição de como será realizada a análise).

Em síntese, a elaboração da metodologia pressupõe a descrição de como a pesquisa será desenvolvida. Quais os passos que serão trilhados.

3.7 Cronograma

Um cronograma bem elaborado e organizado é necessário e útil ao pesquisador, pois dá uma noção clara do tempo para realização da pesquisa.

O projeto deve esclarecer acerca do tempo necessário ao desenvolvimento da pesquisa. Convém que seja indicado o tempo correspondente a cada uma das fases da pesquisa. E não se pode esquecer que muitas das fases são desempenhadas simultaneamente pelos membros da equipe (GIL, 1996, p. 148).

3.8 Referências Bibliográficas

Nos projetos de pesquisa científica, em âmbito acadêmico ou outros, devem ser relacionados os livros, artigos e outras publicações consultadas, bem como todas as fontes bibliográficas de potencial interesse para o desenvolvimento da pesquisa.

71

4. APRESENTAÇÃO ESCRITA DO RELATÓRIO DA PESQUISA

Em geral, os relatórios de pesquisas, que podem ser denominados trabalhos de aproveitamento ou “minimonografias” quando são desenvolvidos durante os cursos na graduação, ou ainda os Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC) em diferentes níveis, possuem sua estrutura composta pelos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Os elementos pré-textuais constituem-se de:

- Capa;
- Folha de rosto;
- Folha de aprovação;
- Dedicatória (opcional);
- Agradecimentos (opcional);
- Epígrafe (opcional);
- Resumo;
- Listas: (figuras; gráficos; tabelas; símbolos; abreviaturas);
- Sumário.

Os Elementos Textuais:

- Introdução;
- Revisão Bibliográfica;
- Desenvolvimento;
- Conclusão.

Os elementos pós-textuais:

- Referências Bibliográficas;
- Anexos e/ou apêndices.

De acordo com Santos (2004) existem basicamente duas propostas para estruturação do relatório final da pesquisa (elementos textuais):

RELATÓRIO CIENTÍFICO.

(texto descritivo)

INTRODUÇÃO

DESENVOLVIMENTO

1. Referencial teórico
2. Metodologia
3. Apresentação de resultados
4. Análise dos resultados
5. Recomendações/sugestões

CONCLUSÃO

MONOGRAFIA CIENTÍFICA

(texto analítico)

INTRODUÇÃO

DESENVOLVIMENTO

- capítulos/partes integradas (que desenvolvem raciocínios planejados como objetivos específicos, a partir de um objetivo geral ÚNICO.)

CONCLUSÃO

Muller e Cornelsen (2003) ao orientar a elaboração dos elementos textuais e a estrutura escolhida para o relatório alertam para uma questão de fundamental importância “É importante ressaltar, porém, que a abordagem do tema e a estrutura do texto dependem inteiramente e exclusivamente da natureza teórico-metodológica do assunto tratado, como ainda do bom-senso do próprio autor [...] (MULLER; CORNELSEN, 2003, p. 76)”.

No entanto, as autoras esclarecem que as partes que compõem os elementos textuais devem estar integradas e possuir “uma estrutura lógica e harmônica, visando a consistência do todo” (MULLER; CORNELSEN, 2003, p. 73).

Nesse sentido, a partir das orientações das autoras para os elementos textuais, é possível apresentar um roteiro básico composto dos elementos essenciais em cada parte.

A *introdução* deve ser a última parte a ser redigida. Recomenda-se explicitar o objeto de pesquisa no primeiro parágrafo, apresentar o problema de pesquisa, a justificativa e os objetivos do estudo.¹ É importante também explicar as razões da elaboração da pesquisa (problematização que evidencie a relevância do tema). Em último plano, para concluir a introdução pode-se apresentar objetivamente o conteúdo de cada capítulo. Com essa redação, o leitor terá clareza sobre o conteúdo do trabalho.

É salutar lembrar que a introdução “deve ser elaborada de forma clara e concisa de modo que o leitor penetre na problemática abordada, para se familiarizar com os termos e limites da pesquisa” (MULLER; CORNELSEN, 2003, p. 76).

A *revisão bibliográfica* pode ser elaborada juntamente com a introdução ou em um capítulo à parte. Trata-se da revisão crítica de teorias e pesquisas relacionadas ao tema (passadas e correntes). Constitui-se em pano de fundo do problema pesquisado. Contribui na compreensão das diferentes facetas do problema, sendo que as fontes devem relacionar-se diretamente ao problema pesquisado. Nesta parte, é necessário sintetizar idéias ou resultados dos estudos, destacando os aspectos mais importantes da obra (texto). Não é aconselhável forçar uma organização cronológica e, além disso, é importante variar os estilos e tipos de citações.

O *Desenvolvimento* constitui-se na parte mais extensa e mais importante do trabalho e deve ser calcado na lógica e no bom senso. O desenvolvimento precisa ser dividido em tantas seções e subseções quantas forem necessárias para o detalhamento da pesquisa (capítulos - títulos e subtítulos) e também conter descrições suficientes, que permitam a compreensão das etapas da pesquisa.

Em face, porém, da impossibilidade de estabelecer um padrão estrutural único para o desenvolvimento do assunto, uma vez que ele estará sempre na dependência da natureza da abordagem e do método de investigação (experimental, de campo, bibliográfica, etc.) O desenvolvimento desta parte deverá se calcar na lógica e no bom-senso do autor/orientador (MULLER; CORNELSEN, 2003, p. 80).

Nas *considerações finais*, o autor deve figurar clara e ordenadamente as deduções tiradas dos resultados da pesquisa, reafirmando a idéia principal e os pormenores do estudo, respondendo ao problema inicial lançado na introdução, considerando as contribuições proporcionadas pela pesquisa. É importante nunca extrapolar os resultados do desenvolvimento e ainda é de bom tom sugerir, a partir do tema, futuras pesquisas ou estudos.

¹ Esses itens foram sistematizados previamente no Projeto de Pesquisa e o aluno só precisará revisá-los e implementá-los, se necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível expor oralmente um assunto de forma clara se não houver domínio do tema por parte de quem realiza a exposição. Da mesma forma, não é possível escrever um relatório de pesquisa com começo, meio e fim em harmonia se não houver domínio do seu conteúdo. Sendo assim, é possível afirmar que a pesquisa científica demanda um real compromisso do pesquisador em seu *processo* de realização que vai desde a escolha do problema de pesquisa, evoluindo para a elaboração do planejamento, realização da pesquisa e apresentação escrita dos resultados.

Minayo (2000) argumenta que nada substitui a criatividade do pesquisador. Nesse sentido, a responsabilidade é sempre maior por parte do pesquisador (aluno), mesmo no primeiro nível da formação profissional que é a graduação. No entanto, reconhecer o caminho certo para um processo de pesquisa depende em grande parte da interação (relação pedagógica) entre professor orientador e aluno (ambos envolvidos na pesquisa).

Vale ressaltar que não existem receitas ou modelos prontos, mas que compreender a pesquisa como um processo é fundamental para escolher o melhor método, a melhor metodologia e conseqüentemente obter uma produção e apresentação escrita de qualidade.

REFERÊNCIAS

BIAZIN, Damares Tomasin; SCALCO, Thais Fauro. *Manual de Normas da ABNT e Padronização para TCC e Monografia da Unifil*. Londrina: Centro Universitário Filadélfia, 2007.

74 GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARION, José Carlos; MARION, Arnaldo Luis Costa. *Metodologia de ensino na área de negócios: cursos para administração, gestão, contabilidade e MBA*. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 17. ed., Petrópolis: Vozes, 2000.

MULLER Mary Stela; CORNELSEN, Julce Mary. *Normas e padrões para teses, dissertações e monografias*. 3. ed. atual e ampl. Londrina: UEL, 2002.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. *Introdução à Metodologia da Pesquisa Científica: produção e apresentação do conhecimento científico*. Apostila da aula ministrada para o Curso de Agronegócios, ensino a distância, oferecido pela UNB no ano de 2004.

PERFIL DOS ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE EM UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA, NO ANO DE 2006

PROFILE OF LIBERTY DEPRIVED ADOLESCENTS IN A CUSTODY UNIT IN THE COUNTY OF
LONDRINA IN 2006

*Silvio Luis Martins**

*Christine Baccarat de Godoy Martins***

RESUMO:

Trata-se de estudo descritivo que objetivou delinear o perfil dos adolescentes infratores internados no Centro de Sócio-Educação - Unidade Londrina (CENSE), cuja população foi composta por 56 adolescentes. Os dados foram coletados utilizando-se formulário estruturado com questões fechadas, processados eletronicamente por meio do programa computacional Excel 5.0. Entre os 56 adolescentes estudados, grande parte (89,3%) pertencia à faixa etária de 15 a 18 anos, com ensino fundamental (87,5%), nunca haviam trabalhado com registro em carteira (58,9%) e pertenciam a famílias de baixa renda (69,6%). Uma proporção significativa (60,7%) já havia consumido drogas e praticado crimes graves como homicídio, roubo e latrocínio (87,5%). Observou-se que 46,4% dos adolescentes cometeram dois ou mais atos infracionais. Uma grande parcela (60%) estava internada há menos de um ano e residia em Londrina (46,4%). Entre as patologias detectadas, houve predomínio dos distúrbios neuro-psiquiátricos (42,5%), com frequência de dermatoses (33,3%) e presença de trauma (14,9%). O estudo contribui para tornar mais visível o perfil dos adolescentes infratores, podendo subsidiar o desenvolvimento de metas e estratégias específicas de assistência à saúde destes adolescentes, contribuindo para o avanço do conhecimento nesta área.

PALAVRA-CHAVE: Adolescência, Adolescente Infrator, Adolescente em Conflito com a Lei, Enfermagem.

75

ABSTRACT:

This is a descriptive study that aims at outlining the profile of adolescent offenders confined in Londrina's Social Educative Centre Unit (CENSE, in Portuguese), the population of which comprised 56 adolescents. Data were collected by means of a structured form with closed questions which have been electronically processed with the software Excel 5.0. Among the 56 adolescents studied, most of them (89.3%) aged 15 to 18, finished basic education (55.0%), had never been officially employed (58.9%) and belonged to low income families (69.6%). A significant percentage (60.7%) had already used drugs and 87.5% committed felonies like murder, theft and robbery. It was observed that 46.4% committed two or more transgression. A great part (60%) had been imprisoned for less than a year and resided in Londrina (42.5%). Among the pathologies encountered, neuropsychiatric disorders prevailed (42.5%); dermatoses scored 33.3% and trauma, 14.9%. The study contributes to shed light upon the profile of adolescent offenders, enabling the development of specific goals and health care strategies for these adolescents, thus contributing to the improvement of knowledge in this field.

KEY-WORDS: Adolescence, Adolescent Offender, Adolescent in Conflict with Law, Nursing.

*Enfermeiro Especialista em Saúde Coletiva e da Família pelo Centro Universitário Filadélfia de Londrina (UNIFIL). E-mail: silvio.martins@hotmail.com

**Enfermeira Doutoranda em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP).

1. INTRODUÇÃO

A adolescência corresponde a uma crise normativa, identificada em torno do conflito entre identidade e difusão de papéis (OUTEIRAL, 2004), constituindo-se uma etapa que impele o indivíduo a uma redefinição da própria identidade, ao avaliar sua inserção no plano espaço-temporal, integrando o passado com suas identificações e conflitos, e ao futuro, com suas perspectivas e antecipações (CARVALHO, 1996).

Muitos autores chamam a atenção para a vulnerabilidade resultante deste processo de transformação biopsicossocial, destacando-se, neste contexto, os adolescentes trabalhadores, os explorados sexualmente, os deficientes, os envolvidos com a rua, os discriminados pela identidade étnica ou religiosa ou por gênero, os em conflito com a lei e os institucionalizados (SANT'ANNA et al., 2005).

Neste sentido, muitos pesquisadores ressaltam a problemática dos adolescentes infratores, presentes em todas as sociedades, constituindo-se um fenômeno universal que interrompe o processo natural de desenvolvimento dos adolescentes, interrompendo, conseqüentemente, seus direitos e potencialidades (ASSIS e CONSTANTINO, 2005).

Sob o enfoque de proteção, o ECA, que considera adolescente entre 12 e 18 anos de idade e, nos casos expressos em Lei, entre 18 e 21 anos de idade, determina que a estes jovens não podem ser perpetradas penas, e sim medidas sócio-educativas de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional, além de outras medidas que visam o acompanhamento do infrator na família, escola, comunidade e serviços de saúde (BRASIL, 1991).

Entre os profissionais diretamente envolvidos neste contexto, encontra-se a enfermagem, profissionais de saúde que tem por função atender as necessidades de saúde dos adolescentes internados na instituição, quer seja na atenção curativa ou preventiva. O exercício da enfermagem em instituições sócio-educativas vem despertando inquietações na medida em que as experiências práticas descortinam novas possibilidades de ação e reflexão neste campo. O encontro do profissional da saúde com o adolescente infrator tem despertado para novas questões a serem pesquisadas.

Neste cenário, com a finalidade de embasar o exercício profissional da enfermagem nas instituições sócio-educativas, torna-se importante conhecer o perfil destes adolescentes infratores, a fim de se formar um diagnóstico que possa subsidiar o direcionamento de medidas de controle, prevenção e efetivo atendimento à saúde dos adolescentes infratores, contribuindo para tornar mais visível o perfil dos adolescentes infratores, internados em uma Unidade Sócio-Educativa de Londrina, podendo subsidiar o desenvolvimento de metas e estratégias específicas de assistência à saúde dos adolescentes privados de liberdade, contribuindo para o avanço do conhecimento nesta área.

Diante do exposto, o objetivo da presente pesquisa foi estudar o perfil dos adolescentes infratores internados no Centro de Sócio-Educação - Unidade Londrina (CENSE), caracterizando-os segundo a faixa etária, escolaridade, situação trabalhista, nível sócio econômico, as drogas lícitas e ilícitas das quais já fizeram uso, os atos infracionais cometidos, o tempo de permanência na instituição, o local de procedência e as patologias que os acometem.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, realizado no Centro de Sócio Educação – Unidade Londrina (CENSE), cuja população de estudo constituiu-se de adolescentes infratores que se encontravam internados no referido local de estudo, no ano de 2006.

Os dados foram coletados nos prontuários dos adolescentes internados na instituição através de um formulário estruturado com questões fechadas e processados eletronicamente por meio do programa computacional Excel 5.0.

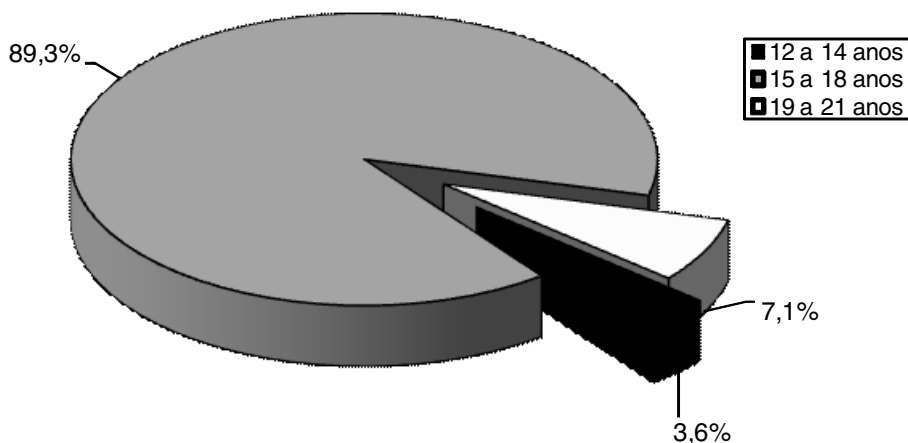
O projeto da presente pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Filadélfia de Londrina (UNIFIL) e foi obtida autorização por escrito da direção da referida Instituição Sócio-Educativa para a realização do estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram estudados 56 adolescentes infratores, internados no Centro Sócio-Educação Unidade Londrina, no ano de 2006. Dos 56 adolescentes estudados, a maioria (89,3%) pertencia à faixa etária de 15 a 18 anos de idade (GRÁFICO 1).

A maior proporção de adolescentes na faixa etária de 15 a 18 anos aponta para duas hipóteses: ou as autoridades judiciárias só decidem aplicar a medida de internação provisória próximo à completude da maioridade como forma de tentar coibir a continuidade do cometimento de crimes na fase adulta, ou significa que o ato infracional dos jovens nessa idade é maior devido a fatores inerentes do ser adolescente que necessita de auto-afirmação (SILVA e GUERESE, 2003).

Gráfico 1 – Distribuição dos adolescentes internados no Centro Sócio-Educação Unidade Londrina segundo a faixa etária, Londrina, 2006.



A grande maioria dos adolescentes (87,5%) possuía grau de instrução de 5ª a 8ª série, 10,7% de 1ª a 4ª série e somente 1,8% concluiu o primeiro grau.

Não foram encontrados estudos semelhantes que permitissem comparar os resultados obtidos. Entretanto, o nível educacional encontrado pode estar associado à ampliação das escolas públicas em bairros carentes nas últimas décadas, com mais facilidade de acesso à educação, melhoria da qualidade de vida que permite a criança ir à escola ao invés de trabalhar, além de

incentivos governamentais como a bolsa escola, por exemplo. Apesar do nível educacional encontrado e da taxa de analfabetização nula entre os adolescentes infratores, ainda é preciso ressaltar a importância de programas que atuem sobre a capacidade do jovem aprender, permanecer e apreciar a escola a fim de reduzir a infração juvenil, contribuindo para a melhoria da qualidade e condições de vida (ASSIS e CONSTANTINO, 2001).

Quanto à situação ocupacional dos adolescentes estudados, observou-se que a maioria (58,9 %) nunca teve registro em carteira de trabalho e ou se quer iniciou algum tipo de trabalho formal.

Semelhante ao presente estudo, outros trabalhos também trazem alta proporção de adolescentes infratores que nunca tiveram vínculo empregatício ou que tiveram alguma experiência laborativa, mas em geral no mercado informal, com escassa remuneração e falta de direitos trabalhistas (OLIVEIRA, 2004). Vale ressaltar que o mercado de trabalho para os jovens, de uma maneira geral, é bastante restrito principalmente para adolescentes com baixa escolaridade. Diante da ausência de boas opções, muitos jovens se inserem no tráfico de drogas e na criminalidade, que hoje se configura como uma atraente oferta de trabalho (ASSIS, 1999; ZALUAR, 1997).

A renda familiar predominante foi de 1 a 2 salários mínimos (69,6%), seguida pela renda de 2 a 3 salários (10,7%), mais de 3 salários (8,9%), menos de 1 salário (7,1%), sendo 3,6% não informados.

Os dados acima chamam a atenção para a possível relação entre baixa renda e exclusão social, o que pode contribuir significativamente para o envolvimento destes adolescentes com o crime na busca de melhores condições de vida e maior poder aquisitivo (SOUZA, 2000). Alguns autores destacam que a pobreza, a criminalidade e a violência na família, em geral, são usuais entre adolescentes em conflito com a lei (ROCHA, 2003).

Quanto à utilização de substâncias ilícitas/ lícitas, observou-se que a maioria dos adolescentes (60,7%) já havia experimentado algum tipo de substância entorpecente (Gráfico 2). A droga mais utilizada foi o tabaco (30,3%), a cannabis sativa, conhecida como maconha (23,2%), o crack (11,1%), a cola de sapateiro (7,1%), a cocaína (5,0%), os solventes (5,0%) e o álcool (3,0%) (Tabela 1).

Gráfico 2 – Distribuição dos adolescentes internados no Centro Sócio-Educação Unidade Londrina segundo a utilização de substâncias ilícitas / lícitas, Londrina, 2006.

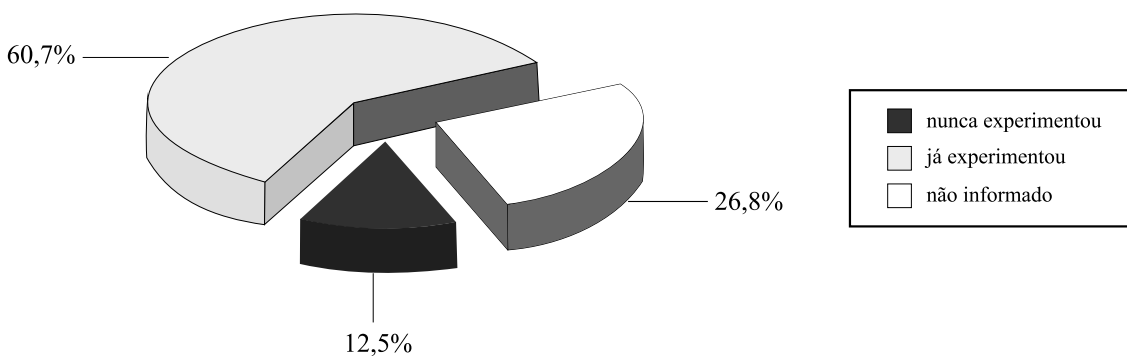


Tabela 1 – Distribuição dos Adolescentes Internados no Centro Sócio-Educação Unidade Londrina Segundo o Tipo de Substâncias Lícitas / Lícitas utilizadas, Londrina, 2006.

Tipo de substância	%
Tabaco	30,3
Canabis Sativa (maconha)	23,2
Crack	11,1
Cola de Sapateiro	7,1
Cocaína	5,0
Solvente	5,0
Álcool	3,0
Total	100,0

O uso de drogas é apontado por muitos estudiosos como um fator de risco importante na adolescência, constituindo-se um grave problema social e de saúde pública, tanto na realidade brasileira quanto em outros países (RODRÍGUEZ e LUIS, 2004; SANCEVERINO e ABREU, 2004; TAVARES et al., 2004). Entre os adolescentes privados de liberdade, a expressiva proporção de usuários de drogas pode estar relacionada com a tendência de estes adolescentes procurarem amigos no próprio meio de criminalidade, onde o uso de drogas e a busca por autoafirmação no seu uso são fatores determinantes (HOFFMANN e CERBONE, 2002).

O uso de substâncias psicoativas não é um fenômeno exclusivo da época em que vivemos, uma vez que este não é um evento novo no repertório humano (TOSCANO Jr., 2001). A literatura recente da área aponta que o primeiro contato com a droga geralmente ocorre na adolescência, etapa do ciclo evolutivo marcada por muitas e profundas mudanças tanto físicas quanto psíquicas, as quais tornam o adolescente mais vulnerável do ponto de vista psicológico e social (SCHENKER e MINAYO, 2005; SILVA e MATTOS, 2004). Apesar das leis que proíbem a venda desses produtos a menores de 18 anos (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, artigo 81) (BRASIL, 1991), o uso da maconha, crack e solventes com facilidade aponta para a necessidade urgente de medidas legais mais eficazes em relação ao tráfico e comércio de entorpecentes.

Frente a este complexo contexto, torna-se essencial destacar a importância de programas e estratégias voltadas para a problemática da drogadição na adolescência, com ações nas escolas, comunidades e serviços de saúde, quer seja na prevenção primária ou no tratamento e recuperação (MELO e ALVES JUNIOR, 2003; PERES et al., 2005).

Dos 56 adolescentes estudados, 53,6% cometeram apenas um ato infracional, e 46,4% dois ou mais atos infracionais.

A alta proporção de dois ou mais atos infracionais entre os adolescentes pesquisados desperta para o fato de que o envolvimento do adolescente com a criminalidade acaba levando-o a uma sucessão de atos ilegais, tornando sua condição cada vez mais complexa. Além disto, os resultados podem ter sido influenciados pelo fato de que a aplicação de medida sócio-educativa ao adolescente só ocorre mediante sentença Judicial referente a ato infracional de grave ameaça ou violência à pessoa, reiteração ou cometimento de outras infrações graves ou descumprimento de outra medida imposta anteriormente (artigo 122 do estatuto da criança e do adolescente) (BRASIL, 2006), o que concentraria os casos mais graves no presente estudo.

Entre os atos infracionais cometidos pelos adolescentes em estudo, destaca-se o homicídio (37,5%), o roubo (37,5%) e o latrocínio (12,5%) (Tabela 2).

Há que se considerar que homicídio, roubo e latrocínio constituem crimes graves, passíveis de estudos que determinem melhor os fatores determinantes destes eventos cometidos por adolescentes. Há que se destacar, ainda, que entre os diversos tipos de atos infracionais cometidos por adolescentes, aqueles dirigidos contra a vida de outrem são os que causam maior impacto na sociedade brasileira. De acordo com a literatura, a personalidade psicopática é um fator de risco para atos infracionais contra a vida, tanto em adultos como em adolescentes (MORANA et al., 2005; FORTH e BURKE II, 1998; MURRIE et al., 2004; GRETTON et al., 2004).

Tabela 2 – Distribuição dos Adolescentes Internados no Centro Sócio-Educação Unidade Londrina Segundo o Ato Infracional Cometido, Londrina, 2006.

Ato Infracional Cometido	Nº	%
Homicídio	21	37,5
Roubo	21	37,5
Latrocínio	7	12,5
Porte de arma	2	3,5
Porte de drogas	2	3,5
Furto	1	1,8
Lesão corporal	1	1,8
Atentado violento ao pudor	1	1,8
Total	56	100,0

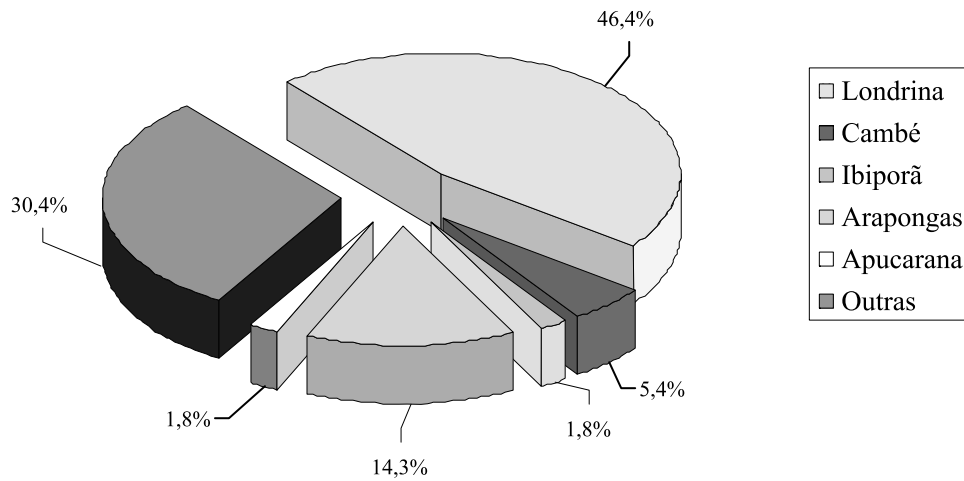
A maioria dos adolescentes internados no Centro Sócio- Educação (98,2%) tinha menos de um ano de internação e 1,8% de 1 a 2 anos.

O pouco tempo de internação dos adolescentes infratores na presente pesquisa pode estar relacionado com o que preconiza o estatuto da criança e do adolescente (ECA) de que o tempo de internação em regime de privação de liberdade em caso de adolescente não pode ultrapassar três anos, pois a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (art. 121 do ECA) (BRASIL, 1991).

Além disto, a medida de internação em regime de privação de liberdade não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses. Para isto, a atuação da psicologia, assistência social, enfermagem e medicina são fundamentais para elaboração dos relatórios enviados ao poder judiciário.

Dos 56 adolescentes estudados, grande proporção (46,4%) era residente em Londrina, distribuindo-se o restante entre as comarcas próximas de nosso município (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Distribuição dos Adolescentes Internados no Centro Sócio-Educação Unidade Londrina Segundo o Local de Procedência, Londrina, 2006.



Os resultados acima vão ao encontro do que preconiza o art. 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1991) de que o adolescente infrator deve “permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsáveis”.

Na tabela 3, observa-se que a maioria dos adolescentes (42,5%) apresentou distúrbio neuropsiquiátrico, 33,3% apresentaram patologias dermatológicas, 14,9% sofreram trauma, 8% desenvolveram doenças respiratórias e 1,1% apresentaram doenças sexualmente transmissíveis.

A presença de patologias entre os adolescentes privados de liberdade sugere a necessidade de atenção à saúde deste grupo, pois para Barcellos et al. (2001) o adolescente infrator é um sujeito que necessita de cuidados e tratamentos específicos. Para tanto, a unidade de internação precisa dispor de profissionais voltados para este fim, tais como clínico geral, psiquiatra e enfermeiro, no sentido de proporcionar atendimento individual e integral à saúde dos adolescentes internados em regime de privação de liberdade.

A grande proporção de distúrbios neuropsiquiátricos entre os adolescentes é destacada por alguns autores como fator de risco para atos infracionais contra a vida, tanto em adultos como em adolescentes (MORANA et al., 2005; FORTH e BURKE II, 1998; MURRIE et al., 2004; GRETTON et al., 2004).

A personalidade psicopática constitui-se um transtorno de personalidade, caracterizado por diminuída capacidade para remorso, frieza emocional, pobre controle de impulsos e reincidência criminal. Isso leva a ausência de identificação e desconforto com o medo e o sofrimento de outras pessoas, assim como ausência de sentimentos de culpa. A consequência dessas alterações é uma grave disfunção na socialização desses indivíduos (BLAIR, 2003; SCHMITT et al., 2006).

A presença de patologias dermatológicas e respiratórias, por sua vez, desperta para a reflexão sobre as condições ambientais, condições de higiene e a facilidade de propagação destas doenças, uma vez que as unidades de internação de adolescentes infratores caracterizam-se por ambientes fechados, de higiene precária e com concentração de pessoas.

Neste sentido, além do tratamento, é preciso também desenvolver ações de prevenção, com cuidados individuais e coletivos que possam minimizar a ocorrência destes eventos na população estudada. O controle efetivo das dermatoses em saúde pública deve ser baseado no tratamento em massa associado à educação em saúde. Condições sócio-econômicas precárias, aglomerações, não aderência aos tratamentos tópicos comumente utilizados e o desenvolvimento de resistência medicamentosa são os grandes responsáveis pela manutenção de altas taxas de prevalência, especialmente em populações carentes. Nesse meio, a prevalência atinge cerca de 10,0% (WILCKE et al., 2002).

Observou-se apenas um caso de DST (doença sexualmente transmissível) na população de estudo. Outros trabalhos com detentos destacam a grande ocorrência de DST entre o grupo (BRABIN et al., 2001). Entretanto, a divergência destes estudos com a presente casuística pode estar relacionada com as diferenças e características da população de estudo, pois não foram encontrados trabalhos semelhantes, cuja população fosse composta por adolescentes internados em unidade de Sócio-Educação, dificultando, assim a comparação de resultados. Ainda assim, é possível considerar que o pouco tempo de internação destes adolescentes possa ter contribuído para a baixa frequência de doenças transmitidas sexualmente.

Apesar de sua pequena proporção, o trauma, por sua vez, ocorreu devido às atividades físicas realizadas dentro da instituição em estudo. Nos dados coletados em prontuários a maioria dos traumas foram após jogo de futebol realizado na instituição. Em outros estudos, a presença do trauma chama a atenção para a ocorrência de agressão corporal entre estes adolescentes ou, ainda, entre os adolescentes e os agentes penitenciários nos casos de confronto e rebelião. O uso da força física é baseado no poder disciplinador e autoritário que o adulto assume sobre a criança ou o adolescente, que são agredidos com o objetivo de obter disciplina e obediência (GONÇALVES e FERREIRA, 2002). Tais circunstâncias despertam para a importância de medidas de segurança que possam evitar a ocorrência de traumas entre os adolescentes privados de liberdade, a fim de preservar sua integridade física.

Tabela 3 – Distribuição dos Adolescentes Internados no Centro Sócio-Educação Unidade Londrina Segundo as Patologias Apresentadas, Londrina, 2006.

Patologias	Nº	%
Dermatoses		
Escabiose	12	13,7
Ptíriase versicolor	4	4,5
Tinea cruris	11	12,6
Dermatites de contato	2	2,2
Sub-total	29	33,3
Doenças Respiratórias		
Faringite	7	8,0
Sub-total	7	8,0
Trauma		
Entorse	10	11,4
Distensão muscular	3	3,4
Sub-total	13	14,9
D.S.T.		
Herpes genital	1	1,1
Sub-total	1	1,1
Doenças Neuropsiquiátricas		
Ansiedade generalizada	5	5,7
Retardo mental leve	2	2,2
Transtornos específicos da personalidade	1	1,1
Transtorno psicótico agudo polimorfo	4	4,5
Transtorno afetivo bipolar	8	9,1
Transtornos mentais e comportamentais por uso drogas	9	10,3
Episódios depressivos	6	6,8
Outros transtornos mentais específicos	1	1,1
Transtorno repressivo recorrente	1	1,1
Sub-total	37	42,5
TOTAL	87	100,0

CONCLUSÕES

A adolescência constitui-se uma fase de extrema vulnerabilidade, na qual ocorrem mudanças significativas de comportamento, com grande risco de envolvimento com atividades ilegais em decorrência do espírito de aventura e necessidade de auto-afirmação vivenciados pelo adolescente, associados às más condições de vida e à exclusão social.

O estudo buscou caracterizar os adolescentes infratores internados no Centro de Sócio- Educação, Unidade de Londrina (CENSE), no ano de 2006. Entre os 56 (cinquenta e seis) adolescentes estudados, grande parte pertencia à faixa etária de 15 a 18 anos, com ensino fundamental, nunca haviam trabalhado com registro em carteira e pertenciam às famílias de baixa renda. Uma proporção significativa destes adolescentes já havia consumido drogas. Uma grande parte praticou crimes graves como homicídio, roubo e latrocínio, e cometeu dois ou mais atos infracionais. Uma grande parcela estava internada há menos de um ano e residia em Londrina. Entre as patologias detectadas, houve predomínio dos distúrbios neuropsiquiátricos, com frequência significativa de dermatoses e presença de trauma.

A problemática da criminalidade na adolescência, trazida em discussão pelo presente trabalho, desperta para algumas reflexões.

A atenção ao adolescente, nas suas diversas dimensões, tem sido apontada como essencial nesta conturbada e vulnerável fase da vida. Neste complexo contexto da violência na adolescência, muitas indagações ainda permanecem sem resposta. Será que os atos ilegais cometidos por este grupo são para chamar a atenção da população e autoridades? Como se quisessem dizer “eu existo, eu estou aqui, alguém pode nos ajudar?” Ou será uma maneira que encontram de punir a sociedade que não dá a atenção devida para os adolescentes que serão o futuro do Brasil?

Além disto, melhorar as condições de vida ainda constitui-se grande desafio no combate à delinquência juvenil. Num país, onde o desemprego, a miséria, o baixo nível educacional, a desigualdade social e as más condições de habitação ainda são gritantes, a atenção aos adolescentes constitui-se grande e emergente campo de atuação para profissionais de todas as áreas, a fim de que se possa promover uma adolescência saudável e livre de riscos.

Destaca-se, ainda, a importância de que as medidas sócio-educativas sejam trabalhadas com seriedade, inserindo ou reinserindo o adolescente infrator na sociedade, para que possam novamente enxergar o mundo de uma maneira diferente e com novas oportunidades.

Sugerimos, ainda, novos estudos que aprofundem o conhecimento do tema e que contribuam para a redução da criminalidade na adolescência e melhor atenção para recuperação dos adolescentes infratores.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S.G. *Traçando caminhos numa sociedade violenta. A vida dos jovens infratores e seus irmãos não infratores*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ASSIS, S.G.; CONSTANTINO, P. *Filhas do mundo - a infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

ASSIS, S.G.; CONSTANTINO, P. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Saúde Coletiva*, v.10, n.1, p. 81-90, 2005.

- BARCELLOS, D. et al. *Avaliação situacional, motivações e expectativas da população envolvida pelo sistema FEBEM*. Porto Alegre: Relatório apresentado à Presidência da FEBEM, 2001.
- BLAIR, R.J.R. Neurobiological basis of psychopathy. *British Journal of Psychiatry*, v.182, p. 5-7, 2003.
- BRABIN, L.; CHANDRA-MOULI, L.; FERGUSO, G.; FERGUSON, J. F. Tailoring clinical management practices to meet the special needs of adolescents: Sexually Transmitted Infections. *Int. J. Obst. Ginecol*, v.75, p. 123-136, 2001.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Ministério da Saúde, 1991.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Estatuto da Criança e do Adolescente / Ministério da Saúde*. (Série E. Legislação de Saúde). 3. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 96.
- CARVALHO, V. B. C. *Desenvolvimento humano e psicologia*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- FORTH, A.E.; BURKE II, H.C. Psychopathy in adolescence: assessment, violence and developmental precursors. In: Cooke, D.J.; Forth, A.E.; Hare, R.D. *Psychopathy: theory, research and implications for society*. Kluwer: Dordrecht, 1998.
- GONÇALVES, H.S.; FERREIRA, A.L. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. *Cad Saúde Pública*, v.18, n.1, p.315-319, 2002.
- GRETTON, H.M.; HARE, R.D.; CATCHPOLE, R.E. Psychopathy and offending from adolescence to adulthood: a 10-year follow-up. *J Consult Clin Psychol*, v. 72, n. 4, p. 636-645, 2004.
- HOFFMANN, J. P.; CERBONE, F. G. Parental substance use disorder and the risk of adolescent drug abuse: na event history analysis. *Drug and Alcohol Dependence*, v.66, p.255-264, 2002.
- MELO, V.; ALVES JUNIOR, E. D. *Introdução ao lazer*. São Paulo: Manole, 2003.
- MORANA, H.C.; ARBOLEDA-FLOREZ, J.; CÂMARA, F.P. Identifying the cutoff score for the PCL-R scale (psychopathy checklist-revised) in a Brazilian forensic population. *Forensic Sci Int*, v.147, n.1, p. 1-8, 2005.
- MURRIE, D.C.; CORNELL, D.G.; KAPLAN, S.; MCCONVILLE, D.; LEVY-ELKON, A. Psychopathy scores and violence among juvenile offenders: a multi-measure study. *Behav Sci Law*, v. 22, n.1, p. 49-67, 2004.
- OLIVEIRA, R. *“Tudo é arriscado”*: a representação do trabalho entre trabalhadores informais da construção civil. 2004. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA.

- OUTEIRAL, J. *Adolescer: Estudos sobre adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PERES, F. F., BODSTEIN, R., RAMOS, C. L.; MARCONDES, W. B. Lazer, esporte e cultura na agenda local: a experiência de promoção da saúde em Manguinhos. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.10, n.3, p. 757-769, 2005.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RODRÍGUEZ, G. M.; LUIS, M. A. V. Estudio descriptivo del uso de drogas em adolescentes de educación media superior de la ciudad de Monterrey. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Nueva Leon, México, v.12, p.391-397, 2004.
- SANCEVERINO, S. L.; ABREU, J. L. C. Aspectos epidemiológicos do uso de drogas entre estudantes do ensino médio no município de Palhoça 2003. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.9, n.4, p.1047-1056, 2004.
- SANT'ANNA, A.; AERTS, D.; LOPES, M. J. Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. *Cad. Saúde Pública*, v. 21, n. 1, p. 120-129, 2005.
- SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.10, n.3, p.707-717, 2005.
- SCHMITT, R. et al . Personalidade psicopática em uma amostra de adolescentes infratores brasileiros. *Rev. psiquiatr. Clínica.* , São Paulo, v. 33, n. 6, 2006 .
- SILVA, E.; GUERESI, S. *Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil*. Texto para discussão nº 979. Brasília: Ipea, 2003.
- SILVA, V. A.; MATTOS, H. F. Os jovens são mais vulneráveis às drogas? In: I. Pinsky e M. Bessa (Orgs). *Adolescência e drogas*. São Paulo: Contexto, p. 31-44, 2005.
- SOUZA, J. Uma teoria crítica do conhecimento. *Lua Nova*, v.50, p.133-158, 2000.
- TAVARES, B. F., BÉRIA, J. U.; LIMA, M. S. Fatores associados ao uso de drogas entre adolescentes escolares. *Revista de Saúde Pública*, v.38, n.6, p.787-796, 2004.
- TOSCANO Jr., A. Adolescência e drogas. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO Jr, A. (Orgs.). *Dependência de drogas*. São Paulo: Editora Atheneu, 2001. p. 283-302.
- ZALUAR, A. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H (org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 17-57. 1997.
- WILCKE, T.; HEUKELBACH, J.; SABÓIA-MOURA, R. C. & FELDMEIER, H., Scabies, pediculosis, tungiasis and cutaneous larva migrans in a poor community in northeast Brazil. *Acta Tropica*, v. 83, Sup. 1, s100. 2002.

RELACIONAMENTO ESTÁVEL NA VISÃO DE CASAIS

STEADY RELATIONSHIP IN THE VISION OF COUPLES

Josilene A. Schimiti*

Leticia P. de Melo Sarzedas**

RESUMO:

Nos dias atuais observamos com frequência desencontros entre casais. Apesar das adversidades que enfrentam, buscam certa estabilidade nas suas relações afetivas, a fim de permanecerem juntos. Percebemos que muitas são as expectativas que estes casais criam ao se unirem. O objetivo foi realizar uma pesquisa de acordo com a vivência dos casais e de como estes buscam o relacionamento estável. A fim de atingir o objetivo proposto, realizamos questionário com treze questões. A população se compôs de homens e mulheres, de idade entre vinte e sessenta anos mantendo um relacionamento heterossexual. O trabalho qualitativo permitiu concluir que os principais aspectos que estes casais encontraram são o amor, o respeito, objetivos em comum e intimidade. A busca do diálogo, como a base primeira para a resolução dos conflitos do relacionamento e para a tolerância das frustrações da vida diária, apresenta-se ainda como forte apoio emocional. E, a dedicação de ambos na busca da harmonia do casal.

PALAVRAS-CHAVE: Relacionamento Conjugal, Amor, Estabilidade.

ABSTRACT:

Nowadays we can frequently observe misunderstanding between couples. However, they look for some stability in their affective relationships, trying to remain together with their partners. We can notice that these couples expect too much when they get together. The objective was to perform a research questioning these couples how they get this stability in their relationship. To achieve these aims a questionnaire was made, with thirteen questions. The sample was answered by man and woman, aged between twenty and sixty, keeping a heterosexual relationship. The qualitative research allowed as concluding which the main aspects that these couple have found were love, respect, same aims in life and intimacy. The talk as the first base to solve problems, and for bare the frustration of daily life, and still as an emotional background. Another search is the will of both to reach the harmony between the couple.

KEY-WORDS: Marital Satus, Intimacy, Stability.

1. INTRODUÇÃO

Ao pretender apresentar aspectos reais aos estudos dos relacionamentos de casais heterossexuais, é indispensável uma investigação sobre a concepção de conjugalidade na perspectiva psicanalítica que, neste caso, constituiu-se como base sólida para a discussão do que, segundo os casais, mantém um relacionamento conjugal estável. A mídia trás o assunto de forma rotineira, a nosso ver até de forma simplória. Nosso questionamento inicial se organiza sob esta propagação e sua fidedignidade.

* Acadêmica do curso de psicologia da UniFil - josischimiti@hotmail.com

** Docente de psicologia da UniFil. Mestre em Psicologia pela Unesp/Assis.

Partimos do entendimento freudiano de que os relacionamentos humanos ocorrem desde a infância, sendo concluído nas fases de desenvolvimento: oral, anal, fálico e latência; que tem papel determinante na formação da identidade e conseqüentemente em como o adulto irá se expressar ou se relacionar socialmente, bem como a sua organização sexual.

Portanto nessa pesquisa foi utilizada, para entendimento e interpretação dos resultados a teoria psicanalítica. Efetuou-se um questionário com 13 questões fechadas. Os dados foram conceituados, tabulados e analisados segundo a bibliografia consultada dentro dos pressupostos psicanalíticos. Com exame qualitativo mediante a diversidade e prioridade das respostas dadas pelos sujeitos, tornou-se possível descobrir o que é significativo na vida dos sujeitos da amostra, suas percepções e interpretações próprias. Desse modo trabalhamos com os dados fidedignos e pertinentes a vida destes casais, de como eles mantêm vínculos e qual a visão dos mesmos sobre a sua vida afetiva.

A pesquisa qualitativa “(...) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode, ser reduzido a operacionalizações de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 22).

A busca de relacionamentos estáveis não se pauta apenas no sexo, mas em uma concordância entre corpo e mente. Os casais buscam o conhecimento de um e outro, o diálogo, a troca de carinho, a afetividade, sexualidade, amizade e confiança no ser amado. A resolução das crises na relação são resolvidas por meio da conversa franca, onde o diálogo e a verdade entre os casais são fundamentais. O prazer sexual deixa de ser o foco principal e dá lugar a sentimentos mais intensos com o propósito da conservação da relação.

88

Por mais que se exija autonomia e equilíbrio psicológico, emocional e financeiro das pessoas, a sensação de amar é a busca incansável de consolidar a relação estável, tornar o amor uma ligação intensa, porém não quer dizer que os amantes tenham de aceitar ordens de como deve ser a relação.

Há vários tipos de compromissos entre os casais, como o “ficar”, o apaixonar-se e o casamento propriamente dito que é mantido pela paixão e permanência dos pares sabendo reconhecer as diferenças entre si com dimensões realistas.

Ao caracterizar-se os tipos de relacionamentos estudados através da teoria psicanalítica, tem-se por exemplo, o amor narcísico, o amor erotizado, o amor ardente e por fim o amor maduro. Cada qual faz parte de um momento relacional da vida das pessoas.

O amor narcísico, apresenta característica de dificuldades de estabelecer uma relação de equilíbrio entre as partes, as pessoas permanecem centradas em suas próprias necessidades, voltado a suas individualidades, querem continuamente suprir as carências, demonstrando certa autonomia, independência e auto-suficiência em relação ao outro, mas o que escondem são suas necessidades de auto-conservação voltadas para sua libido.

Este indivíduo procura preencher seus vazios, ama o outro sobretudo naquilo que lhe falta, como se o outro fosse um espelho, mantém-se alienado ao outro que escolheu para “amar”. Tem em si um mundo de fantasias, de culpa, sua identidade é mutilada onde o amor permanece em si mesmo.

Tais personalidades não conseguem enamora-se, por não serem capazes de dependência e identidade. São personalidades famintas de um espelho, sempre á cata de quem os admire e aprove, alimentando, assim, seu “eu” insaciável. Precisam exibir-se e chamar a tenção para compensar sua falta de auto-estima. (MANENTI, 1991, p, 88)

No caso do amor erotizado é voltado para as satisfações sexuais, com idéia de ser amado acima de tudo, sempre com medo da perda desse amor, são dependentes do amor do outro, estão sempre interessados no prazer que o corpo pode proporcionar, dado por um desejo incontrolável. Suas conquistas são volúveis, não criam vínculos afetivos com o outro.

Também aqui a pessoa não é capaz de enamorar-se. Estabelece relacionamentos eróticos em nível puramente fisiológico. A categoria de Don Juan e Latin-Lovers. Parecem em namorados, mas apenas fingem sê-lo. A técnica do relacionamento é sempre a mesma: inveja, excita-se ao ver o corpo do outro. No entanto um corpo que não manifesta nenhum conteúdo psíquico é como contivesse somente palha. (MANENTI, 1991, p, 93)

Alguns indivíduos têm propensão de se apaixonar de tal forma e profundidade que chega a ser obsessivo, não enxerga a realidade do outro, vê e sente aquilo que idealiza, constrói sua relação por introjeções edípicas, por apoderamento do outro como projeção de seus desejos internos, tornando o amor opressivo.

Apresentar atitudes e comportamento de exaltar a pessoa amada, é uma expressão de amor irreal e intenso, pois tem uma imagem do outro reduzido aos seus pensamentos convenientes, voltados ao seu ideal de ego.

Este sentimento de amor ardentemente é, na verdade, necessidades de preencher seu vazio exagerado, então a idealização da pessoa amada fica exibida, é o modo de reaver a satisfação da infância, a tentativa de recuperar o ideal de ego numa condição imaginária.

O amor maduro, suficientemente bom e sadio, é construído com porções de ternura, sexo, respeito mútuo, companheirismo, envolvimento, compreensão, satisfações e insatisfações, reciprocidade, amizade, diálogo, confiança, intimidade, liberdade e acima de tudo amor. Neste tipo de relacionamento há um reconhecimento real de um e do outro de maneira distinta. Não há vínculos simbólicos, narcisistas e de alienação ao outro, pois aqui acontece correspondência realista.

A fase do desenvolvimento já consolidada e bem elaborada edipicamente, oferece ao adulto o encontro desejado tanto socialmente, profissionalmente, culturalmente e afetivamente, proporcionando o entendimento das atitudes, expectativas e idealizações dos pares dentro da relação afetiva.

Em nossa sociedade é comum que o amor maduro se consolide no casamento, e trás mudanças sociais e pessoais nas pessoas, conseqüentemente novas responsabilidades surgem. Porém, a fusão dos casais não impõe que estes não possam permanecer em si mesmos, uma vez que o casamento não deve ser a solução dos desentendimentos pessoais de cada um, porque no amor maduro é permitida intimidade com habilidade de escolhas racionais num contexto de igualdade interpessoal.

[...] As condições necessárias ao amor que determina a escolha de um objeto feita pelas pessoas de maneira pela qual elas conduzem as exigências de sua imaginação em harmonia com a realidade [...] de sensibilidade que lhe permite perceber os impulsos ocultos nas mentes de outras pessoas e de coragem para deixar que a sua própria, inconsciência, se manifeste. (FREUD, 1910b, p. 171)

As contribuições para um bom relacionamento estão em valores duradouros, como família, equilíbrio sexual, etc, mantendo o respeito recíproco, a capacidade de estabelecer as diferenças e o esforço para enfrentar uma longa jornada juntos.

A construção do casamento implica na valorização da família e a constituição da mesma, que continua sendo valorizada em nossa cultura. As transformações socioculturais, financeiras e profissionais levam os casais a tornarem-se flexíveis para escolherem suas configurações conjugais não centradas nos filhos. Contudo é importante não cair no individualismo e no comunitarismo, juntos através do diálogo que o casal encontra respostas a estas e muitas outras questões que fazem parte do desejo da completude no ser humano.

O ideal de casamento impõe aos casais certas expectativas envolvendo a relação sexual com probabilidade sobre o amor e a felicidade na relação que pode levar a idealizações e conflitos.

A relação sexual envolve corpo e mente, além de todas as constituições psíquicas, lembranças agradáveis ou não, experiências passadas, insatisfações e satisfações e o cotidiano e as expectativas podem estar presentes durante o ato levando ao desapontamento sexual.

A sexualidade humana não é ajustada conforme se exige, mas sim, se organiza com o apoio íntimo a elementos externos. E não funciona tal qual as cobranças impostas pela sociedade.

No auto-erotismo a libido, adquire seu sentido na medida em que se exerce diferentemente das relações que têm por objetivo articular, segundo uma espécie de harmonia preestabelecida, o eu e o mundo exterior (GARCIA-ROZA, 1995, p. 39).

90

Problemas acarretados pela ansiedade dos pares influenciam o desempenho sexual, porque cada qual reage a sentimentos de um modo. Há ainda, a ilusão de completude por via sexual, na qual não se consolida e é a incompletude que move a procura das satisfações.

O limiar da resposta sexual envolve muitos aspectos da intimidade e do cotidiano de cada casal que deve encontrar seu modo e sua fórmula para serem felizes. Os fatores que caracterizam a relação tem na arte da sedução, no binômio quantidade versus qualidade e na complexidade do prazer meios de descobrir a satisfação sexual.

Nas relações amorosas em que os casais procuram inconscientemente identificações similares e disposições mútuas, estas ligações tende à estabilidade.

A interação verbal, gesticular e de costumes são meios dos parceiros manter o interesse e a evolução pela sedução. Os mitos que rodeiam a satisfação sexual têm na quantidade versus qualidade um conflito superável conforme os interesses e disponibilidades comuns entre os cúmplices.

Muitas vezes a ansiedade do casal pode levar a obrigação sexual. Às causas podem estar ligadas as variantes sociais e individuais, inviabilizando o sexo desejado. Na visão psicanalítica, temos que a quantidade é uma busca infundável pela satisfação; sabemos que não se completa, portanto, cada qual deve encontrar seus recursos para superação dos desentendimentos; “[...] Devemos levar em conta a possibilidade de que algo semelhante na natureza do próprio instinto sexual é desfavorável á realização da satisfação completa.” (Freud, 1910b, p. 194)

O segredo do equilíbrio pode se apresentar no modo como os casais se comprometem, mantêm seu nível de confiança e intimidade.

A continuidade da relação esta subordinada ao estado de expectativa e satisfação em que os pares alcançam da mesma. A harmonia, o prazer, a felicidade, a durabilidade, etc, estabelece redefinições particulares a cada par, entendendo que as pessoas são únicas, os conflitos, desejos e responsabilidades são implicações do amor, a relação conjugal propõe a valorização de cada um dos aspectos em si mesmo, do companheirismo, do diálogo, de confluências sexuais, sociais e intimas. As maturidades psicológicas, emocionais são necessárias para acompanhar a realidade da vida moderna.

A coragem de amar: ter um compromisso de verdade com o outro significa formar um time de dois para o que der e vier. A aceitação do outro e de você mesmo. O amor evolui em estágios e muda à medida que vai crescendo (MATARAZZO, 2003. p. 153).

Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi verificar em casais heterossexuais, com mais de cinco anos de casamento, quais as características deste relacionamento que o determina como estável segundo a visão destes casais. Teve especificamente o alvo indagar conforme o tipo de relação mantida nas convivências, quais as influencias no relacionamento de cada sujeito, a importância dos aspectos como sexo, amor, respeito, traição, família e segurança na vivência conjugal; ainda, se estas peculiaridades são relevantes ou não para diferenciação da relação estável.

O que nos levou a este trabalho foram à divulgação do tema na mídia de forma excessiva e banalizada, os comentários sobre os conceitos de relacionamentos estáveis nos múltiplos meios de comunicação, originando uma indústria a fim de ditar fórmulas para solucionar os pontos sobre o amor, pretendendo torná-lo durável.

2. METODOLOGIA

A amostra constituiu-se de 10 mulheres e 6 homens. Os critérios utilizados para esta seleção foram: à faixa etária (sujeitos com idade acima de 20 anos), o tipo de relação amorosa (relação heterossexual), o tempo desta união (casados no mínimo há 5 anos) e o grau de escolaridade (2º. grau completo). A amostra foi identificada junto à secretaria de uma instituição de ensino superior, da região norte do Paraná no ano de 2004. O projeto foi submetido ao Comitê de ética e Pesquisa do centro Universitário Filadélfia - Unifil, recebendo parecer favorável obedecendo às exigências da Lei 196/96. Os dados foram coletados através de um questionário, com 13 questões fechadas, respeitando os critérios do documento de Livre Consentimento e Esclarecido com a orientação a cada sujeito de como responder e devolver os documentos, conforme prazo e horário estabelecidos entre as partes.

Como se pode verificar no instrumento de coleta de dados (questionário em apêndice), as questões apresentavam repostas escalonadas de 01 á 10, sendo 01 o menos importante e 10 o mais importante. As demais questões foram questões simples de múltipla escolha e questões abertas.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

Nas questões que continham escalas de 01 a 10, os critérios assinalados pelos respondentes como 10/9/8 foram considerados como altamente relevantes; os critérios como 7/6/5/4 considerados como intermediários e os critérios 1/2/3 como menos importante. Todas as questões, escalas, múltipla escolha e abertas foram analisadas de maneira quali-quantitativa.

Os dados levantados foram compilados, categorizados e agrupados conforme as escolhas de respostas feitas pelos respondentes. As análises das respostas das amostras apresentaram que para manter o relacionamento estável, de acordo com a vivência dos casais, aspectos como amor e respeito são considerados como os mais importantes.

De acordo com a literatura levantada, Garcia-Roza (1995. p. 136): “a pulsão jamais será satisfeita plenamente”. Entendemos diante deste estudo, que manter uma relação saudável, em harmonia, prazerosa e realizada, está no equilíbrio entre os pólos, o diálogo, o dar e receber, a amizade, a aceitação mútua, a habilidade de lidar com os defeitos de cada um, o apoiar-se na verdade para superar as dificuldades com companheirismo, muita conversa, saber ouvir, respeito e amor.

A superação das crises conjugais como uma forma de manter a relação apontou o diálogo como altamente importante enquanto o sexo foi considerado intermediário. Tal resultado pode ser explicado segundo a teoria psicanalítica que considera que um relacionamento não se não se baseie apenas nas relações sexuais, mas que haja uma concordância entre o corpo e a mente. Os casais devem se descobrir, se conhecer, ter diálogo, troca de carinho, afetividade, sexualidade, amizade e confiança.

Falta de amor foi apontado como o aspecto mais importante para desfazer a relação assim como a traição, a falta de diálogo e pouca intimidade. Os aspectos menos importantes estão às divergências de opiniões, as dificuldades financeiras e o trabalho em excesso. Nos critérios intermediários o ciúme e o desejo sexual.

Pautados na teoria psicanalítica, a falta de amor, traição, questões íntimas sexuais, divergências de opiniões e questões financeiras são aspectos que interferem na relação do casal e podem sugerir insatisfação que por si só não destroem ou mantêm a relação.

Os casais enfrentam períodos de acomodação, conflitos, estresse da vida diária, sobrecarga de trabalho, falta de dinheiro, as dificuldades com a educação dos filhos, com o desempenho dos papéis familiares e sociais. Esses conflitos da vida diária foram apontados na amostra como principal aspecto gerador de desequilíbrio sexual na relação. Sendo que para a superação das crises conjugais o diálogo foi estimado como o principal aspecto. Com o entendimento psicanalítico temos que o casal deve conservar o diálogo e encontrar juntos, saídas para os conflitos e superar as crises, através do respeito e admiração entre um e outro para a subjugar dos obstáculos.

Houve unanimidade de estima dos sujeitos ao considerarem seus relacionamentos estáveis e conforme a teoria levantada: o casal deve superar e assumir os altos e baixos, suas intolerâncias e irritabilidade, ter a capacidade de fazer reparos, manter o alto grau de admiração e respeito pela individualidade de cada um e aplaudir o sucesso do outro para construir uma ligação mais sustentável, pautada no amor, respeito e na verdade.

Nas explicações dos fenômenos relativos ao Complexo de Édipo somos estabelecidos como seres faltantes, passamos a viver a ilusão narcísica da busca da completude. Esta completude não será alcançada, porém, esta ilusão é necessária para as apostas no desejo, para

que inconscientemente possamos ter identificações semelhantes ao outro, onde estas combinações tendem a estabilidade.

Segundo a teoria psicanalítica, em nosso circuito simbólico do fálico estamos o tempo todo almejando completude, desejamos amor, trabalho, dinheiro, amigos, filhos, sucesso... Tudo pode participar das apostas pela completude. Avaliamos que todos esses aspectos pontuados fazem parte desta cadeia simbólica, esta ilusão é necessária para que haja investimentos e buscas.

Conforme as respostas da amostra (questão 5 – apêndice), notamos que o item falta de carícias preliminares não gera desequilíbrio sexual. Sugere a sublimação, um desvio do objeto, os níveis de expectativas em relação ao sucesso, ao prazer, a completude estão voltados para as questões profissionais, financeiras, sociais enquanto que as questões pessoais estão muito voltadas para o desempenho sexual e ao ajustamento sexual. O sexo pode começar a parecer compulsório, levando à falta de prazer.

No início do relacionamento; os aspectos emocionais e físicos são determinantes, segundo os casais, comparados à estabilidade profissional e relações sociais em comum. Isso configura o que a psicanálise considera como o amor erotizado, onde o corpo é parte da libido que está voltada para o amor e o corpo é aderido ao desejo, a pulsão está voltada para a satisfação sexual e a fantasia e não para um entrosamento harmônico do superego.

O sexo no casamento foi considerado importante, já a classificação considerada como o essencial, segundo os casais, foi o equilíbrio e troca de intimidade no relacionamento, como demonstra as seguintes falas dos casais:

- importante para a durabilidade do casamento;
- une o casal intimidade e afetividade, mas não é tudo;
- importante, mas não é tudo, outros fatores são mais importantes;
- essencial é o equilíbrio do relacionamento;
- essencial a troca de intimidade.

Assim, o sexo é parte intrínseca das relações amorosas. Na teoria psicanalítica o sugar é considerado como a primeira necessidade prazerosa e não somente finalidade nutricional. A sexualidade humana não é adaptativa, não se constrói com bases internas e objetos externos.

Na justificativa citada pela amostra: *é importante mas não é tudo*, confirma os levantamentos teóricos psicanalíticos, onde os relacionamentos baseados apenas no sexo não se sustentam, é preciso construções que envolvam sentimentos fortes, voltados para um amor maduro, com relações de trocas, com implicação de um e outro em dimensões mais realistas.

A maioria dos entrevistados considerou a intimidade no casamento como boa ou ótima. Completa nossa discussão de que sexo e intimidade são partes indissociáveis das relações, estão ligados à necessidade do homem de procurar no sexo uma forma de completude.

Na visão dos casais a qualidade na relação sexual teve estimativa unânime: *é fundamental na relação*, a frequência sexual visa à qualidade, precisa participar o corpo e alma, como alimento do desejo. A satisfação sexual esta na qualidade do relacionamento, na disponibilidade do casal, o bom entendimento a entrega às carícias, as brincadeiras amorosas, o toque afetivo que juntos podem vivenciar o sexo satisfatório.

Na constituição da família, os filhos não são fator para a estabilidade da relação: *o casal deve procurar a estabilidade na sua união*. Neste tópico citaremos o Complexo de Édipo como estruturante, como a sexualidade se constituiu e como os desejos se constroem, pois através da passagem de toda a fase edipiana que se busca o equilíbrio entre a união e a diferenciação.

A teoria levantada nesta pesquisa coloca que não são os filhos que fazem um relacionamento durar. A proposta esta no conjunto que se formou e vem tornando esta relação um caminhar junto em direção aos valores que não se posicionem nos elementos narcísicos, mas que avistem juntos o real, com concessões recíprocas que instigam a modificação do superego de ambos, um e outro se atuam como ego auxiliar, os desejos e necessidades do outro são considerados como se fossem seus.

A maioria dos entrevistados declarou que as influencias sociais (amigos), incidem diretamente sobre o relacionamento, influenciando a relação. Trata-se da ambivalência que faz parte da vida, é preciso separa as atitudes para poder compreender e distinguir o outro de si mesmo. O casamento traz mudanças nos papéis sociais, responsabilidades são adquiridas mas a mesma individualidade deve ser respeitada mesmo sabendo que esta união traz mudanças nas personalidades, é preciso que haja segurança, intimidade afim de não ocasionar prejuízos a esta fusão. Demandas narcísicas podem ser caracterizadas pelas carências escondidas e voltadas para a libido de cada um dos pares. Podem apontar procura da satisfação infantil e provocar uma certa ambivalência.

De acordo com Garcia-Roza (1995, p. 51), “o que projeta diante de si como seu ideal é substituído da infância na qual ele foi seu próprio ideal.”

A família de origem de cada um dos pares, segundo a maioria dos casais, não influencia o relacionamento: *devido a distancia entre as famílias não há influencias diretas*. E de outro lado, alguns casais apontaram que há influencias da família de origem sobre os relacionamentos: *cada pessoa traz sua historia familiar e cultural para a relação*. Freud (1932) em seus estudos coloca a mãe como o primeiro objeto amoroso da criança, inicia o momento edipiano. Para Dor (1981) os três tempos do Édipo como sendo fundamental para a estruturação da personalidade. Segundo Viorst (1986) tem papel decisivo na formação da identidade o que se corresponde a como a adulta irá se expressar ou se relacionar como os outros.

As passagens edipianas que envolvem mãe, pai, criança e suas relações vão sendo inscritas na constituição humana. Toda realização, toda busca humana esta simbolizada, representada nesta trama Edipiana. Segundo Freud (1910, p. 175) “Suas condições para amar e seu comportamento o amor – decorrem da constatação psíquica relacionada à mãe”.

CONCLUSÃO

Com base no levantamento teórico, entende-se como o amor maduro ser por sua mesma natureza, duradouro: possui como conteúdos, valores que por definição, são duradouros. Estes valores advêm das primeiras relações do individuo com sua família de origem e vão gradativamente constituindo-se nestas relações.

Em exame geral das respostas dadas pelos respondentes, aspectos como sexo, felicidade, objetivos comuns, amizade e estabilidade financeira estão pontuados como aspectos intermediários, sugerindo-nos a pensarmos que tais aspectos não desfazem ou mantém um

relacionamento por si só, mas são aspectos que caracterizam a busca do equilíbrio relacional.

O diálogo entre o casal é um tópico que permite fazer com que na vida familiar destes, possam ser pessoas autônomas / individuais sem tornar-se egoístas, ainda permanecerem em união sem cair no habitual, pertencendo-se um ao outro sem renunciar a própria autonomia.

O casal deve superar e assumir os altos e baixos, suas intolerâncias e irritabilidade, ter a capacidade de fazer reparos, manter o alto grau de admiração e respeito pela individualidade de cada um e aplaudir o sucesso do outro.

A capacidade de conservar-se no amor exige a capacidade de ser e de permanecer em si mesmo. Portanto, antes de uma pessoa amar a outra deve aprender a amar a si mesma.

[...] As condições necessárias ao amor que determina a escolha de um objetivo feita pelas pessoas de maneira pela qual elas conduzem as exigências de sua imaginação em harmonia com a realidade [...] de sensibilidade que lhe permite perceber os impulsos ocultos nas mentes de outras pessoas e de coragem para deixar que a sua própria, inconsciência, se manifeste. (FREUD, 1910b, p.171)

REFERÊNCIAS

- DOR, J. *O Pai e sua função em psicanálise*, 2. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud da Edição Standart Brasileira*, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. *Um tipo especial da escolha de objeto feita pelos homens*, 1910.
- _____. *Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor*, 1912.
- GARCIA-ROZA, L. A. *Artigos em metapsicologia: introdução à metapsicologia Freudiana*. v. 3, 3 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hítutec-Abrasco, 1994.
- MANETI, A. *O casal e a família*. 2. ed., São Paulo: Paulinas, 1991.
- MATARAZZO, M. H. *Coragem para amar*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- VIORST, J. *Perdas Necessárias*. 25. ed., São Paulo: Melhoramentos, 2003.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Este questionário deverá ser respondido baseado nas experiências e vivências do seu relacionamento conjugal. Algumas questões contêm informações de como deverá ser assinada. No total são 13 questões, e desde já agradeço sua participação.

1. Baseado no seu relacionamento, o que você considera necessário para mantê-lo estável. Enumere usando uma escala de 01 a 10, sendo (1) o peso menor.

- | | | |
|--|--|-------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Amor | <input type="checkbox"/> Objetivos comuns | <input type="checkbox"/> Intimidade |
| <input type="checkbox"/> Respeito | <input type="checkbox"/> Amizade | <input type="checkbox"/> Filhos |
| <input type="checkbox"/> Felicidade | <input type="checkbox"/> Estabilidade Financeira | <input type="checkbox"/> Sexo |
| <input type="checkbox"/> Estabilidade profissional | | |

Outros. Quais _____

2. Quais os fatores que podem desfazer seu relacionamento. Enumere usando uma escala de 01 a 10, sendo o (1) o peso menor.

- | | | |
|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> Traição | <input type="checkbox"/> Ciúmes | <input type="checkbox"/> Dificuldades Financeiras |
| <input type="checkbox"/> Desajustes sexual | <input type="checkbox"/> Vícios | <input type="checkbox"/> Divergências de Opiniões |
| <input type="checkbox"/> Falta de Amor | <input type="checkbox"/> Falta de Diálogo | <input type="checkbox"/> Trabalho em Excesso |
| <input type="checkbox"/> Pouca Intimidade | | |

Outros. Quais _____

3. Você considera seu relacionamento estável ?

- Sim
 Não
 Se não; O que falta _____

Instrução: podem assinalar mais de uma opção nas questões 4, 5 e 6.

4. Como você e seu par superam as crises do seu relacionamento?

- | | |
|----------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Diálogo | <input type="checkbox"/> Buscam Ajuda nos Amigos |
| <input type="checkbox"/> Sexo | <input type="checkbox"/> Buscam Ajuda Profissional |

Outros. Quais _____

5. Baseado no seu relacionamento, como você caracteriza o desequilíbrio sexual?

- Falta de intimidade
- Falta de Amor
- Falta de Comunicação
- Falta de Carícias Preliminares
- Intensidade de Prazer
- Falta de Conhecimento Emocional entre os Parceiros
- Desapontamento quanto as Expectativas Sexuais
- Conflitos da Vida Diária: trabalho, falta de dinheiro, preocupações e responsabilidades domésticas e familiares.

- Falta de Desejo
- Desinteresse Sexual
- Ansiedade
- Ansiedade

Outros. Quais _____

6. Como você e seu par procuram o equilíbrio sexual?

- Boa intimidade
- Ambiente aconchegante
- Diálogo
- Buscam novos parceiros

- Fantasias Sexuais
- Roupas e Acessórios
- Estímulos Sonoros

Outros. Quais _____

7. No início do seu relacionamento o que mais te chamou a atenção no seu par?

Aspectos Físicos
Quais: _____

Aspectos Emocionais
Quais: _____

Outros
Quais: _____

8. Como você classifica a importância do sexo no seu relacionamento?

- Essencial
- Pouco Importante
- Importante
- Indiferente

Justifique: _____

9. Como você caracteriza a intimidade sexual no seu relacionamento?

- Boa
- Razoável
- Ótima

Justifique: _____

NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NAS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES DO SETOR TÊXTIL/VESTUÁRIO DO PARANÁ¹

AN ANALYSIS ON THE IMPACTS OF THE PRODUCTIVE RESTRUCTURING IN THE
WORKERS' OF THE SECTION TÊXTIL/VESTUÁRIO OF PARANÁ REPRESENTATIVE
ORGANIZATIONS

Ângela Maria de Sousa Lima*

RESUMO:

No presente artigo, ousamos refletir um pouco a respeito das mudanças provocadas, a partir da década de 90, pela reestruturação produtiva às organizações dos trabalhadores do setor têxtil/vestuário do Paraná, perpassando rapidamente pela análise das greves, das principais reivindicações dos trabalhadores e pela participação das mulheres nestas entidades. Nosso intuito é demonstrar alguns desafios que marcam o conjunto do movimento sindical brasileiro e da classe-que-vive-do-trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Reestruturação Produtiva; Movimento Sindical; Trabalhadores do Setor Têxtil Vestuário.

ABSTRACT:

In the present article, we dared to reflect a little regarding the provoked changes, starting from the decade of 90, for the productive restructuring to the workers' of the section têxtil/vestuário of Paraná organizations, perpassando quickly for the analysis of the strikes, of the workers' main revendications and for the women's participation in these entities. Our intention is to demonstrate some challenges that mark the group of the Brazilian syndical movement and of the class that lives of the work.

KEY-WORDS: Restructuring Productive; Move Syndical; Ard-working of the Section textile Clothes.;

1. DÉCADA DE 90: NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Podemos afirmar que “na década de 90 assistimos a uma mudança radical nas demandas do sindicalismo”. (RODRIGUES, 2003, p.300). Como mostrou Cardoso, nesse período, o movimento sindical perdeu poder na cena brasileira, “o que resultou na redefinição de seu lugar no mundo das trocas políticas, hoje mais subordinado e heterônimo do que na década de 1980” (2003, p.33).

Em momentos anteriores, Druck (1996, p.28) afirmara que é parte da reestruturação produtiva, uma “nova” política de relações entre os sindicatos de trabalhadores e o patronato que, em geral, “visa enfraquecer a representação sindical e coletiva, em benefício de negociações individuais e direta com os trabalhadores, a exemplo do sindicato-empresa no Japão”

1 Com algumas alterações, este artigo foi inicialmente apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia: “Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI”, realizado em Belo Horizonte, de 31 de maio a 3 de junho de 2005, no GT 18.

* Doutoranda em Ciências Sociais, pela UNICAMP, sob orientação da Profª Dra. Ângela Maria Carneiro Araújo. Residente à Rua Mato Grosso, 1.423, apartamento 701, Edifício Baluarte, Centro, Londrina – Paraná. Professora de Sociologia na UEL e no ICES (Instituto Catuaí de Ensino Superior de Cambe). Endereço eletrônico: angellamaria@sercomtel.com.br.

Nesse contexto, nos três primeiros anos da década de 90, três fatos abalaram o processo de reorganização do movimento sindical:

no plano ideológico, as teorias neoliberais, difundidas com mais força no Brasil, a crise das ideologias de esquerda ligada ao leste europeu, a luta pela reinstalação da democracia que chega ao final com o primeiro governo civil e a nova constituição tem levado sindicalistas de diferentes correntes a repensar estratégias de ação sindical, particularmente as de confronto; no plano da política econômica de longo prazo, a internacionalização da economia, iniciado no governo Collor, [...] a busca de empresários brasileiros por ganhos de produtividade e por redução de custos implicou diretamente na esfera dos direitos do trabalho, questões essas que colocaram em xeque a agenda de prioridades dos sindicalistas e as ações estratégicas adotadas no passado; no plano da política econômica de curto prazo: o Plano Collor, ao impor reduções salariais e o crescimento do desemprego, enfatizou a necessidade de sindicatos ativos para a defesa de empregos e salários e dificultou sua capacidade de ação. (NORONHA, 1994: 323 e 324)

Assim, podemos ver no Brasil um grande paradoxo. De um lado os novos modelos de gestão e organização do trabalho exigem estabilidade e envolvimento dos indivíduos no processo de trabalho (autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação) e, de outro, os vínculos empregatícios se tornam cada vez mais precários e instáveis. (HIRATA e PRETECEILLE, 2002)

Nesse dilema, lembramos as cinco tendências imbuídas no que Antunes denominou “crise sindical” em curso:

a crescente individualização das relações de trabalho vem deslocando o eixo das relações entre capital e trabalho da esfera nacional para os ramos de atividade econômica e destes para o universo micro, para o local de trabalho, para a empresa e, dentro desta, para uma relação cada vez mais individualizada; fortíssima corrente no sentido de desregular e flexibilizar ao limite o mercado de trabalho, atingindo conquistas históricas do movimento sindical que mostram-se incapazes de impedir tais transformações; esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados que optaram pelo sindicalismo de participação; tendência crescente de burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos e de ações anticapitalistas; e a ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda. (1995: 65 e 67)

Para o autor, o sindicalismo vertical, herdado do fordismo, tem se mostrado impossibilitado de atuar como um sindicalismo mais horizontalizado, que privilegie as esferas interprofissionais e aglutine o conjunto de trabalhadores, desde os “estáveis” até os precários, vinculados à economia informal, “pois a classe-que-vive-do-trabalho complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se.” (ANTUNES, 1995, p.36).

No que se refere ao conteúdo da crise dos sindicatos, Druck (1996, p.33) destacou que no interior do processo de radicalização das tendências do capitalismo globalizado/mundializado, os sindicatos são pressionados a cumprirem seu papel enquanto instituição de ordem capitalista, reforçando a sua atuação nos limites dessa ordem. “Isso porque a cultura sindical que se modifica está inscrita num contexto político extremamente desfavorável à classe trabalhadora em escala mundial”.

Acrescentando novos fatores, Cardoso (2003) argumenta que influenciaram nas mudanças vivenciadas pelo sindicalismo na década de 1990: o aprofundamento da democratização, que reduziu o efeito de práticas contestatórias; o enfraquecimento da estrutura sindical, com as mudanças introduzidas pela Constituição de 1988 (manutenção da unicidade e do imposto sindical); a reestruturação industrial, baseada em novas tecnologias informacionais e formas de organização da produção inspiradas em receitas da “produção enxuta”; a explosão das taxas médias de desemprego aberto, liberalização dos mercados e privatização de empresas estatais; e a incapacidade dos governos para reverter a tendência de deterioração dos serviços públicos.

A questão da crise também foi debatida por Alves (1996, p.109) que afirmou ser possível hoje a existência de uma crise do sindicalismo brasileiro, cuja característica peculiar é dada pelo “predomínio de um *defensivismo de novo tipo*, com um pronunciado viés neocorporativo, de caráter societal, que se manifesta em categorias importantes do sindicalismo brasileiro que enfrentam, em nossos dias, uma ofensiva do capital na produção”. Por trás desse defensivismo, no contexto do desemprego e da terceirização, como comenta o autor, oculta-se a incapacidade estratégica do sindicalismo brasileiro em adotar posturas de confronto diante do capital.

Nessa década, com exceção do período Itamar Franco, o movimento sindical passou a conviver com a intransigência do governo federal e com um esforço desmensurado por parte dos governantes para levar adiante o processo de flexibilização das relações de trabalho. (RODRIGUES, 2003)

É condição essencial dessa flexibilização, como também observou Druck (1996): a neutralização dos conflitos capital/trabalho, onde a busca por hegemonia no interior da empresa, no sentido de conquistar a adesão dos trabalhadores e de seus sindicatos aos seus planos, assume centralidade, tornando-se, mas visível, dentre outras formas, através do discurso patronal acerca da negociação e da parceria com os trabalhadores, da valorização/motivação do trabalho e das políticas de qualificação e treinamento, postas em prática em nome da Qualidade Total.

A mesma autora (1996) constatou que essa busca de hegemonia, combina-se com uma gestão despótica, a medida que ao lado da parceria e negociação, impõem-se a ameaça e a prática do desemprego e da terceirização, que tem implicado numa crescente precarização do trabalho. Segundo ela, ao mesmo tempo, verifica-se um recrudescimento nas negociações coletivas, com posturas rígidas do patronato, relativas à concessão de reajustes salariais e mantendo um comportamento que dificulta e, em geral, impede a organização por local de trabalho (OLT).

Parafraseando Druck, podemos dizer que a flexibilização do trabalho é um dos principais objetivos da reestruturação produtiva e um de seus maiores efeitos tem sido a fragmentação dos coletivos de trabalhadores com um processo crescente de individualização, informalização e precarização do trabalho e da ação sindical. Esse processo enfraquece a identidade de classe dos trabalhadores, reforçando a divisão e a concorrência entre os mesmos.

No caso brasileiro, de acordo com Druck (1996), a fragmentação da classe e a individualização dos trabalhadores reforçam o conteúdo corporativo dos sindicatos, agora renovado sob um “neocorporativismo”, sustentado na separação entre os de “primeira categoria” (os contratados) e os de “segunda categoria” (os subcontratados), entre os com emprego e os sem emprego, e entre os formais e os informais.

É nesse movimento que os sindicatos se enfraquecem, vêm as suas bases de representação serem pulverizadas em diferentes categorias, concorrem entre si e disputam os associados – como é o caso de sindicatos de trabalhadores contratados e subcontratados, reduzindo drasticamente seu potencial de mobilização e de unidade. Esse é o cenário do movimento sindical nos anos 90, no Brasil. (DRUCK, 1996: 34)

De Druck (1996), aderimos a afirmação sobre a importância de compreendermos a crise do sindicalismo como parte de uma crise maior, uma crise global, política, ideológica, moral, cultural, econômica e social. Sua fala remonta-nos a compreensão da realidade investigada no Paraná. Para a autora;

a crise do sindicalismo é parte de uma crise do sistema capitalista, que chega no limiar do século XXI demonstrando toda a sua incapacidade de resolver problemas históricos, elementares da humanidade, vivendo um paradoxo: enquanto o progresso técnico e científico, as novas políticas de gestão/organização do trabalho e da produção têm implicado em vultuosos ganhos de produtividade, de capital, de patrimônio para muitos poucos, recriam-se determinadas condições que eram características do quadro social do século XVIII, na “primeira revolução industrial”: o recurso ao trabalho infantil e de mulheres (pagando menores salários e exigindo mais trabalho), a intensificação das jornadas de trabalho, as condições precárias de trabalho e principalmente de saúde, o emprego sem cobertura social, sem carteira, temporário, etc. e até mesmo o trabalho escravo. (DRUCK, 1996: 35 e 36)

2. ALGUMAS IMPRESSÕES PROPICIADAS PELA PESQUISA DE CAMPO

104

No esforço para pensar a organização política dos trabalhadores do setor, no contexto da globalização e da reestruturação produtiva, discutiremos, nas subseções seguintes, alguns resultados da pesquisa que realizamos nos meses em janeiro e de fevereiro de 2005, com sete agentes dos sindicatos do setor têxtil-vestuário do Paraná².

Assim, lembramos que no estado do Paraná existiam, em fevereiro de 2005, sete sindicatos que abrangiam a Cadeia têxtil-vestuário do Paraná e que representavam os empregados de pequenas, médias e grandes empresas, em geral pequenas. Eram eles: Sindicato da Fiação e Tecelagem, Tinturaria, Estamparia de Tecidos, Malharias e Meias, Cordoalhas e Estopas, Fibras Têxteis Sintéticas e Artificiais e Acabamento de Confecções de Malhas e Especialidades Têxteis de Curitiba e Região Metropolitana; Sindicato da Fiação e Tecelagem de Londrina; Sindicato da Fiação e Tecelagem e do Vestuário de Goioerê, Campo Mourão e Região; Sindicato do Vestuário de Curitiba; Sindicato do Vestuário de Apucarana e Região, Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores nas indústrias de Confecções de roupas de Cianorte; e Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores nas Indústrias de Confecções de Roupas de Maringá.

Para tentar compreender um pouco melhor a situação dos sete sindicatos enumerados e refleti-la, à luz do referencial teórico que viemos traçando até aqui, abaixo apresentamos um quadro com as questões pesquisadas nessas entidades durante o período mencionado. Para a constituição do quadro, com fins descritivos, entrevistamos um agente de cada sindicato³ sobre as principais questões: reivindicações mais significativas dos trabalhadores nos dois últimos anos, última greve do setor e participação das mulheres na presidência da entidade.

² Pesquisa realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas durante visitas, e entrevistas estruturadas por telefone.

³ Este “agente” refere-se a uma pessoa que compunha o quadro de lideranças de cada sindicato pesquisado.

Outros dois dados coletados na pesquisa de campo não serão tratados neste presente artigo. Referimo-nos aos dados relativos aos serviços prestados pelo sindicato aos associados, a Central Sindical na qual cada sindicato encontrava-se filiado naquele momento e o tempo de atuação no cargo do último presidente, correlacionando estas últimas com a periodicidade das eleições na entidade.

Já no tratamento dos dados, cada questão da entrevista foi relacionada à outra, que pensamos ser característica, ou melhor dizendo, uma hipótese, para compreendermos a atual conjuntura do sindicalismo dos trabalhadores da indústria no âmbito nacional: as principais reivindicações dos trabalhadores/pauta de temas que surgem no contexto da reestruturação produtiva; última greve/caráter pouco combativo e de defensivismo do sindicato atual; pequena participação das mulheres na liderança dos sindicatos/conquista processual e histórica das mesmas nas entidades de representação. Ousamos traçar elementos comparativos, mesmo sabendo que cada item da entrevista mereceria um estudo a parte. Mas, de antemão, eles já nos fornecem um panorama geral sobre como estavam configurados os sindicatos do ramo da CTC no estado naquele período.

Quadro 1: Sindicatos dos Trabalhadores

Sindicatos	Principais reivindicações dos trabalhadores associados	Ultima greve	Sindicato liderado por
SINDITEXTIL Curitiba	Melhores salários e repúdio ao banco de horas	1994 ou 1995	Homem
SINFITEC Londrina	Melhores salários e condições de trabalho	1992	Homem
SINDDTFT Goioerê	Melhores salários, plano de saúde e cesta básica	1991	Mulher
SITRAVEST Curitiba	Maior qualificação profissional	1993	Mulher
STIVAR Apucarana	Melhores salários e cesta básica	1996	Mulher
SINDCOST Cianorte	Melhores salários e condições de trabalho	1995	Homem
SINCONFEMAR Maringá	Respeito e melhores salários	1992	Homem

FONTE: Pesquisa de campo (entrevistas realizadas em jan e fev de 2005)

Para compreender melhor os elementos descritos no quadro, relatamos a seguir os detalhes fornecidos pelos próprios entrevistados. Debateremos essas informações, dando continuidade à análise teórica que viemos traçando, a respeito das transformações provocadas pelo neoliberalismo, pela globalização e pela reestruturação produtiva às organizações representativas desses trabalhadores.

3. GREVES E PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

Entre os entrevistados, foi a postura de repúdio à greve e defesa dos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho que, de antemão, nos chamou a atenção. Sem desperdiçar a especificidade das análises, pudemos detectar um consenso nas respostas: “a greve não é mais a estratégia acertada para a classe trabalhadora fazer valer seus direitos na atual conjuntura econômica e política, assim como conseguir êxito nas suas reivindicações trabalhistas.” (ZI, fevereiro de 2005)

A postura em relação à greve, por parte dos trabalhadores associados, não está automaticamente compreendida na postura dos seus líderes sindicais. Só uma pesquisa mais minuciosa, que abarcasse a subjetividade desses sujeitos, poderia dar a resposta mais aproximada. No entanto, dado o poder de influência que possuem tais líderes - hoje muito mais enfraquecida do que em décadas anteriores - pode-se ter uma idéia da postura dos trabalhadores, de uma forma abrangente, sobre essa ação reivindicatória.

Sabemos que a política econômica do governo Collor colocou o movimento sindical na defensiva. A organização tinha sido muito importante para o movimento popular urbano ao longo da década de 80. Seu enfraquecimento foi estratégico para a consolidação do neoliberalismo. A recessão 90/92 contribuiu para que a atividade grevista, por exemplo, diminuísse muito: “em 1990, 12,4% milhões de trabalhadores tinham participado de greves em todo o país, em 1991 esse número caiu para 8,8% milhões e, em 1992 despencou para apenas 2,9 milhões.” (BOITO, 1999, p.121)

Outros fatores, de ordem macro política e econômica, precisam ser recordados. A política de incentivo a importações de produtos têxteis asiáticos a preços baixíssimos desestabilizou pequenos proprietários de confecções no estado e provocou um aumento significativo do número de desempregados. Assim, segundo o agente do Sindicato de Maringá, “a abertura econômica da era Collor afetou bastante a organização dos trabalhadores do setor, o sindicato e os empregadores”. (PE, janeiro/2005)

De acordo com o entrevistado do SINDCOST/Cianorte, “na atual conjuntura econômica, não há necessidade de haver mais greves”, pois, segundo ele, “houve uma conscientização, tanto dos trabalhadores quanto dos empresários, de que o conflito não resolve as questões trabalhistas, apenas desgasta ambas as partes”. O mesmo defende os atuais acordos empregadores/empregados. A última greve da qual o sindicato participou, e também da qual se lembra o entrevistado, ocorreu em 1995, depois disso, segundo ele, só aconteceram paralisações pequenas, localizadas em empresas. “As reivindicações por salário, por condições de trabalho e principalmente por segurança, são negociadas através de Acordos Coletivos e Convenções.” (JO, 18/01/2005)

Na região de Goioerê, de acordo com a agente do SINDDTFT, a última greve aconteceu em 1991 e não mais se deu por causa dos acordos entre empregados e empregadores. As principais reivindicações dos trabalhadores do setor eram, naquele período, por salário, plano de saúde e cesta básica, reivindicações estas encaminhadas não mais por meio de greves, mas através das convenções sindicais. Já a principal reivindicação dos trabalhadores do Vestuário de Curitiba, segundo a entrevistada, era por maior qualificação profissional, “garantia que poderia proporcionar melhores salários”, e tal reivindicação se processaria também através de Acordos e Convenções Coletivas”, e não mais através de manifestações de grevistas. (ZZ, 01/02/2005).

Para o agente sindical de Maringá (SINCONFEMAR), a última greve da categoria, em 1992, foi localizada, ocorreu em uma empresa, no município, que ameaçava fechar. “Hoje a estratégia é outra, o lema do sindicato atualmente é *Negociar até a exaustão!*” O entrevistado relatou que “a greve não funciona, pois prejudica os trabalhadores”. Afirmou ainda que naquele momento o foco das reivindicações dos trabalhadores havia mudado, “antes ouvia-se apenas reclamações sobre reajuste de salário. Agora procura-se, antes de tudo, preservar o emprego”. (PE, janeiro de 2005)

Sabemos que a aceleração dos processos de terceirização que se dá nesse setor, combinado à pressão por redução de custos, afeta não só a gestão da produção, mas principalmente - e é o que nos interessa neste artigo - as condições de trabalho de homens e mulheres e suas organizações representativas. Por isso, nesse contexto de crise e instabilidade, não é estranho perceber que os trabalhadores mostravam-se, segundo os entrevistados, mais preocupados em preservar o emprego, do que em reivindicar melhorias nele, por meio do sindicato.

Quando perguntamos sobre as principais reivindicações dos trabalhadores, o mesmo nos disse ser: “por respeito e por melhores salários”. Afirmou que os trabalhadores pedem para serem tratados com dignidade nos locais de trabalho. Pudemos perceber, inclusive, que a última edição do jornal da entidade (2005, n. 13, p.06) dedicou toda uma página para debater a questão do *assédio moral* nas empresas. Segundo o entrevistado, essa foi a principal bandeira de luta na Assembléia dos Trabalhadores do setor que ocorreu em 2004.

A mesma questão também foi realçada pelo Sindicato de Apucarana, “principalmente pelas mulheres”, segundo a entrevistada. A questão repetiu-se nos relatos do agente do Sindicato do Vestuário de Curitiba, “as mulheres reclamam sobre a falta de respeito por parte dos patrões, não só nas cidades do interior, mas também nas empresas que se situam na capital”. Em síntese, na região de Maringá, de Curitiba, de Apucarana e de Goioerê ouvimos dos entrevistados que os trabalhadores reclamam do desrespeito existente, por parte de alguns empregadores, nos locais de trabalho.

No Relatório das atividades de 2004, do Sindicato de Maringá, encontramos detalhes importantes sobre as reivindicações e conquistas dos trabalhadores, intermediadas pela entidade:

Em 2004 foram protocoladas na Câmara de Conciliação, 299 reclamações por questões salariais e de direitos; destes 134 resultaram em acordo, enquanto 163 foram infrutíferos, cabendo ao reclamante procurar a Justiça do Trabalho para dirimir o conflito, destes 11 audiências foram adiadas e 12 pleitos foram arquivados; o setor de atendimento às rescisões contratuais prestou uma média de 10 homologações diárias, resultando num total de 3.600 em 2004; o sindicato promoveu e orientou 21 assembleias onde os trabalhadores puderam decidir sobre a aceitação ou não do Banco de Horas (que precisa ser homologado, assinado pelo sindicato, debatido numa assembleia com a presença do órgão para ser considerado legítimo) e também 41 reuniões, objetivando a conscientização e sindicalização dos trabalhadores(as) da categoria; promoveu 1.500 visitas nas empresas para levar informações à categoria; 12 palestras para os trabalhadores; entre outras funções, que notamos ser mais no campo da assistência social. (JORNAL “CORTE E COSTURA”, 2005: 02)

O relatório de atividades do Sinconfemar/Maringá de 2004 abre possibilidades para uma leitura mais aprofundada de uma série de temas importantes que afetam diretamente o sindicalismo hoje, porém, sobre apenas um deles focalizaremos nesse instante a atenção. Ressaltamos a questão das reivindicações dos trabalhadores, que para conseguirem êxito, precisam ser intermediadas pela Justiça do Trabalho. Esse fator mostra bem o que outras pesquisas já trouxeram: a importância demasiada grande e histórica da interferência da Justiça do Trabalho nas relações que se efetuam entre patrões e empregados no Brasil, questão esta que discutimos melhor na tese (em elaboração).

Na referida pesquisa, também quando nos dispusemos a refletir sobre as greves, percebemos, em Apucarana, um problema que se viu repetir nos diálogos com os líderes sindicais de quase todas as regiões do estado: o ressurgimento de pequenas indústrias, desmembradas de grandes empreendimentos, após a implantação do Regime Tributário Simplificado introduzido pela Lei nº. 9.317/96 (Publicada no caderno Atualização Legislativa nº 51/96).⁴

Quando narrou sobre a adoção do novo regime pelos empresários, o entrevistado do Sindicato de Apucarana deu o exemplo de uma empresa que, há poucos anos, se desmembrou em quatro outras empresas. De acordo com seus relatos, muitas empresas optaram pela implantação da medida, num contexto que fugia aos objetivos reais da lei, ou seja, “para diminuir os gastos com impostos e outros custos sociais com os trabalhadores”. O mesmo problema foi ressaltado em outras regiões analisadas. “O setor produtivo da CTC da região de Maringá era composto basicamente de pequenas e microempresas. Havia grandes empresas, mas com o *Simples*, elas se descentralizaram ou terceirizaram seus serviços para pagar menos impostos ao governo”, diz o entrevistado (AB, 24/01/2005).

O *Simples* talvez tenha facilitado ainda mais o aprofundamento do processo de terceirização das empresas do setor. Importante perceber a relação que o entrevistado fez entre o *Simples* e a incidência ou não de greves no setor. “Essa estratégia, utilizada pelas empresas, ajudava a enfraquecer a organização, a mobilização, a comunicação e a associação dos trabalhadores aos sindicatos.” (AB, 24/01/2005)

Não é ousado demais afirmar que há interferências importantes desse Sistema Integrado de Pagamento de Impostos nas organizações dos trabalhadores e que este repercute, na ponta do diálogo, nas suas decisões em apoiar ou não uma ação grevista que reúna o setor, já que, de acordo com relatos colhidos a campo, este Sistema facilitou a descentralização de empresas e, em cascata, a fragmentação dos trabalhadores, dificultando ainda mais a ação política de suas entidades sindicais.

4 O regime consistia, basicamente, na possibilidade de a pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, optar pelo recolhimento mensal unificado de tributos e contribuições, mediante inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (*Simples*). Naquele período, somente podia optar pelo regime, a pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, cuja receita bruta anual não ultrapassasse a R\$ 120.000,00 ou R\$ 1.200.000,00, respectivamente, e desde que não praticasse nenhuma das atividades impeditivas, e que estivesse em situação regular para com a Fazenda Nacional e INSS. A ME que ultrapassasse, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 120.000,00, ficaria excluída do *Simples* nessa condição, podendo, mediante alteração cadastral, com a apresentação da FCPI, inscrever-se na condição de EPP (Microempresa para Empresa de Pequeno Porte).

Retornando à descrição dos relatos, lembramos da fala de uma agente, também do Sindicato de Apucarana: “a última greve da qual participei e participo a entidade, em 1995, ocorreu em função dos salários atrasados em uma empresa da região. Nessa ocasião os trabalhadores conseguiram sucesso”. A entrevistada recordou-se vagamente de outra greve que ocorreu por volta do ano de 1996 ou 1997, em outra empresa, também por reivindicação salarial. Nessa última, os trabalhadores ficaram sentados durante meio-dia enfrente à máquina, mas antes da chegada do Sindicato, o empresário cedeu, atendendo à solicitação dos trabalhadores. Em sua opinião “a greve não traz conquista e prejudica o trabalhador, que é parte mais fraca”. Ela argumentou que os empresários a afirmavam que “os funcionários não tinham mais coragem de fazer greve e sabiam que não a fariam.” (AZ, 28/01/05)

Em Apucarana o diálogo centralizou-se mais em torno do medo generalizado dos trabalhadores em participar ou organizar ações grevistas, percebido pela entrevistada. Outro problema focado por ela residiu na constatação de outras formas de coerção sofridas pelos trabalhadores e nos raros diálogos entre funcionários e patrões ocorrentes no chão das fábricas.

Sobre as questões de ansiedade, vontade e medo que o capital quer produzir *entre e no* operariado, já tratou Maroni (1982, p.64). A autora, num contexto diferente do que estamos tratando, já demonstrou que o medo atrapalha a organização e a mobilização dos trabalhadores. Este é produzido pela própria educação dos operários, ou seja, pela introjeção do poder disciplinar frente à hierarquia do capital. “Quebrar o medo era (e é) condição para a vitória do movimento”.

Correlato a essa questão, não diferentemente de outros sindicatos visitados, uma reclamação clara do Sindicato de Apucarana, centrou-se no baixo índice de participação dos trabalhadores nas atividades sindicais. A entrevistada relatou que, diante do problema, tem aproveitado as assembleias para exortá-los a participar das ações da entidade, encorajando-os, mostrando o poder que possuem enquanto trabalhadores organizados.

Por um lado as trabalhadoras e trabalhadores do setor, de maneiras variadas, utilizando das estratégias e armas que dispõem, demonstram sua constante rejeição ao trabalho precarizado, por outro, parece-nos que as empresas do setor vão gerando novas estratégias de gestão para possibilitar a construção de um coletivo operário dócil e disciplinado, bem afastado do direito que conquistaram de se organizarem politicamente. É o que o relato de uma trabalhadora, agente sindical, em visita que fizemos ao Sindicato em Apucarana, nos demonstrou: “meu antigo patrão vivia me dizendo para eu não ser associada ao sindicato, pois era uma coisa do passado, que a empresa dele oferecia muito mais benefícios que nossa entidade, dizia para eu ser mais tranqüila, parar de brigar tanto pelos meus direitos [...]”. (PN, 29/01/05)

Pelos relatos da agente entrevistada em Apucarana (AZ, 28/01/05), fica evidente que as empresas conseguem, de formas cada vez mais sofisticadas, demonstrar o poder de coerção que têm sobre a luta dos trabalhadores do setor, por isso, a complexidade da atuação do sindicato em fazê-los perceber sua própria força enquanto movimento político relevante. O medo (da demissão, por exemplo) pode ser mais facilmente exaurido quando enfrentado no coletivo. Se há uma educação processual e intrínseca, que se remonta há séculos, para fazê-los se adaptar à lógica do capital em vez de problematizá-la e extingui-la e, se, como disse acima a agente sindical, “o patrão sabe que os trabalhadores não se organizarão mais em greves”, o sindicato, detentor desses conhecimentos, também acaba tendo que redefinir suas próprias estratégias de luta, inserção e de educação política dos trabalhadores.

Já, em relação às principais reivindicações dos trabalhadores, no SINFITEC/Londrina, percebeu-se que eram por melhores salários e por melhores condições de trabalho, na sequência apareciam os temas: cesta básica, segurança no trabalho e questões relacionadas à saúde. Tais reivindicações eram encaminhadas, de acordo com o entrevistado, através de negociações em Convenções Coletivas de Trabalho, não mais em greves. A última data de 1992. O entrevistado afirmou que no princípio era a favor da greve, mas que mudou de opinião porque compreendeu que ela tinha pontos positivos e negativos e que “os negativos eram mais fortes no contexto social e político atual”. Para ele, “a greve é difícil para os empresários e desemprega”. Por isso mostrou apoio aos acordos e as negociações que não exigem conflito. “O sindicato optou agora por essa tática, ou seja, negociar em assembléia as reivindicações e encaminhar para os patrões em forma de Convenções Coletivas de Trabalho”. (RR, janeiro de 2005)

De acordo com a entrevistada do Sindicato que abrange o setor de Confecções em Curitiba e Região Metropolitana, o número de associados vinha caindo gradativamente, naquele período, devido a elevação do desemprego no setor. *Mesmo assim*, as principais reivindicações dos trabalhadores, nessa região, eram por melhores salários e contra o número excessivo de horas trabalhadas e não-pagas, após a instalação do Banco de Horas, pauta também encaminhada através de acordos e de Convenções Coletivas. A última greve da categoria ocorreu por volta de 1993 em Diamantina. A empresa de botões envolvida, e que abriu falência, foi tomada pelos trabalhadores que a transformaram em uma cooperativa. Em 2004 houve a ocupação de uma fábrica, mas não foi considerada greve pelo sindicato. Quando interrogamo-la a respeito de sua postura em relação à ação grevista, a liderança respondeu:

110

antigamente os trabalhadores sentiam a necessidade de ir à luta, em função da situação econômica e política do país. Estes se interessavam pelas questões econômicas mais abrangentes, hoje não, sem contar a pressão que é muito forte sobre eles. Mas se há união da categoria, se há compreensão do trabalhador, se ele participa das reuniões, acompanha todo o processo de reivindicação, a greve se torna possível. E conseguir a participação dos trabalhadores nas reuniões sindicais é algo muito difícil, eles começam a comparecer nas reuniões de acordos, por exemplo, mas não vão até o final da negociação. (SS, ENTREVISTA EM 01/02/2005).

A partir de sua fala, numa análise mais geral, é importante ressaltar que, como já demonstrou Rodrigues (2003), com a reestruturação produtiva, ou seja, com as transformações na produção, na organização e gestão do trabalho, a agenda sindical se volta para o interior das empresas, discutindo mais diretamente temas relacionados à problemática do trabalho. É também esta a constatação que fazemos através da análise das principais reivindicações dos trabalhadores do setor têxtil e de confecções no Paraná para aquele contexto. Suas preocupações gerais giravam em torno da manutenção do emprego, do direito à cesta básica, da qualificação profissional, de melhores salários, de segurança e respeito nos locais de trabalho e da crítica ao modo como vinha sendo gestado o Banco de Horas nas empresas.

Outro dado igualmente importante é perceber, na falas dos agentes sindicais, o consenso de que a greve não mais favoreceria os trabalhadores. Não há como deixar de relacionar essa subjetividade, que parece livre e individual, a uma subjetividade coletiva e coercitiva, que o neoliberalismo, com suas mais variadas reestruturações produtivas, vêm tentando implantar entre

os trabalhadores. Como já afirmou Boito (1999, p.218), “o movimento sindical também incorporou idéias neoliberais”.

Também há se efetuar uma correlação entre o índice de associação e participação dos trabalhadores nos sindicatos da categoria ao número crescente de trabalho terceirizado e subcontratado, visível principalmente nas facções de costura espalhadas pelo estado. No Sindicato do Vestuário de Apucarana, por exemplo, representante de 23 pequenas cidades da região e de uma média de 5 mil trabalhadores, no período da pesquisa, 70% eram mulheres e 30% das sindicalizadas trabalhavam em facções, principalmente *fabriquetas domésticas* que confeccionavam bonés. Nessa região, “apenas recentemente os donos de facções começavam a registrar os trabalhadores e a pagar seus direitos trabalhistas”. Também a liderança, entrevistada no sindicato do setor de confecções de Curitiba, criticou os governos que davam incentivos para a abertura desses empreendimentos, sem se importarem com as condições de trabalho das mulheres e homens, nem mesmo fiscalizando o funcionamento dos referidos empreendimentos.

A produção de roupas nunca foi centralizada apenas no chão da fábrica. Como já constatado, ao lado da inserção de grandes empresas capitalistas, sempre caminharam as produções domésticas. Ocorre que essa produção doméstica tradicional, muitas vezes de subsistência, é bastante divergente das estratégias usadas pelos empresários, no âmbito da reestruturação produtiva, para retirar boa parte dos operários do chão da fábrica e subcontratá-los nas facções empresariais e de “fundo de quintal”.

Como já demonstrou Marx (1980), os assalariados, reunidos sob o mesmo teto e sob o controle do capitalista, passam a trabalhar juntos, de acordo com um plano de produção, em regime de cooperação. O resultado do trabalho cooperativo supera a somatória das forças produtivas individuais, pela criação de uma força produtiva nova, a força coletiva. Ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie. Esse fato é importante de ser elucidado porque dentro da empresa capitalista as costureiras e os costureiros têm mais possibilidade de se identificarem enquanto grupo, o que traria menos empecilhos à sua organização política e à defesa de seus direitos. É óbvio, porém, que não podemos esquecer que o fato de estarem reunidos num mesmo ambiente não significa automaticamente que vão adquirir ou fortalecer o sentimento de pertencimento à uma classe. Muitos fatores hoje, como já debateu Antunes, colaboram para a complexificação e heterogeneização dos trabalhadores: terceirização, qualificação/desqualificação, “flexibilização”, entre outros. Esses fatores colaboram para que o trabalhador atual sinta dificuldade de identificar-se enquanto classe.

No caso do trabalho faccionado na confecção, a questão torna-se ainda mais clara. A costureira mostra-se confusa, pelo fato de identificar-se, ora como empregada, ora como empreendedora, ora como trabalhadora terceirizada, ora como trabalhadora permanente, já que emprega outras pessoas na fabricação doméstica, na maioria das vezes seus próprios familiares e amigos. Na facção, sob os mais diferentes tipos de contrato, a costureira pode passar a se alimentar de uma enganosa liberdade e autonomia, que esconde uma ideologia de exploração, com piores condições de trabalho, maior jornada e ausência de direitos.

Como afirmam Araújo e Amorim (2001/02, p.275), a terceirização tem imposto aos trabalhadores relações de emprego instáveis, redução de salários, de benefícios e condições de trabalho degradadas, que têm como conseqüências o aumento de acidentes de trabalho e das

doenças profissionais. Mostram ainda que essa terceirização tem levado ao desalojamento de uma parcela dos(as) trabalhadores(as) para a economia informal, submentendo-os(as) a condições precárias de trabalho e excluindo-os(as) dos benefícios assegurados por lei e da representação sindical.

Essas costureiras a domicílio ganham pouco e recebem pela produção no fabrico das peças. Quando contratam outras pessoas para trabalhar nas oficinas, pagam-lhes menos ainda. Recebendo pela quantidade de peças produzidas, são obrigadas a efetuarem longas jornadas de trabalho. Por isso, vivenciam uma “liberdade profissional contraditória”, numa condição que não lhes faculta, na maioria das vezes, ter reservas financeiras para manter os equipamentos necessários para produzir, comprar a matéria-prima, transportá-la a baixo custo e nem tão pouco investir em tecnologia. Há ainda os riscos, já lembrados em outros momentos desse trabalho, da sazonalidade da produção e comercialização dos produtos do vestuário.

O governo Collor, durante a década de 90, que trouxe consigo o acirramento das privatizações, da abertura comercial, das receitas de cunho neoliberal, da recessão, do desemprego e da reforma econômica, também produziu fortes impactos sobre o movimento sindical e as condições de trabalho destas costureiras. Em âmbito geral, colaborou para uma drástica redução da atividade grevista. E, em relação à greve, Alves mostra que, neste período, a própria estratégia da ação sindical, baseada no confronto, tende a ser repensada. É posta cada vez mais, a necessidade, para os sindicalistas brasileiros, de instaurar novos procedimentos de negociação com o capital, tal como o Contrato Coletivo de Trabalho. O tema predominante dos sindicalistas no país é “democratizar” as relações de trabalho, como saída, segundo eles, para os impasses do sindicalismo num período de inovações técnico-organizacionais, que tendem a debilitar o movimento operário e sindical. (1996, p.157)

As próprias entidades sindicais pesquisadas reconhecem que entre 1990/92, decresceu tanto o número de greves, como o de grevistas, além do desemprego e da recessão. Podemos inferir que este processo foi incentivado por uma série de práticas inovadoras, de cariz organizacional, como a livre negociação de salários, a concessão de abonos e antecipações salariais, principalmente no setor industrial de ponta. (ALVES, 1996, p.156)

Bastaria apenas enfatizar que tais informações nos ajudam a compreender que, no caso da pesquisa, os sindicatos analisados mostraram-se muito mais próximos à um projeto de defensivismo sindical, por circunstâncias complexas já mencionadas aqui, do que de um projeto de ação ofensiva e crítico-radical diante do mesmo. Porém, há de se registrar que as formas de reivindicação dos trabalhadores, mesmo não tão combativas, parecem tentar *driblar* as estratégias do capital. Uma leitura apressada poderia afirmar que esses pequenos atos ocorrentes no Paraná neste momento em nada transformaram tais estratégias. Mas em um período particularmente difícil para o sindicalismo, em âmbito nacional e internacional, pequenos eventos (ex: paralisação de meio dia em frente à máquina, na região de Apucarana) não podem ser menosprezados. Consideramo-los ações políticas que carregam uma luta implícita, que podem estar colaborando para desmontar e corroer por dentro o capitalismo. Dito de outra forma, essas lutas podem não levar diretamente à “revolução”, mas questionam as relações de produção.

4. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO SINDICATO

Na Cadeia Têxtil e de Confecções do Paraná⁵, o número de trabalhadores do sexo feminino é superior ao número de trabalhadores do sexo masculino. O SINDCOST/Cianorte, por exemplo, representava, naquele período, 7.000 trabalhadores, 80% deles eram mulheres, concentradas principalmente nas funções de: costureiras, arrematadeiras, revisadeiras e modelistas.

Mesmo estando diante de um setor que emprega, em sua grande maioria, mulheres, vimos que entre as sete lideranças sindicais entrevistadas na época, três eram do sexo feminino. E mesmo que a quantidade ainda seja baixa, entendemos que o fato das mulheres estarem à frente dessas organizações sindicais demonstra hoje uma ruptura, mesmo que ainda não definitiva, em relação a todo um histórico de marginalização da capacidade e da habilidade política que as impuseram.

Uma das perguntas que fizemos aos agentes foi acerca da participação delas nas atividades sindicais. As respostas foram variadas. Segundo o agente do SINCONFEMAR/Maringá, a participação das mulheres já foi maior, mas essa veio diminuindo gradativamente. O entrevistado relatou que a participação das mulheres no sindicato não é maior porque elas vivem com jornada quádrupla (mãe, esposa, trabalhadora e dona de casa), “isso as impede de participar de forma mais ativa das atividades sindicais”, argumenta (PE, 01/2005). Já o agente do SINDCOST/Cianorte fez questão de enumerar que “as mulheres não são muitos atuantes no sindicato e que deveriam ser mais”. (JO, 18/01/05)

Quando perguntamos para a agente do Sindicato do Vestuário de Curitiba, se os vários papéis desempenhados pela mulher naquele momento, como havia afirmado o representante do Sindicato de Maringá, poderia dificultar sua participação nas atividades sindicais, ela nos respondeu que não. A mesma tomou o seu histórico de vida como exemplo de participação, dizendo que o que pode estar havendo é um comodismo por parte das trabalhadoras, pois “mesmo quando as reuniões e assembléias do sindicato são marcadas para os finais de semana, a participação delas é rara, até mesmo entre as solteiras”. (SS, 01/02/05)

Não podemos desconsiderar que elas ganham menos também. Em entrevista com a integrante do Sindicato do Vestuário de Curitiba, este problema é ressaltado: “muitas mulheres trabalham como costureiras e ganham como auxiliares de produção”. (SS, 01/02/05) Interessante perceber que essa questão também surgiu em Maringá. No Jornal da entidade, dessa última região, consta:

uma campeã em denúncias é o fato das trabalhadoras que trabalham com máquina de costura, mas são registradas e ganham salário de auxiliar e esse erro tem ocorrido em diversas empresas. Às vezes o(a) trabalhador(a) é promovido(a) e o patrão ‘esquece’ de mudar o salário, outras vezes o patrão esquece de propósito. (2005: 07)

⁵ Mesmo diante da sazonalidade que caracteriza a produção no setor, o SINCONFEMAR/Maringá representava uma média de 12 mil trabalhadores e dos 6 mil sócios, 82% eram do sexo feminino. No Sindicato do Vestuário de Curitiba, 90% dos trabalhadores do setor eram mulheres, em sua grande maioria costureiras. O SINFITEC/Londrina representava uma média de 3.200 trabalhadores em empresas localizadas em Londrina, Cornélio Procópio, Uraí e região, 75% deles eram mulheres; só em uma empresa (Fiação de Seda, de Cornélio Procópio), onde o sindicato possuía uma sub-sede, elas representavam 80% da mão-de-obra. No SINDDTFT/Goioerê as costureiras também eram a maioria. Apenas do Sindicato que abrange o setor de confecções de Curitiba ouvimos que o número de mulheres filiadas é praticamente o mesmo que o número de trabalhadores do sexo masculino. (Entrevistas em 28/01/2005).

É claro que são hipóteses, pois essas considerações merecem uma pesquisa mais precisa sobre a questão de gênero. Por exemplo, para podermos detalhar com mais firmeza sobre o lugar da mulher nas indústrias do ramo têxtil e de confecções, seria importante indagar, em campo, sobre quem é como é a mulher operária na indústria, na oficina, no domicílio, o que para ela significa ser mãe, mulher e costureira ao mesmo tempo, como fizeram, a título de ilustração, Amélia R.S. B. Teixeira, Ana Clara. T. Ribeiro, Filippina Chinelli e Roseli Elias no texto “O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio”, ou ainda como conseguiu Cheywa R. Spindel em “O ‘uso’ do trabalho da mulher na indústria do vestuário”⁶.

Pensamos que as mulheres ainda são as mais vitimadas pela precarização do trabalho, precarização esta que vem acompanhada de tantos outros *problemas sociais*, difíceis de serem rompidos ainda hoje, como o *machismo*, a exigência da multifuncionalidade, a violência de toda espécie e alguns *entraves sócio-culturais*. As mulheres também são as principais vítimas do paradoxo do crescimento do emprego feminino num contexto de crise: “menores salários, maior instabilidade, condições de trabalho acumulando atividades domésticas e profissionais, maior desemprego, impactos previsíveis sobre a saúde”. (HIRATA, 1998, p.19)

As trabalhadoras continuam freqüentemente controladas segundo modalidades tayloristas de organização do trabalho, com cadências e ritmos impostos por linhas de montagem, máquinas e/ou normas disciplinares, ou pela demanda do cliente (sistemas *just-in-time*). “A manutenção do cronômetro, instrumento taylorista de controle de tempo, nas indústrias têxtil, de confecções e de calçados, combina com proibições diversas, desmentindo a idéia da *morte do fordismo*.” (OLIVEIRA et.al apud HIRATA, 1998, p.13)

Quando comparados aos postos de trabalho altamente qualificados que a cada dia despontam no setor, os cargos de costureiras e auxiliares de produção são ainda os que sofrem com a menor remuneração e a ocorrência de tarefas mais repetitivas. A agente entrevistada em Apucarana, por exemplo, relatou que a cada ano diminui o percentual de qualificação das trabalhadoras, “percentual que já não era alto, em função do piso salarial defasado e muito baixo (mesmo lembrando que este era o maior da região, perdendo apenas para a região de Curitiba).” Contou-nos que “quando as trabalhadoras têm acesso aos cursos de qualificação e graduação, mudam de emprego, optam por outras funções que a remunerem melhor em outros setores”. (AZ, 28/01/2005)

Por outro lado, narrou ela, “os patrões reclamam da mão-de-obra desqualificada, mas não oferecem a contrapartida, isto é, melhores salários, incentivos sociais e cursos de qualificação mais duradouros”. Assim, “a principal reivindicação das trabalhadoras e dos trabalhadores do setor é justamente por melhores salários, na seqüência, entra na pauta de negociação a solicitação por cestas básicas”, segundo ela, “única pauta negociada por empresa e não em Convenções Coletivas”. Para se ter uma dimensão maior dessa questão, lembramos que entre as trabalhadoras de Maringá, a média de analfabetismo é de 2,8%, “muito alta”, segundo um representante da entidade. O único sindicato que alegou que as trabalhadoras possuíam, na época, boa qualificação profissional, foi o SINDTEXTIL de Curitiba. (AZ, 28/01/2005).

⁶ Trabalhos organizados por Carmem Barroso e Albertina Oliveira Costa, intitulado “Mulher, mulheres”. São Paulo: Cortez, 1983.

Sob dessas constatações, concordamos com a afirmação de Hirata (1998), de que o novo quadro econômico e financeiro instalado no período em debate, tem conseqüências diferenciadas, segundo as regiões do globo, e sobre a divisão sexual do emprego, do trabalho – profissional e doméstico – e das atividades dos homens e das mulheres. Vulneráveis, menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais, as trabalhadoras podem ser vistas como “cobaias” para o desmantelamento das normas de emprego predominantes até então. Para a autora, embora o cenário mais provável seja o de uma dupla segmentação, com a constituição de dois segmentos do emprego masculino e dois segmentos do emprego feminino, um estabilizado, outro precarizado, a força dissuasiva e de pressão sobre salários, condições de trabalho e de negociação dos trabalhadores de ambos os sexos parece evidente.

No debate dessas contradições, lembramos também as contribuições de Bruschini e Lombardi (2001/02), quando chamam a atenção para a má qualidade do trabalho realizado pelas mulheres, que, em grande parte se concentra em atividades informais e precárias, ou seja, de má qualidade e, como mencionou Hirata, não protegidas pela legislação. Por outro lado, segundo as autoras, há a ocorrência de tendências inovadoras, que apontam para a conquista, por parte de mulheres mais escolarizadas, de bons empregos, embora mantendo a concentração (acima já debatida) em guetos femininos.

Os resultados dos estudos de Bruschini e Lombardi (2001/02, p.185) nos auxiliam a verificar uma espécie de balanço da década de 90, no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, quando relataram que “as mulheres continuaram a ganhar menos que os homens, independente do setor de atividade econômica em que trabalham, do tamanho da sua jornada de trabalho, do número de anos de estudo ou da sua posição na ocupação, mas as diferenças entre os seus ganhos e os masculinos diminuiram.”

Abramo (2001, p.80) faz afirmação similar quando comenta que a intensa afluência das mulheres não mercado de trabalho não foi acompanhada por uma diminuição significativa das desigualdades profissionais entre homens e mulheres. Segundo ela, “em nenhum país latino-americano os rendimentos de homens e mulheres como o mesmo nível de instrução são equivalentes”. Como base nessas discussões, concordamos que a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizada através do tempo pela marca da precariedade, que tem atingido uma importante parcela das trabalhadoras, situação essa que não pode ser atribuída apenas às costureiras do setor de confecção. Em suma, compreendemos que se estamos falando de um setor de produção, onde ainda impera o trabalho feminino, um maior número de entidades representativas deveriam ser dirigidas por elas.

Vimos, naquele momento, que alguns problemas enfrentados pelos sindicatos pesquisados, dificultavam a participação de homens e mulheres. Interligado à centralização de tarefas dos dirigentes, a baixa alternância entre os líderes sindicais no poder do sindicato, facilmente percebida em algumas visitas, vemos a dificuldade financeira enfrentada pelos sindicalistas para manterem as entidades em funcionamento, mesmo diante do número crescente de parcerias com empresas, por meio dos convênios estabelecidos. Nos municípios-sede visitados, vimos que a distância geográfica era algo que exigia a presença de interlocutores. Estes auxiliariam na articulação política e organização das atividades sindicais. Além desses articuladores por cidade e região, seria importante manterem representantes por empresa. Mas a carência de recursos financeiros apresentada pela maioria dos sindicatos, muitas vezes não permitia tais descentralizações. Diante

disso, uma das entrevistadas, por ocasião de nossa visita em Cianorte, assim se expressou: “temos que usar as armas do próprio capital para chegar até as trabalhadoras, os tempos são outros, temos que investir em informatização e meios eficazes de comunicação para atraí-las para a entidade. Se os homens de cidades distantes não vêm para as reuniões, imaginem as mulheres que tem filhos e poucas condições financeiras para se locomoverem para cá”. (ZI, 02/2005)

Já dizia Leôncio Martins Rodrigues (apud ALVES, 1996, p.160), que as lideranças sindicais brasileiras deverão preparar-se para atuar num cenário novo e instável que lhes colocaria muitos desafios numa conjuntura econômica particularmente difícil. Para ele, a mesma flexibilidade que se imporia aos empresários ante os requisitos trazidos pelas novas tecnologias e mudanças gerais do mercado, impõe-se às lideranças sindicais. Insistia ainda que, diante das transformações estruturais da economia e da sociedade capitalista, no limiar do século XXI, o sindicalismo tenderia, cada vez mais, a incorporar para si a lógica do capital.

É evidente que na fala de ZI, há mais elementos que a citação de Rodrigues pode abarcar. Mas algo é certo, “na década de 90 os trabalhadores têm, devido ao desemprego, menos disposição para a luta sindical”. (BOITO, 1999, p.207). E nos últimos anos, a situação econômica nacional e internacional, as mudanças oriundas da C.F.88, o aprofundamento da reestruturação produtiva e os *malabarismos* do neoliberalismo, criam dificuldades maiores ainda ao sindicalismo e às suas lideranças, que são desafiadas a pensar em estratégias, às vezes “inovadoras”, para impulsionar os trabalhadores para a luta, isso pode nos ajudar a pensar a participação tanto de homens como de mulheres.

116

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS FORMAS DE INTERVENÇÃO PASSAM PELA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES?

É possível romper com as forças de sustentação do sistema. No desafio para quem pensa o futuro do Brasil, na extrema adversidade do contexto histórico gerado pela globalização, há duas alternativas, que Sampaio (2000) coloca em forma de questões, e das quais comungamos neste artigo: a sociedade deve aceitar passivamente as tendências que vem de fora, discutindo o ritmo e a forma de ajuste aos novos ditames do capital internacional e das nações hegemônicas? Ou a sociedade deve reagir a essas tendências, rompendo com as forças internas e externas que sustentam o processo de globalização de negócios?

Para o mesmo autor, os trabalhadores brasileiros precisam romper com o padrão mimético de modernização de consumo e definir prioridades para o desenvolvimento econômico que sejam compatíveis com as possibilidades da economia nacional, mudanças essas que supõe superar o consumismo desbragado e organizar a sociedade com base em uma ética de solidariedade e de cooperação entre as classes sociais; modificar os parâmetros sociais e institucionais que regem a organização do mundo do trabalho; graduar a intensidade do processo de introdução e difusão do progresso técnico, tendo em vista a necessidade de preservar o acesso do conjunto da população economicamente ativa ao mercado de trabalho.

Essas reformas, para evitar a barbárie, só podem ser concebidas dentro de uma organização socialista de sociedade. Sampaio diz ser tarefa das forças políticas: denunciar a falta de horizonte do movimento de globalização e construir um amplo arco de alianças, capaz de impulsionar as transformações sociais indispensáveis para a superação da modernização perversa. (2000, s/p)

Para que um projeto de sociedade mais igualitária se concretize será fundamental a participação dos sujeitos sociais, que uma vez organizados possuirão muito mais força política. Igualmente importante, é considerarmos a força transformadora que possui o “fazer político” dos agentes sociais nas relações que se dão nas ações do cotidiano, não só no *fazer* das instituições sindicais ou partidárias.

Vivemos numa realidade social e econômica reestruturante, atípica. Se não enxergarmos esse contexto, corremos o risco de culpar apenas os sindicatos e destinar somente à eles a responsabilidade pela mudança. É fato que enquanto canalizadores dos anseios e lutas dos trabalhadores, respondem por um papel singular. No entanto, no emaranhado político e sofisticado, constituído pelo neoliberalismo, suas ações e poderio sofreram impactos brutais. Não é por menos que alguns profanam o fim do sindicalismo. Pode ser o fim dos sindicatos fordistas e tayloristas, mas não do sindicalismo em si. Os sindicatos precisam passar por muitas mudanças. Sobre isso, bem propõe Antunes (1995).

Para ele, “embora heterogeneizado, complexificado e fragmentado, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana podem ser viáveis através das revoltas que se originam centralmente no mundo do trabalho”. Atuando enquanto classe, os trabalhadores constituem-se no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista. Há muitas possibilidades de luta (ecológica, feminista, dos negros, etc.), carregadas de significado, mas quando o eixo é a resistência e o confronto à lógica do capital e à sociedade produtora de mercadorias, para o autor, o centro desta ação encontra maior radicalidade quando se desenvolve e se amplia no interior das classes trabalhadoras. (ANTUNES, 1995, p. 86 e 87).

Os mesmos desafios que se postulam à sociedade como um todo, parecem se dirigir ao sindicalismo. Poderíamos elencar aqui um conjunto de autores que já pensaram tais desafios, mas ressaltaremos apenas as posições de Antunes (1995), que os coloca, não de uma maneira definitiva, mas em forma de interrogações desafiadoras, dentro do que ele mesmo denomina “dimensões atuais da crise sindical e desafios que marcam o conjunto do movimento sindical em escala global no final do século XX”: os sindicatos serão capazes de romper com a enorme barreira social que separa os trabalhadores “estáveis”, mais “integrados” ao processo produtivo e que se encontra em processo de redução, em relação àqueles trabalhadores em tempo parcial, precário, “terceirizados”, subempregados da economia informal, em significativa expansão no processo produtivo contemporâneo? Serão capazes de organizar sindicalmente os *desorganizados* e com isso reverter as taxas de dessindicalização, presentes nas principais sociedades capitalistas? Serão capazes de romper com o novo corporativismo (societal) que defende exclusivamente suas respectivas categorias profissionais, abandonando ou diminuindo fortemente seus conteúdos mais acentuadamente classistas? Serão capazes de repudiar enfaticamente as manifestações de seus setores mais atrasados e, ao contrário, tecer formas de ação solidárias e classistas, capazes de aglutinar esses contingentes de trabalhadores praticamente excluídos até mesmo da representação sindical? Serão capazes de reverter à tendência (vem do toyotismo) que consiste em reduzir o sindicato ao âmbito exclusivamente fabril (sindicalismo de empresa, de envolvimento), mais vulnerável ao comando patronal? Que individualiza e personaliza a relação capital e trabalho? Conseguirão (re) organizar comissões de fábricas, comitês de empresas, organizações autônomas nos locais de trabalho, capazes de obstar a tendência à cooptação dos trabalhadores? Serão capazes de estruturar um sindicalismo horizontalizado, melhor preparado para incorporar o conjunto da classe-

que-vive-do-trabalho, superando o sindicalismo verticalizado? Serão capazes de romper com a tendência crescente da excessiva institucionalização e burocratização que fortemente tem marcado o movimento sindical em escala global e que o distancia de suas bases sociais? Serão capazes os sindicatos de avançar para além de uma ação acentuadamente defensiva e auxiliar na busca de um projeto de emancipação dos trabalhadores, de um controle social da produção? Outras Interrogações o autor coloca especificamente ao movimento sindical dos países industrializados e intermediários, como o Brasil: serão capazes de obstar a generalização dessa crise sindical que já os atinge? O sindicalismo mais combativo será capaz de participar na elaboração de um modelo econômico alternativo? (ANTUNES, 1995, p. 68 a 70)

Enfim, essa diversidade de problemas que se apresentam hoje ao mundo do trabalho, diante das estratégias do capitalismo, e do lado oposto, esta diversidade de proposições e desafios para superá-los, nos dá uma certeza: é preciso crer e lutar por um novo projeto de sociedade, que, para nós, não é o neoliberalismo. E para que esse projeto se concretize será fundamental a participação dos sujeitos sociais, que uma vez organizados, possuirão muito mais força política; independente do tipo de movimento social ou ação em que estejam engajados, mas dependentemente do projeto de sociedade que tenha esse mesmo movimento ou ação. Igualmente importante, é considerarmos a força transformadora que possui o “fazer político” dos sujeitos sociais nas relações que se dão no cotidiano, não só no *fazer* das instituições sindicais ou partidárias.

Afinal, muitos autores já predeterminaram a classe proletariada essa missão re-dentora, traçaram seu destino e sua história e esqueceram que esta trajetória se faz processualmente, e não só através de direções econômicas; desconsideraram também a subjetividade dos sujeitos sociais e a riqueza da multiplicidade de ações políticas que estes podem desempenhar na vida cotidiana.

118

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. A situação da mulher Latino americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. *Proposta*. n. 88/89, p.76-93. mar/ago de 2001.

ALVES, Giovani. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho: o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, Francisco

J.S.; ALVES, Giovani; MENELEU, José Neto; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1996.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas-SP: Cortez/UNICAMP, 1995.

ARAUJO, Ângela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. *Cadernos Pagu*, No. 17/18, p. 267-310. 2001/02.

BOITO, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*. Desafios da Equidade. (17-18). p. 157-196, 2001/02.

Regime Tributário Simplificado. Lei nº 9.317/96. *Caderno Atualização Legislativa* nº 51/96.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal: e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

COMIN, Álvaro Augusto. A experiência de organização das Centrais Sindicais no Brasil. In: *O Mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

DRUCK, Maria Graça. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. *Caderno CRH*, Salvador. n. 24/25, 1996.

HIRATA, Helena, PRETECEILLE, Edmond. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica. O debate das Ciências Sociais na França. *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 47-80, jul, dez, 2002.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latino-americana de Estudos Del Trabajo*, ano 4, n. 7, pp. 5-27, 1998.

Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores nas Indústrias de Confeções de Roupas de Maringá. Maringá. *Jornal Corte e Costura*, ano IV, n. 13, janeiro de 2005.

MARONI, Ammémis. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

119

MARX, Karl. *O capital*. (Crítica da Economia Política). Livro 1. O processo de produção do capital. v 1. Parte quarta. 1980.

NORONHA, Eduardo Garuti. Greves e estratégias sindicais no Brasil In: *O Mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

RODRIGUES, Iram Jácome. Relações de trabalho no ABA paulista na década de 1990. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SAMPAIO, Plínio de Arruda (Junior). Os desafios da luta de classes na economia globalizada. *Lê Monde – Diplomatique*. Especial n. 1, setembro de 2000.

SPINDEL, Cheywa R. O 'uso' do trabalho da mulher na indústria do vestuário. In: BARROSO, Carmem; COSTA, Albertina Oliveira (org). *Mulher, mulheres*. São Paulo: Cortez, 1983.

TEIXEIRA, Amélia R.S. B ET AL. O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio. In: BARROSO, Carmem; COSTA, Albertina Oliveira (org). *Mulher, mulheres*. São Paulo: Cortez, 1983.

ERGONOMIA NO AMBIENTE DE TRABALHO COM ÊNFASE PARA MESA DE ESCRITÓRIO

ERGONOMIC IN THE WORK'S AMBIENT WITH EMPHASIS TO TABLE OFFICE

*Akio Cyoia**
*Angélica Golono de Deus**
*Bruno Bazzo Jota**
*Érica Adriana Casaroto**
*Aparecida Vani Frasson Gaion***

RESUMO:

Para garantir o conforto no ambiente de trabalho em escritório vários fatores são indispensáveis entre eles a ergonomia das mesas para atividades administrativas. O objetivo deste foi desenvolver uma metodologia contribuindo para conscientização da utilização das mesas que têm um papel fundamental para diminuição de dores provocados por equipamentos mal projetados. Foram evidenciados a má postura, condicionamento físico e conscientização, itens relevantes no nível organizacional estratégico para combater os afastamentos dos funcionários na organização. Dentro de um ambiente de trabalho o controller deve estar atento também para diminuir os males físicos e aumentar a produtividade dos processos de forma a salvar o capital da empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Conscientização, Mesas, Ergonomia.

ABSTRACT:

To ensure the comfort in the workplace in office several factors are indispensable including ergonomics of the tables for administrative activities. The purpose of this was to develop a methodology contributing to awareness of the use of tables that have a key role to decrease the pain caused by poorly designed equipment. We highlighted the poor posture, physical fitness and awareness, items relevant to strategic organizational level to fight the removals of officials in the organization. Within a work environment the controller must be careful also to reduce the physical ills and increase the productivity of processes in order to safeguard the capital of the company.

KEY-WORDS: Awareness, Tables, Ergonomics.

1. INTRODUÇÃO

A Controladoria é uma atividade de grande importância dentro das empresas, pois é por meio de informações por ela mensurada que se discutem as mudanças não só econômicas e tecnológicas como estruturais.

Atualmente a humanidade vem buscando um maior conforto para executar suas tarefas do dia-a-dia, utilizando-se de certa forma a informática. O uso dessa tecnologia trouxe maior agilidade e geração de trabalho e é inconcebível não utilizar essa tecnologia disponível para realização de inúmeras tarefas.

Contudo, o avanço tecnológico trazido pela informática, acarreta, paralelamente, males físicos e sociais, pois no ambiente de trabalho crescem, gradativamente as queixas, desde simples dores de cabeça até problemas clínicos mais sérios, como distúrbios osteo-musculares (SILVA, 2002).

*Discentes de Curso de Ciências Contábeis - UniFil

**Orientadora: Mestre em Contabilidade e Controladoria

2. CONCEITOS E ENFOQUES

A Controladoria é um ramo do conhecimento, onde o fluxo de informações contábeis e numa visão multidisciplinar, responde pela modelagem, construção e manutenção de sistemas de informações e modelos de gestão das empresas.

É necessário entender que as empresas são entidades de transformação de recursos (matérias, humanos, financeiros e mercadológicos) e têm por objetivos a geração de benefícios. Um dos campos de atuação da Controladoria compreende a interação com outros num determinado ambiente, influenciando para atingir objetivos comuns.

No ambiente interno, a abordagem sistêmica constitui uma metodologia apropriada para o estudo das organizações, observando suas relações com o ambiente, bem como as relações existentes entre os elementos internos. É possível identificar elementos materiais como mesas e cadeiras que colaboram para diminuir a produtividade, bem como o aumento do stress dos trabalhadores. Por isso a importância de se garantir o conforto no ambiente de trabalho, utilizando a ergonomia.

3. ERGONOMIA - CIÊNCIA DO CONFORTO

A ergonomia tem sido fator de aumento de produtividade das empresas e da qualidade do produto bem como da qualidade de vida dos trabalhadores, na medida em que a mesma é aplicada com a finalidade de melhorar as condições ambientais, visando à interação com o ser humano. A ergonomia tem como palavra de Origem Grega, que quer dizer Ergo = cujo significado é trabalho NOMOS = que significa regras.

A definição de Wisner, 1987 (Um conjunto de conhecimentos científicos relativos ao homem e necessários à concepção de instrumentos, máquinas e dispositivos que possam ser utilizados com o máximo de conforto, segurança e eficiência).

Dessa forma é necessário conceber equipamentos adequados ou trocá-los e não o contrário, isso é, aplicar o conhecimento em máquinas para depois procurar a pessoa certa, como também ensinar o trabalhador a usufruir os benefícios de seu posto de trabalho. Boa postura, uso adequado de mobiliários e equipamentos, implantação de pausas, ginástica laboral (antes, durante e depois da atividade) ajudam a eliminar vários problemas dentro das empresas.

4. QUEM ESTÁ SUJEITO ADQUIRI-LA E QUANTO CUSTA?

Qualquer pessoa no trabalho, principalmente nos escritórios onde os funcionários que trabalham na área de Controladoria, cujas atividades estejam voltadas a ficar oito horas sentadas em frente ao computador ou exercendo atividades burocráticas nos controles internos da organização. E quanto isto vai custar para as empresas?

Nos EUA custam bilhões de dólares anualmente. É uma das principais doenças do trabalho, o que preocupa as autoridades daquele país há tempos. Os americanos chegaram à conclusão que a solução, também para estes casos, é a prevenção, muito mais “barata” para todos, pois se compararmos a produtividade de um trabalhador estressado, com ambiente de trabalho

inadequado, sem conforto, com má postura, que toma duas a três conduções diárias - ida e volta – sem pausas, sem exercícios físicos (ginástica laboral) com aqueles que têm condução decente, posto ergonômico, conforto (ruído, iluminação, temperatura e umidade), pausa, etc. chega-se à conclusão que o conforto e medidas preventivas dão retorno.

5. PRODUTOS OFERECIDOS – MESA ERGONÔMICA

Foi realizado um trabalho especial com os fabricantes mobiliários para produzir e oferecer produtos ergonômicos que pudessem ser especificados para as centrais de atendimento. Em 1.991, a Ergon desenvolveu a mesa ergonômica e dinâmica para informática, que possui regulagens independentes e contínuas aos planos verticais e horizontais para tela e teclado, permitindo a alternância postural do usuário sentado e que todos trabalhassem com os pés apoiados no chão. Na época, conta Venétia Santos, que o fabricante a se interessar em promover modificações foi a Zagros. De acordo com a avaliação dos demais fabricantes, ainda não existia mercado para este produto. Após a fabricação das mesas durante dois anos, outros três fabricantes desenvolveram mesas similares, adotando o mesmo conceito desenvolvido pela Ergon. Hoje, só a Zagros tem mil postos instalados apenas em centrais de atendimento.

A mesa regulável, por sua vez, possibilitou a redução da altura dos assentos das cadeiras produzidas no Brasil. As cadeiras nacionais que tinham regulagem de altura a partir de 46 cm, até mesmo a partir de 56 cm, têm hoje a altura do assento regulável a partir de 40/41 cm, o que, admite Venétia, ainda não é o ideal, mas já está adequado a um número maior de pessoas. Além disso, foram desenvolvidos acessórios ergonômicos para o mobiliário já existente em algumas empresas: apoio de pé regulável, apoio de monitor regulável, apoio de palma. As cadeiras e mesas reguláveis foram adotadas pelo Nacional e pela Golden Fone, enquanto que os acessórios ergonômicos para o mobiliário existente foram adotados pela Telerj, pelo jornal O Globo e pelo Nacional. (estudo elaborado pela equipe de Venétia Santos, especialista e mestre em Ergonomia).

6. MEIOS E/OU RECOMENDAÇÕES PARA ELEVAR A PRODUTIVIDADE

Kazarian (1989) e Kotschevar (1985) têm escrito extensivamente sobre produtividade e ambos advertem que o melhor caminho para alcançar a produtividade é planejar áreas de trabalho de forma que os trabalhadores não tenham que alcançar objetos e se deslocar além de certos limites, pois se as limitações e capacidades do homem forem respeitadas na sua atividade de trabalho, isso proporcionará um desempenho mais criativo, mais inteligente e, portanto mais eficiente.

Avery, apud Hotchkin (1979), relata que a produtividade pode ser melhorada pela alocação dos acessórios/peças de equipamentos tão próximos uns dos outros quanto possível.

Ainda segundo Hotchkin (1979), vários experts têm advertido para uma melhor administração de pessoal, incluindo treinamento, maior motivação, estudos de tempo e movimento e simplificação do trabalho. Alguns consultores e projetistas de equipamentos recomendam melhor layout e equipamentos modernos para reduzir o trabalho. Outros predizem que a conveniência é a chave para a produtividade elevada. Empresas que produzem artigos de mesa acreditam que oferecem um caminho igualmente importante para melhorar a produtividade.

Um aspecto interessante das questões discutidas aqui pelo autor, é que segundo o mesmo, a motivação de um trabalhador não depende unicamente do controller, mas é um processo que vem de dentro e é afetado pelo ambiente de trabalho e estilo administrativo do controller. Isso nos leva a pensar na relação entre produtividade e aspectos culturais.

CONCLUSÃO

Os departamentos das empresas interagem um com outros num determinado ambiente, sendo necessário que o sistema mantenha certo equilíbrio, ajustando-se as exigências ambientais. O ambiente em geral, para dar resultado, tem que ser confortável e o posto de trabalho devem possuir componentes reguláveis, apoio para os pés, suporte para os braços e mãos e mesas padrão de escritório com regulagem.

Desta forma a postura corporal dos trabalhadores apresentará menos transtornos ocupacionais e uma melhora na promoção da saúde humana.

A Controladoria através do sistema de fluxo de informações gerenciais das empresas, projeta-se de forma a assegurar o resultado empresarial, permitindo o aperfeiçoamento e o fluxo de benefícios como um todo.

REFERÊNCIAS

CATTELI, Amando. *Controladoria: uma abordagem da gestão econômica*. São Paulo: Atlas, 1999.

COUTO, Hudson Araújo. Ergonomia Aplicada no Trabalho. *Revista Proteção*, Ano XI, nº 83, nov., 1998.

CHIRADIA, j. Mauro. Ergonomia e os efeitos da Globalização. *Revista CIPA*, Ano XXII, nº261, 2001.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CARGOS CARREIRAS E SALÁRIOS EM UMA EMPRESA DO RAMO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DE LONDRINA

CONTRIBUTIONS TO POSITIONS CAREERS AND SALARIES PROGRAMME'S DEVELOPMENT IN A AGRICULTURAL MACHINES AND EQUIPMENT'S BRANCH COMPANY IN LONDRINA

*Bárbara Comegno**
*Elen Gongora Moreira***
*Roberta Aidar**

RESUMO:

O Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) é utilizado nas organizações a fim de listar seus profissionais e suas respectivas funções com os salários referentes a cada cargo de acordo com as responsabilidades do mesmo. O PCCS também auxilia para um melhor planejamento dos custos da empresa evitando assim, reclamações dos colaboradores que consideram seu salário injusto. Este artigo é o relato de um trabalho realizado em uma empresa do ramo de máquinas e equipamentos agrícolas localizada na cidade de Londrina. Após a realização de uma Pesquisa de Clima Organizacional com o objetivo de diagnosticar as necessidades da organização e a partir delas apresentar propostas de intervenção para a resolução das dificuldades encontradas pôde-se identificar que havia uma má distribuição de cargos e funções dentro da empresa, pois várias pessoas relataram que realizam as mesmas tarefas. Além disso, os colaboradores relataram também que estavam insatisfeitos com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários oferecido pela empresa. A partir destes dois pontos levantados no diagnóstico organizacional foram realizadas todas as descrições e análises de cargos da empresa. A coleta de dados para a confecção da ficha profissiográfica foi realizada através de entrevistas estruturadas individuais conduzidas com um colaborador dos seguintes cargos: supervisor de peças; supervisor de serviços; encarregado rental; encarregado de campo; encarregado de oficina; encarregado administrativo financeiro; auxiliar administrativo; assistente rental; assistente scs; auxiliar departamento de serviço; almoxarifado; vendedor interno; consultor de vendas; auxiliar de mecânico; mecânico; torneiro mecânico; pintor; mecânico de campo; mecânico de empilhadeira; eletricista; lavador; soldador. Após a realização das entrevistas foi realizada uma consulta ao Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO) com o intuito de comparar os dados obtidos na entrevista com os esperados. Após a elaboração das fichas profissiográficas estruturou-se juntamente com a Diretoria da empresa o PCCS, onde foram reformulados todos os critérios de promoção de cargos e salarial. Concluído o PCCS o mesmo foi enviado para a matriz da empresa localizada em Curitiba com o intuito de auxiliar na reestruturação do PCCS já existente.

PALAVRAS-CHAVE: clima organizacional, satisfação no trabalho, descrição e análise de cargos.

124

R
E
V
I
S
T
A

* Discentes do 5º ano do curso de Psicologia da UNIFIL. Bárbara Comegno *E-mail:* barbaracomegno@yahoo.com.br, Roberta Aidar *E-mail:* ro_psick@hotmail.com

** Docente do curso de Psicologia da UNIFIL. Mestre pela PUC-SP em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento, com área de concentração em Gestão do Comportamento Organizacional. *E-mail:* egmoreira@hotmail.com

ABSTRACT:

The Plan of Positions, Careers and Wages (PCCS) is used in the organizations in order to list its professionals and its respective functions, with the referring wages to each position in accordance with the responsibilities of the same. The PCCS also facilitates to the organization one better planning of the costs of the company thus preventing, claims of the collaborators who consider its unjust wage. This work was considered in a company of the branch of machines and equipment located in Londrina. After the accomplishment of a Research of Organizational Climate with the objective to diagnosis the necessities of the organization and from them to present proposals of intervention for the resolution of the joined difficulties could be identified that it inside had an bad distribution of positions and functions of the company, therefore some people had told that they carry through the same tasks. Moreover, the collaborators had told that they were unsatisfied with the Plan of Positions, Careers and Wages offered by the company. From these colon raised in the organizational diagnosis the descriptions and analyses of positions of the company had been carried through all. The data collection for the confection of the professions fiche was carried through interviews structuralized individual lead with a collaborator of each position of the following positions: Supervisor of parts; supervisor of services; rental person in charge; field person in charge; workshop person in charge; financial administrative person in charge; auxiliary administrative assistant; assistant scs; auxiliary service department; warehouse; internal salesman; sales consultant; auxiliary of mechanic; mechanic; mechanical turner; painter; field mechanic; piler mechanic; electrician; washer; soldering iron. After the accomplishment of the interviews a consultation to Brazilian Cadastro of Occupations (CBO) was carried through with intention of compare the data gotten in the interview with the collaborators. After the elaboration of the occupations fiches structuralized together with the Direction of the company the PCCS, where all the criteria of promotion of positions had been reformulated and wage, which was sent for the matrix in Curitiba, to reorganize its material.

KEY-WORDS: Organizacional Climate; Satisfaction in the Work; Description and Analysis of Positions.

1. INTRODUÇÃO

Quando um colaborador ingressa numa organização, ele se depara com várias novidades que passarão a fazer parte da sua rotina diária. São metas a serem alcançadas, dedicação para se integrar à cultura organizacional e um esforço para entrar no ritmo vivido pela equipe que passou a fazer parte do seu cotidiano. Mas isso é apenas algumas das nuances que envolvem um novo desafio profissional. Como qualquer outra pessoa, o novo colaborador também se depara com dúvidas e logo imagina qual será a sua chance de crescimento dentro da empresa. Em muitos casos, a companhia costuma apresentar um plano de desenvolvimento individual que servirá de base para a ascensão do colaborador, no entanto esta não é uma realidade em todas as organizações.

Grande, pequena ou média, o tamanho da empresa não importa muito. O grande incentivo que faz com que cada vez mais empresas de todos os portes e segmentos busquem um Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) é a necessidade premente de organização e profissionalização da empresa, que precisa se estruturar para crescer.

Geralmente, quando há muitos cargos na empresa aparecem complicações, pois o número de funções e atividades se avoluma. Surge então a necessidade de aplicar métodos sistemáticos para estabelecer uma estrutura que reflita os valores relativos de todas as funções existentes na empresa (ZIMPECK, 1990).

Segundo Chiavenato (1998) a descrição de cargos é o detalhamento das atribuições ou tarefas do cargo (o que o ocupante faz), a periodicidade da execução (quando faz), e os métodos empregados para a execução dessas atribuições ou tarefas (como faz) e os objetivos do cargo (por quem faz). É basicamente, um levantamento escrito dos principais aspectos significativos do cargo e dos deveres e responsabilidades envolvidas.

Segundo Zimpeck (1990) a Análise e Descrição de Cargos fornecem as informações que servirão para o desenvolvimento do sistema de avaliação de cargos. O PCCS possibilita listar todos os profissionais e seus respectivos cargos, pagar por nível de responsabilidade, com os salários adequados a cada um desses níveis. Além do sentido de organização, pode-se afirmar que o sistema de cargos e salários também proporciona um maior dimensionamento de custos com pessoal, além de evitar injustiças e possíveis reclamações trabalhistas. Pode-se citar como vantagens também, o fato de que a organização passa a pagar de acordo com a sua realidade e tem uma mostra concreta de quanto às empresas do mesmo porte que ela está pagando a seus colaboradores por um determinado trabalho realizado.

A preocupação central da Administração de Cargos, Carreiras e Salários é a manutenção do equilíbrio interno e externo da organização. O equilíbrio interno é conseguido pela correta avaliação dos cargos, de forma a manter uma hierarquia entre as funções. O equilíbrio interno é muito importante, porque os colaboradores comumente julgam a equidade de suas remunerações comparando-as com as dos demais colaboradores. Muitas vezes a insatisfação com a remuneração advém da diferença de remuneração entre cargos e pessoas, quando não são visíveis maiores responsabilidades, produtividade, conhecimento e capacidade. O equilíbrio externo é conseguido através da adequação salarial da organização diante do mercado de trabalho, já o equilíbrio externo é obtido quando os colaboradores julgam a equidade de suas remunerações comparando-as com as ocupantes de cargos similares em outras organizações. Além disso, quando o equilíbrio externo não é mantido, a empresa tem dificuldades em conservar seus talentos profissionais (PONTES, 2000).

Uma das questões mais polêmicas referentes a salário é se este funcionaria como um fator de motivação para os colaboradores. Para Pontes (2000) é certo que, indiretamente, o salário contribui como pano de fundo para a satisfação de necessidades dos colaboradores que atuam em uma organização, pois é através dele que se tem assegurada a satisfação de necessidades básicas dos indivíduos independentes das necessidades da empresa, tais como moradia, alimentação, saúde e etc.

De certa forma, o salário pode contribuir para a aceitação social do indivíduo e, em termos de auto-estima, ainda é muito bem aceita pelo colaborador a demonstração de seu valor através da concessão de aumentos de mérito, que vêm ratificar todas as demonstrações informais de estima que ele possa receber.

Segundo Zimpeck (1990) a análise e Descrição de Cargos são à base de todo um sistema de administração de salários, pois, das informações que seu uso deriva é que se torna possível estabelecer critérios e técnicas de remuneração. E tudo isto simplesmente resulta do fato de que para valorar cargos é preciso antes conhecê-los em todos os detalhes disponíveis.

De acordo com Pontes (2000) o salário é uma demonstração objetiva do quanto à empresa valoriza o trabalho de seu colaborador. Associado ao Plano de Carreiras, ele pode vir a ser não propriamente um fator motivador, mas um fator que servirá de base aos fatores motivadores ligado ao cargo ocupado, à perspectiva de crescimento profissional e ao trabalho executado, estando estritamente ligado a esses.

Portanto, a partir das colocações dos autores citados anteriormente, pode-se concluir que o salário não é um fator de motivação quando analisado isoladamente. A troca fria de produção por salário não gera satisfação ao colaborador; é apenas uma recompensa justa pelo seu trabalho, e o colaborador busca a garantia de sua sobrevivência. No entanto, pode-se dizer que o salário vem a fortalecer os aspectos motivadores que o colaborador encontra na empresa para melhorar seu desempenho.

Este artigo foi o resultado de dois anos de estágio em Psicologia Organizacional realizado em uma empresa de peças e equipamentos agrícolas da cidade de Londrina. A queixa inicial da empresa era a de que os colaboradores “não vestiam a camisa” da organização. O gerente geral da empresa a princípio afirmava que os colaboradores não estavam comprometidos com o trabalho, pois segundo ele, muitos dos colaboradores não estavam preocupados em melhorar o funcionamento da empresa, apenas se preocupavam em “bater o cartão”, não ficavam cinco minutos a mais para terminar algum serviço, a menos que lhes fosse oferecido hora extra.

Como forma de diagnosticar os problemas existentes na empresa decidiu-se aplicar uma pesquisa de Clima Organizacional para que se pudesse compreender melhor a queixa trazida pela empresa, não apenas sob a ótica do gerente, mas também sob a percepção dos colaboradores da organização. A partir dos resultados obtidos na Pesquisa de Clima Organizacional pode-se identificar que 80% dos colaboradores acreditavam não haver comunicação interna na empresa, pois muitas vezes dois ou mais colaboradores realizavam uma mesma tarefa, enquanto uma outra tarefa importante ficava sem ser feita; para os colaboradores havia uma má distribuição de cargos e funções dentro da empresa, pois várias pessoas relataram que realizavam as mesmas tarefas. Além disso, os colaboradores relataram também que estavam insatisfeitos com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários oferecido pela empresa.

Em função dos resultados obtidos no diagnóstico organizacional elaborou-se uma proposta de intervenção para a empresa onde o ponto central do trabalho seria a elaboração de um Plano de Cargos, Carreira e Salários. Esta proposta foi realizada com o intuito de solucionar os problemas tais como a questão da comunicação; re-trabalho, e promoção interna dos colaboradores, visto que uma das etapas para a elaboração de um PCCS é a descrição e análise das funções de cada colaborador.

2. PROCEDIMENTO

2.1 População

Todos os 52 colaboradores da empresa, tanto do setor Administrativo quanto da Oficina.

2.2 Instrumentos

Para a condução do trabalho foram utilizados os seguintes instrumentos: a) roteiro de entrevista estruturada contendo questões sobre: o tempo de trabalho na empresa, função e expectativas de trabalho dos participantes, a função de cada colaborador, suas atividades, sua localização no organograma, suas expectativas de crescimento profissional dentro da organização, seus materiais de trabalho, consequência de seus erros, responsabilidade ou não por dinheiro e dados confidenciais e; b) um questionário contendo 27 questões sobre: perfil/ dados pessoais; saúde e; relacionamento colaborador/ empresa.

2.3 Procedimento

A primeira etapa para a elaboração do PCCS foi à realização das descrições e análise dos cargos existentes na empresa. A coleta de dados para a confecção da ficha profissiográfica¹ foi realizada através de entrevistas estruturadas individuais conduzidas com um colaborador de cada cargo existente na empresa. Os cargos existentes são: Supervisor de Peças; Supervisor de Serviços; Encarregado Rental; Encarregado de Campo; Encarregado de Oficina; Encarregado Administrativo Financeiro; Auxiliar Administrativo; Assistente Rental; Assistente CSC; Auxiliar Departamento de Serviço; Almoxarifado; Vendedor Interno; Consultor de Vendas; Auxiliar de Mecânico; Mecânico; Torneiro Mecânico; Pintor; Mecânico de Campo; Mecânico de Empilhadeira; Eletricista; Lavador; Soldador.

Nesta coleta de dados para a elaboração da ficha profissiográfica foi levantado com cada colaborador questões como: responsabilidades exigidas para desempenhar bem sua função; a média de experiência necessária para a função e a complexidade exigida para a realização das tarefas necessárias a cada cargo; a existência ou não de responsabilidade por valores; se o ocupante do cargo exerce supervisão sobre outros colaboradores; se o cargo exige responsabilidade por erros e quais as possíveis consequências de um erro; com quem o colaborador se relaciona para realizar sua função; quais são as ferramentas necessárias para execução das tarefas.

Na seqüência foi realizada uma consulta ao Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO) no site do Ministério do Trabalho (www.mte.gov.br) com o intuito de comparar os dados obtidos na entrevista com os descritos oficialmente pelo Ministério do Trabalho. Após a elaboração das fichas profissiográficas estruturou-se juntamente com a Diretoria da empresa o PCCS.

Como a descrição do procedimento para a elaboração do PCCS muitas vezes confunde-se com os próprios resultados obtidos, será realizada na seção de Resultados e Discussão um detalhamento do procedimento para elaboração do PCCS juntamente com os resultados e discussões obtidas durante o processo.

¹ Ficha profissiográfica é um documento que contém as especificações de cada cargo, além dos atributos necessários ao desempenho satisfatório do cargo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Depois de realizadas as descrições e análises dos cargos identificou-se de fato que em alguns cargos havia re-trabalho, por exemplo: as atividades desenvolvidas pelos cargos de encarregado de oficina e encarregado de campo muitas vezes se confundiam, chegando ao ponto de algumas vezes os responsáveis comandarem as atividades de ambos os setores o que, dificultava o próprio trabalho dos encarregados e o trabalho de seus colaboradores já que algumas vezes as ordens eram distintas e os colaboradores não sabiam a quem seguir ou o que fazer primeiro.

Depois de discutidas as questões de re-trabalho com a Gerência Geral da empresa foram tomadas algumas decisões como, por exemplo, a partir da realização das descrições e análises de cargos foram definidas as tarefas de cada colaborador, facilitando o trabalho de chefes e colaboradores.

O planejamento do PCCS foi realizado da seguinte forma: primeiramente elaborou-se uma tabela de reajuste salarial, de acordo com as bases salariais entregues pelo gerente da empresa. Na seqüência, para os cargos de Encarregado de Oficina; Auxiliar de Departamento de Serviço; Suporte ao Cliente – CSC; Consultor de Vendas – Máquinas; Consultor de Vendas – Peças; Vendedor Interno; Supervisor de Peças; Encarregado de Campo; Supervisor de Serviços; Encarregado Administrativo Financeiro; Almoxarifado; Almoxarifado – Ajudante; Auxiliar Administrativo; Soldador; Lavador; Eletricista; Mecânico de Empilhadeira – Campo; Mecânico de Empilhadeira – Oficina; Mecânico de Campo; Pintor; Torneiro Mecânico; Mecânico e Auxiliar de Mecânico determinaram-se três níveis para promoção dentro de cada cargo, por exemplo: Júnior, Pleno e Máster. Os níveis de promoção podem ser mais bem visualizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Exemplo de Níveis de Promoção por Cargo.

Cargo X da Oficina	Referência	Experiência	Salário	
		(Anos)	Proposto I	Proposto II
	Junior	1 a 2	R\$ 840,00	R\$ 840,00
	Pleno	2 a 3	R\$ 966,00 +15%	R\$ 1.008,00 +20%
	Master	3 a 4	R\$ 1.110,90 +15%	R\$ 1.209,60 +20%

Para os cargos da oficina, como: Encarregado de Oficina; Auxiliar de Departamento de Serviço; Suporte ao Cliente – CSC; Consultor de Vendas – Máquinas; Consultor de Vendas – Peças; Vendedor Interno; Supervisor de Peças; Encarregado de Campo; Supervisor de Serviços; Encarregado Administrativo Financeiro; Almoxarifado; Almoxarifado – Ajudante; Auxiliar Administrativo; Soldador determinou-se que os salários dos colaboradores teriam um acréscimo de 20% em cada nível (Júnior, Pleno e Máster). Já os salários dos colaboradores da parte administrativa da empresa teriam apenas 15% de acréscimo por nível. Esta diferença de porcentagem deveu-se ao fato do salário dos colaboradores que atuavam na oficina serem mais baixos do que os dos cargos do setor administrativo e um reajuste de 15% não representaria uma mudança significativa como sendo uma promoção por mérito.

Para auxiliar nos critérios de promoção interna foram desenvolvidos critérios para a avaliação de desempenho de cada colaborador. Esta avaliação era conduzida pelo superior imediato ao cargo avaliado que deveria atribuir uma nota de zero a dez para cada um dos seis itens da avaliação e seus respectivos subitens conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Critérios Utilizados para Avaliação de Desempenho

CRITÉRIO	PESO
1 - PONTUALIDADE E ASSIDUIDADE	
2 - DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL	
3 – ATIVIDADES PROFISSIONAIS	
4 – QUALIDADE	
5 – TRABALHO EM EQUIPE	
6 – ORIENTAÇÃO PARA O RESULTADO	

Os critérios para a avaliação de desempenho foram os seguintes: pontualidade e assiduidade; desenvolvimento pessoal e profissional; atividades profissionais; qualidade; trabalho em equipe e relacionamento interpessoal. Estes critérios foram elaborados a partir de discussões tanto com o gerente da empresa quanto com os colaboradores, pois todos participaram do processo de criação dos critérios. É importante salientar também que os critérios foram os mesmos para todos os cargos da empresa, independente se eram cargos da oficina, de liderança ou da área administrativa. O que diferenciava os cargos na forma de avaliação não eram os critérios e sim os seus pesos. Por exemplo, para o cargo de auxiliar de departamento de serviço o critério trabalho em equipe teria peso 1, enquanto o mesmo critério teria o peso 3 para o cargo de encarregado de oficina, os pesos foram estabelecidos de acordo com a importância de cada item em relação a cada cargo.

Resumindo, após a atribuição das notas em cada um dos critérios, o avaliador deveria empregar os pesos conforme pontuação estabelecida para cada cargo. Os pesos foram diferenciados de acordo com a exigência de maior ou menor resultado em cada item desta avaliação, levando em consideração a cultura da empresa e a descrição e análise de cargos.

A classificação dos pesos na avaliação de desempenho foi empregada da seguinte forma: 1- Elementar; 2- Importante; 3- Fundamental. O processo de atribuição de pesos ocorria após a avaliação realizada pelo superior imediato, que calculava os indicadores de desempenho.

Conduzidos os cálculos era possível identificar os indicadores de cada colaborador, sendo os indicadores os seguintes: 1- Abaixo do esperado; 2- Atinge parcialmente o esperado; 3- Atinge o esperado; 4- Acima do esperado. Com estas informações era possível criar uma tabela de acompanhamento individual conforme a Tabela abaixo:

Quadro 3 – Modelo de Avaliação Gráfica de Cada Colaborador

Porcentagem	0 – 49,9%	50% – 74,9%	75% - 89,9%	90% - 100%
Pontuação	0 – 89	90 – 134	135 - 161	162 – 180
Avaliação	Abaixo do esperado	Parcialmente Esperado	Esperado	Acima do Esperado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de desempenho e o Plano de Cargos, Carreiras e Salários estão prontos, porém ainda deverão ser aprovados pela matriz da empresa localizada em Curitiba antes de ser efetivamente implantado. Porém, a organização não deve encontrar dificuldades em aplicá-las já que ambos os trabalhos foram solicitados por ela e por seus colaboradores.

Buscou-se em todas as etapas do trabalho apresentar uma proposta harmônica que viesse de encontro às necessidades da Instituição envolvida e em correspondência aos anseios dos colaboradores.

Os conhecimentos da psicologia organizacional foram de suma importância para a condução deste processo uma vez que, o psicólogo possui preocupações não apenas com os aspectos técnicos das ações na área de Gestão de Pessoas, mas, principalmente o seu olhar está voltado para as relações humanas e a satisfação do colaborador no trabalho.

131

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da Administração*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1983.

CHIAVENATTO, Idalberto. *Desempenho humano nas empresas: como desenhar os cargos e avaliar o desempenho*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CHIAVENATO, Idalberto. *Remuneração, benefícios e relações de trabalho*. São Paulo, Atlas. 1998.

PONTES, Benedito R. *Administração de Cargos e Salários*. 8 ed. São Paulo: LTR, 2000.

ZIMPECK, Beverly Glen. *Administração de Salários: Sistemas e Métodos de: análise e descrição de cargos, pesquisas e escalas salariais, avaliação de desempenho, avaliação de cargos*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

NÚCLEO DE ARQUITETURA, URBANISMO E TECNOLOGIAS

ARQUITETURA, ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

ARCHITECTURE, LIVING TOGETHER SPACES AND ESPECIAL EDUCATION

Agda Patrícia Felizardo*

Antonio Manuel Nunes Castelnou**

RESUMO:

Este artigo enfoca, de modo geral, a questão do desenvolvimento de espaços de convivência voltados a indivíduos portadores de necessidades especiais. Através de uma revisão bibliográfica e de uma conceituação básica sobre Educação Especial, pretendeu-se levantar alguns pontos relacionados à concepção e projeto de espaços arquitetônicos que reúnam condições de abrigar as necessidades pedagógicas para o tratamento desses indivíduos, e, ao mesmo tempo, possibilitem o pleno desenvolvimento de suas potencialidades e reincorporação efetiva à sociedade, que por muito tempo os menosprezou.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura; Projeto; Espaços de Convivência; Educação Especial.

ABSTRACT:

That article focuses, generally speaking, the subjection of living together spaces development directed the special necessities individuals. Through the bibliographic review and the Special Education conceptualization, it was intended to raise some points related to conception and project of architectural spaces that congregate conditions to shelter pedagogical necessities for the treatment of these individuals and, at the same time, make possible the full development of its potentialities and real reincorporation to the society, that for much time slight them.

KEY-WORDS: Architecture; Architectural Project; Living Together Spaces; Especial Education.

1. INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, a excepcionalidade foi considerada sinônimo de loucura. Incompreendida pela maioria das pessoas, era vista como castigo dos céus, morada do demônio ou ainda um mistério da mente humana que não podia ser desvendado por nós, meros mortais. Com os avanços da ciência, começou-se a entendê-la melhor, assim como a buscar formas de tratamento e, principalmente, educação. Os indivíduos ditos excepcionais passaram a serem vistos sob outros olhos, inclusive com direitos e obrigações diante da sociedade que por muito tempo os discriminou e isolou. Inúmeras foram as ações que buscaram – e buscam até hoje – a sua integralização política, econômica, social e cultural. Dotados de características próprias, necessitam cuidados especiais e, portanto, espaços arquitetônicos que possibilitem o seu desenvolvimento completo e verdadeiro.

*Acadêmica (em 2002) do 5º ano do Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Filadélfia de Londrina – UniFil. Elaborou seu *Trabalho Final de Graduação (TFG)* na área de Projeto de Edificações, sob o título “Anteprojeto de um Centro de Convivência Especial em Sertãoópolis PR”.

**Orientador do TFG. Arquiteto e engenheiro civil. Mestre em Tecnologia do Ambiente Construído pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo – EESC/USP. Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Docente na área de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Filadélfia de Londrina – UniFil.

De modo geral, com base nos estudos da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, pode-se dizer que os princípios que regem a educação especial são basicamente três: a *normalização*, que deve ser entendida como o objetivo; a *integração* como processo; e, finalmente, a *individualização* como meio de atingi-la. Estas etapas têm sua origem muito mais antiga que a própria história da educação especial, fundamentadas em princípios difundidos por vários movimentos, que, desde muito cedo, estruturaram as políticas de atendimento às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais. Da mesma forma, é importante lembrar que “normalizar” não significa tornar o excepcional normal, mas que a ele sejam oferecidas condições de vida idênticas as que outras pessoas recebem.

Neste artigo, procura-se apresentar algumas considerações sobre a educação especial, principalmente quanto à sua relação com a arquitetura. A partir de uma conceituação básica e de um panorama geral sobre a evolução histórica de seu tratamento, destaca-se, no caso brasileiro, o papel das *Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae*. Na seqüência, aborda-se as questões relacionadas ao desenvolvimento dos espaços arquitetônicos voltados à convivência social e política, de modo a apontar, finalmente, alguns aspectos de relevância referentes ao tema, em especial quando da concepção e projeto de espaços de convivência destinados a esses indivíduos com condições e necessidades especiais. Longe de esgotar o assunto, pretende-se aqui despertar o interesse para o estudo nessa área, o qual é ainda incipiente, comparativamente à importância acadêmica que o tema tem adquirido em décadas recentes, não somente no Brasil como em todo o mundo.

2. O QUE É EDUCAÇÃO ESPECIAL

O termo “educação” provém do latim *educatio*, que significa a ação de criar, relacionando-se desde a instrução básica até a própria alimentação de um indivíduo. Segundo a Grande Enciclopédia Larousse Cultural (1998), trata-se, de modo geral, da atividade de desenvolver as faculdades psíquicas, intelectuais e morais de uma pessoa. Para a sociologia da educação, surgida com Émile Durkein (1858-1917), os comportamentos familiares e parentais desempenhariam um papel determinante na socialização da criança, embora não sejam os modelos de referência mais importantes na educação propriamente dita. O objetivo básico da sociedade estaria justamente em reproduzir, através da educação, os modelos de referência no interior dos quais se situariam os indivíduos de uma nova geração.

Assim, a *escola* teria um papel fundamental e positivo, quando funciona normalmente na vivência cotidiana da criança. No caso inverso, cumpriria um papel negativo no sentido de acentuar as disparidades sociais. A sociologia da educação também procura, desta forma, refletir sobre os efeitos uniformizadores do sistema escolar, na medida em que, tal como é praticada, viria privilegiar os valores das classes dominantes: a aquisição de cultura passaria então a estar ligada à hierarquia dos valores que a escola veicula. É aqui que se insere a questão da chamada *educação especial* ou *especializada*, que consistiria no conjunto de medidas e de instituições que organiza a reeducação de crianças excepcionais, inaptas e/ou deficientes; ou ainda a reinserção social de delinqüentes. A partir deste ponto, torna-se fundamental entender o que significa a dita excepcionalidade de uma criança.

A *deficiência mental* pode ser considerada uma patologia crônica e universal, a qual atinge o indivíduo durante o seu desenvolvimento neuropsico-motor. Deste modo, conforme Coelho-Sant'Ana (1988), constitui-se de um transtorno do funcionamento e da conduta humana, originada por vários fatores, incluindo aqueles biológicos, psicológicos, culturais e educacionais. Aqui se torna evidente como será muito mais complexo conseguir alcançar uma definição exata para o termo do que se imagina. Basicamente, a deficiência mental de um indivíduo pode ser resumida como sendo o funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, o que existe concomitantemente a um déficit no comportamento adaptativo e que se manifesta durante o seu desenvolvimento.

Logo, a definição do que seria uma *criança excepcional* também é bastante abrangente. Várias tentativas já foram feitas no sentido de se tentar chegar a um ponto comum entre todas as definições, que devem acima de tudo ser bem elaboradas para que possam ser realmente compreendidas. Tal termo pode ser usado, por exemplo, quando se refere a uma criança particularmente inteligente ou que possui talentos pouco comuns. Existem ainda os casos em que é aplicado a crianças atípicas, que se desviam da norma. Contudo, atualmente, o termo vem sendo usado para definir tanto crianças deficientes como crianças talentosas. Assim, pode-se dizer que excepcionais são aqueles que se diferem da criança típica ou normal por fatores, tais como suas características mentais, neuro-motoras ou físicas; suas capacidades sensoriais e de comunicação; seu comportamento social; ou ainda suas deficiências múltiplas. Todas essas diferenças devem ser notadas a ponto de requerer modificações nas práticas escolares correntes; ou mesmo de necessitar de serviços especiais de educação.

De acordo com Kirk-Gallagher (1991), as crianças excepcionais são com frequência agrupadas em categorias para facilitar a comunicação entre os especialistas, sendo comum encontrar grupos enumerados de 1 a 5. O *Grupo 1* seria composto por crianças com desvios mentais, que incluem indivíduos intelectualmente superiores e lentos quanto à capacidade de aprendizado; o *Grupo 2* envolveria crianças com deficiências sensoriais, incluindo aquelas com problemas auditivos e visuais; e o *Grupo 3* crianças com desordem de comunicação, incluindo distúrbios de aprendizagem e deficiência de fala e linguagem. Por sua vez, o *Grupo 4* estaria composto por crianças com desordens de comportamento, incluindo distúrbio emocional e desajustamento social e, por fim, o *Grupo 5*, onde estariam crianças com deficiências múltiplas graves, incluindo várias combinações, tais como a paralisia cerebral e retardamento mental, surdez e cegueira, deficiências físicas e intelectuais graves.

Essa classificação viria facilitar o caminho para o tratamento adequado a ser aplicado a cada caso. As crianças classificadas no *Grupo 1* de desvios mentais constituir-se-iam de pessoas com funcionamento intelectual abaixo ou acima da média, podendo ser crianças com *deficiência mental educável*, significando uma leve deficiência, esta diagnosticada na escola quando a capacidade de aprendizagem tivesse sido mais exigida. Para este tipo de lesão, estuda-se a possibilidade dessas crianças freqüentarem uma classe normal ou um programa especial separado desta; ou ainda, em um terceiro caso, fazer uma combinação entre as duas hipóteses. O principal objetivo que deve ser alcançado com este tipo de tratamento seria o de se fazer com que a criança aprenda as habilidades básicas ensinadas nas escolas, tais como leitura, escrita, aritmética, habilidades manuais e outras.

Da mesma forma, no *Grupo 1*, ainda segundo Kirk-Gallagher (1991), também podem ser encontradas crianças com *deficiência mental treinável*, quando seu grau de deficiência passa a ser considerado moderado, apresentando dificuldades para aprender, em qualquer nível da escola. Sua deficiência seria geralmente notada devido a desvios físicos ou clínicos, sendo a forma de tratamento que este tipo de deficiente mental necessita tanto a integração com as outras crianças como com o lar e a comunidade, além das práticas de trabalho. Por último, nesse mesmo grupo, podem-se encontrar os *deficientes mentais graves e profundos*, que possuem problemas múltiplos, tais como deficiência mental e paralisia cerebral, ou ainda perda auditiva. Neste nível de deficiência, procura-se mostrar à criança como se sentar à mesa; como beber; como tirar a calça, camisa ou casaco, na tentativa de alcançar um nível modesto de sucesso em cuidados pessoais.

Quanto ao *Grupo 2*, este seria composto por crianças com *deficiências sensoriais*, o que incluem os deficientes auditivos e visuais, os quais cada um recebe um tipo de tratamento. Para crianças com problemas visuais, por exemplo, a identificação pode ser feita na própria escola, quando se percebe que o indivíduo não consegue ler no quadro de seu lugar – ou aperta os olhos para ler –, sendo o professor a principal fonte de identificação deste problema. Basicamente, a educação de crianças com deficiência visual não diferiria em quase nada da educação daquelas com visão normal a não pelo fato das primeiras poderem estar matriculadas em uma classe especial, onde em geral requereriam um ensino concentrado durante quase todo o dia ou boa parte dele. Além disso, um professor especializado ofereceria juntamente com outros especialistas um ensino que enfatizaria tanto as habilidades nas disciplinas escolares quanto o desenvolvimento de habilidades especiais, como aprender a usar a *linguagem braille*, a qual dá acesso a todo o mundo aos que não vêem.

No caso de crianças com deficiência auditiva, estas apresentariam alguns problemas mais difíceis de serem resolvidos comparativamente às deficientes visuais. A perda da audição interfere tanto na recepção da linguagem quanto na sua produção, fazendo com que a criança sofra para se ajustar social e academicamente. Conforme Kirk-Gallagher (1991), enquanto uma *pessoa surda* seria aquela cuja audição é tão falha que não consegue entender, com ou sem a utilização de aparelho auditivo, a fala através do ouvido, uma *pessoa com audição reduzida* seria aquela cuja audição é tão deficiente que dificulta, mas não impede, a compreensão da fala. Ambos os tipos seriam identificados antes de entrarem na escola, enquanto que as crianças com deficiência leve ou moderada tenderiam a ser negligenciadas, pois muitas vezes esta condição se assemelha a outros distúrbios, tais como deficiência mental ou problemas comportamentais. Infelizmente, a aprendizagem dessas crianças conta com professores sem muita experiência, necessitando assim adequações.

No *Grupo 3*, ainda segundo Kirk-Gallagher (1991), estariam as crianças com desordem de comunicação, ou seja, que demonstram certo conhecimento das necessidades do sistema lingüístico proporcional à norma esperada. Tipicamente, uma criança seria chamada *deficiente da fala* quando as suas habilidades de linguagem primária fossem deficientes em relação às expectativas para sua idade cronológica. Um indivíduo com este tipo de deficiência não exigiria grandes adaptações para fins educacionais, não sendo necessárias classes especiais, mas apenas uma assistência às prováveis dificuldades de articulação. Portanto, uma criança com deficiência da fala, com um padrão de desenvolvimento de certo modo normal, não diferiria acentuadamente das outras crianças. Para que esta possa ter uma melhora significativa, dependendo do nível de

cada problema, é necessário que exista uma grande variedade de exercícios que a possibilitem recuperar a fala.

Em relação ao *Grupo 4*, este abrigaria as crianças com desordem de comportamento por apresentá-lo inadequado para sua idade em um período ou outro. As próprias escolas podem identificar tais crianças, embora os testes sejam eficazes somente se o pessoal estiver devidamente treinado. Uma das técnicas utilizadas seria a do autocontrole do indivíduo: isto significa que o professor deve trabalhar com ele no sentido de tentar melhorar uma série de habilidades de autoconscientização, a fim de que possa aumentar o seu próprio controle sobre sua hiperatividade e falta de atenção. As modificações feitas no ambiente de aprendizagem para tratar de crianças com esses problemas seriam geralmente planejadas com o intuito de melhorar as interações do indivíduo com o ambiente.

Finalmente, no *Grupo 5*, localizar-se-iam as crianças com deficiências múltiplas, severas e físicas. Estas reuniriam todos os indivíduos que têm uma deficiência mental moderada, grave ou profunda, além dos que possuem distúrbios emocionais, e todos os indivíduos com deficiência mental moderada e profunda que têm pelo menos mais de uma deficiência, ou seja, auditiva, visual, paralisia e outras. O desenvolvimento dessas crianças normalmente é baixo, repetindo-se em todos as áreas de desenvolvimento social, intelectual e lingüístico. Estes indivíduos reagiriam emocionalmente a coisas que gostam e que não gostam; e seu desenvolvimento acadêmico poderia às vezes ultrapassar o limite do razoável. Os avanços da medicina têm feito com que muitos problemas especiais sejam superados e muitas crianças têm sobrevivido a condições de saúde e físicas difíceis.

3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRATAMENTO

Historicamente, pode-se afirmar que houve um grande progresso no que se refere ao tratamento de pessoas com necessidades especiais, pois hoje seus limites e suas capacidades são estudados até o ponto de poderem facilitar o desenvolvimento de suas habilidades. Segundo Campos (1995), constatou-se que existiram quatro estágios de evolução histórica das atitudes em relação às crianças excepcionais. O primeiro deles, que perdurou ainda na era cristã, tendia a negligenciar e também maltratar os deficientes, chegando-se ao extremo de sacrificar os bebês que nasciam com deformações ou alguma deficiência. Na Idade Média, em um segundo estágio, principalmente com a difusão do cristianismo, passou-se a protegê-los e a se compadecer deles. Até os séculos XVI e XVII acreditava-se que as pessoas com deficiência eram possuídas por demônios ou espíritos maléficos.

Na era medieval, de acordo com a Enciclopédia Conhecer Nosso Tempo (1974), encarava-se a loucura como parte da experiência pessoal, sendo que, para a Igreja, tratava-se de uma espécie de possessão demoníaca. Assim, até por volta do século XV, a loucura foi relacionada à bruxaria e aos hereges. Já durante a Renascença, não se criaram tantas barreiras aos loucos, pois se considerava a loucura como uma outra forma de razão. Para o humanista holandês de expressão latina Erasmo de Roterdã (1469-1536), em seu *Elogio da loucura* (1511), a loucura era uma espécie de “condimento”; um antídoto para a monotonia da existência bem regrada. No entanto, a partir dos séculos seguintes, ela passou a se tornar sinônimo de desvio da norma e os loucos começaram a ser encarcerados em asilos.

Durante o terceiro período, o qual abrangeu do Renascimento até meados do século XVIII, à medida que o progresso da revolução científica e do racionalismo foi se processando, a idéia de que pessoas pudessem ser tomadas por espíritos foi sendo abandonada. Por outro lado, alguns enciclopedistas interessaram-se pelo problema da insanidade mental. Segundo percebiam, rotular sumariamente como “louco” alguém que não se comportasse como os outros era, pelo menos, muita pretensão por parte dos médicos, que não conseguiam sequer definir o que fosse essa coisa chamada “loucura”. Algumas definições e dicas sobre a suposta loucura lhes pareciam tão extravagantes quanto os próprios delírios dos chamados *doentes mentais*. Muitos optaram por uma visão *mecanicista* da loucura: como o corpo humano normal podia ser comparado a uma máquina de bom funcionamento, o louco era simplesmente uma máquina “desarranjada”.

Tentando assim explica a causa desse “desarranjo”, aventaram-se as mais curiosas hipóteses, tais como a inflamação da *glândula pineal* ou a má circulação dos humores cerebrais, além de várias outras. As curas eram também adequadas a essas causas; iam dos banhos quentes e frios; da hidroterapia aos laxantes, sangrias e águas magnéticas. Implicitamente, para esses racionalistas, os loucos eram *não-homens*. Perguntavam-se: se o homem se define pela razão, como pode alguém que perdeu a razão continuar a ser homem? Para tanto, deviam existir instituições especializadas no tratamento – ou reclusão – desses indivíduos. Nasceram assim os *hospícios* – do latim *hospitium*, hospedaria – dos séculos XVIII e XIX, instituições fundadas para oferecer uma educação à parte, o que representou, sem dúvida, um grande avanço. Esses hospícios eram, na verdade, “oficinas para conserto”, onde os loucos deviam voltar a ser homens, reintegrados no que os racionalistas garantiam ser a *Razão*, essência do Homem.

O médico francês Philippe Pinel (1745-1826) foi um dos responsáveis pela modificação da estrutura dos hospitais psiquiátricos, soltando das correntes os loucos internados, que antes eram presos nas celas do edifício. Ao considerar a alienação mental como uma enfermidade comparável às doenças orgânicas, inaugurou o tratamento médico da loucura. Contribuiu para o estabelecimento do quadro nosológico das doenças mentais, através de *Nosologia filosófica* (1798-1818), e dedicou-se ao tratamento moral da loucura, sendo considerado o pai da psiquiatria. Foi ele, enfim, quem iniciou, do ponto de vista histórico, uma atitude mais humanitária para com os doentes mentais.

Entretanto, segundo Wilson (1969), depois de Pinel, a situação do doente mental fundamentalmente não se modificou, pois, apesar do ambiente passar a ser menos agressivo e punitivo, os hospícios mantinham com seus pacientes a mesma relação de autoridade das prisões, só que no lugar do controle policial havia o médico. Foi no último período do tratamento dos deficientes, o qual chega até os dias de hoje, que se observou um movimento que tende a aceitar essas pessoas e procurar integrá-las, tanto quanto possível, à sociedade, através de práticas educacionais e de socialização especiais. Na passagem do século XIX para o XX, com a *Teoria do Inconsciente* do médico austríaco Sigmund Freud (1856-1939), o fundador da psicanálise, a loucura finalmente deixou de ser tratada como algo incompreensível e absurdo para se tornar uma expressão carregada de sentido: uma tentativa de regularizar conflitos originados na infância. Contudo, apesar da visão psicanalítica trazer para este tema uma explicação mais realista e humana, ela não esgotou totalmente o assunto.

Psiquiatricamente, a loucura é hoje definida como uma doença que pode ter origens genéticas, sociais, psicológicas e físicas. Trata-se de uma manifestação psicótica, uma ruptura com a realidade, e, dentre as psicoses, a *esquizofrenia* seria a mais comumente relacionada à loucura. Vale destacar que mais recentemente as doenças mentais ou a loucura também foram vistas sob uma perspectiva política. Exemplificando, para Franco Basaglia (1924-1980), o hospício pode ser entendido como uma edificação construída para controlar e reprimir trabalhadores que perderam a capacidade de responder aos interesses capitalistas de produção. Na verdade, considera-se louco não o doente segundo a definição clínica, mas aquele que, não sendo mais capaz de produzir também acaba por abalar os interesses e convicções da sociedade a que pertence. Do mesmo modo, não se considera louco alguém doente segundo a definição clínica, mas que continua produzindo e defendendo os valores vigentes, como, por exemplo, um policial torturador.

No Brasil, os primeiros hospitais a tratarem de pessoas deficientes ou especiais foram as *Santas Casas*, mantidas por irmandades de misericórdia, nos moldes portugueses. As primeiras instituições nacionais apareceram por volta de 1540, em Olinda PE e Santos SP. A partir do século XVII, surgiram os hospitais militares e as enfermarias mantidas por ordens religiosas. Foi no século XVIII que apareceram os *lazaretos* para hansenianos e as *enfermarias*, nas cidades, destinadas a presos e funcionários públicos, e, nas fazendas, aos escravos. Os hospícios foram instalados a partir do século XIX, ao mesmo tempo em que hospitais foram sendo criados, desta vez voltados ao tratamento de todas as classes sociais. Hoje em dia, existem métodos de educação e profissionalização aplicáveis a cada tipo de excepcional, embora nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a rede assistencial ainda não atinge grande parte dos necessitados.

4. PRINCIPAIS OBJETIVOS DA APAE

A primeira *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais* – *Apae* foi fundada em 11 de dezembro de 1954, no Rio de Janeiro, então capital federal, e tratava-se de uma sociedade civil, de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos e com duração indeterminada. A partir dessa data, muitas outras associações do mesmo gênero surgiram no país e, em 1962, foi então criada a *Federação Nacional das Apace*. Atualmente, essas entidades estão presentes em mais de 2.000 municípios brasileiros, favorecendo cerca de 200.000 pessoas portadoras de necessidades especiais e constituindo-se no maior movimento comunitário do mundo.

De modo geral, conforme o *site* da *Apae* (2002), o *Movimento Apaceano* visa integrar a comunidade em geral, para que, em parceria com órgãos governamentais, se garanta a eficácia dos direitos sociais às pessoas portadoras de deficiência, estes assegurados pela Constituição Federal, em seu artigo 208, inciso III. Segundo este, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a estes indivíduos o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

De acordo com o parágrafo 1º, o Estado promoverá “programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo aos preceitos descritos no inciso II”, ou seja, a criação de programas de

prevenção e atendimento especializado para portadores de deficiência física, sensorial ou mental; bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência; e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceito e obstáculos arquitetônicos. Acrescenta-se ainda que, conforme o parágrafo 2º, a lei “disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”.

Basicamente, os objetivos da Apae são os de cooperar com as instituições empenhadas na educação, desenvolvimento e integração social do excepcional, além de motivar a comunidade a melhor conhecer a causa do excepcional e a cooperar com as entidades interessadas na sua defesa. A instituição visa também promover entendimentos com todos os setores de atividades, contribuindo para a criação de oportunidades adequadas de trabalho para o excepcional; assim como manter, estimular e auxiliar na criação de cooperativas, escolas especializadas, oficinas pedagógicas, oficinas protegidas, classes especiais e seções especializadas em entidades públicas e privadas. As Apae têm o intuito de contribuir para a intensificação de intercâmbios entre as entidades, e instituições oficiais e particulares congêneres voltadas ao atendimento do excepcional, mantendo publicações de boletins, jornais e outros, sobre trabalhos e assuntos de interesse; realizando campanhas financeiras de âmbito municipal; e colaborar na organização de campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de levantamento de fundos destinados a auxiliar as obras de assistência ao excepcional, bem como a realização das finalidades da Apae.

A entidade visa ainda conveniar com órgãos públicos – federais, estaduais e municipais –, bem como solicitar e receber auxílios ou subvenções de órgãos públicos ou particulares, fiscalizando o uso do nome “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, do símbolo e da sigla Apae; e firmando convênios com entidades análogas, órgãos públicos e empresas, para concepção, desenvolvimento, aprovação, produção industrial e comercialização de material escolar, educacional, médico e outros, destinados a suprir carências e abastecer a associação, de forma adequada e a baixo custo. Assim, as Apae promovem meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares, tais como colônias de férias, jardinagem, clubes, etc., assim como centros de profissionalização para o excepcional. Buscam também criar e auxiliar na manutenção de lares para o excepcional; e oferecer oportunidade a que as pessoas excepcionais possam participar de Conselhos, Diretorias ou Comissões Especiais da própria Apae, prestando serviços permanentes e sem qualquer discriminação de clientela..

Ainda de acordo com o *site* da Apae (2002), esta possui, além de todos esses objetivos acima descritos, uma missão importante: a de primeiramente prevenir a deficiência e também capacitar e integrar a pessoa portadora de deficiência à sociedade por meio de estimulação, através de ações pedagógicas, terapêuticas e do trabalho. A função da Apae, após diagnosticar ou detectar a deficiência, seria a de agir tecnicamente para que o portador tenha as melhores condições de se desenvolver. Deste modo, o atendimento realizado pela instituição abrangeria as áreas de assistência social, psicologia, pedagogia, fonoaudiologia, fisioterapia, odontologia, educação física, artes e trabalhos manuais. Não há restrições quanto à faixa etária das pessoas atendidas, sendo basicamente seu público-alvo formado por pessoas, na sua grande maioria, carente e sem condições de serem tratadas por profissionais e escolas particulares. Hoje em dia, a Apae conta com um grande movimento que apóia e fiscaliza sua missão e objetivos. Este movimento tem apresentado

resultados muito positivos, pois, em cerca 47 anos de trabalho, foram criadas mais de 1.500 associações, espalhadas por vários municípios brasileiros, de norte a sul do país. Tal ação ficou sendo conhecida como *Movimento Apaeano*, no qual estão incluídos milhares de pessoas que lutam pela defesa de uma causa: a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência, o que unem amor e profissionalismo para diminuir a exclusão social de aproximadamente 10% da sociedade brasileira.

5. ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS DE CONVIVÊNCIA

O entendimento sobre a razão de ser dos espaços de convivência passa, sem dúvida, sobre a concepção do que seja lazer e também de seu papel dentro de uma sociedade. Conforme Camargo (1998), o termo “lazer” vem do latim *licere*, que significava “ser permitido”, sendo sua aplicação bastante antiga. Na verdade, surgiu na civilização greco-romana, já desde então como o oposto do trabalho. O ideal do cidadão livre, tanto em Atenas como em Roma antigas, até a consolidação do cristianismo, era a plena expressão de si mesmo nos planos físico, artístico e intelectual. As caçadas, os exercícios físicos, as artes, as letras, a filosofia e a especulação científica eram as únicas ocupações dignas de um homem livre e aceitas pelos seus pares. Essas civilizações, berços da sociedade ocidental, foram as que inventaram a cultura do lazer, mas não souberam nem quiseram democratizá-la.

Durante o Império Romano, o lazer foi amplamente difundido, com a intenção de fazer com que a população se esquecesse dos problemas. Este período inclusive ficou conhecido pela chamada *política do pão e circo*, na qual os teatros tiveram grande papel. Ao contrário do teatro grego que, com fileiras de assentos, adaptava-se a depressões de terrenos e necessitava de uma construção somente para cima, o teatro romano era construído sobre um terreno plano. Na Grécia, encontra-se como exemplo máximo de espaço para o lazer o *Teatro de Epidauro*, este construído por Policleto, o Jovem. Uma invenção romana foi o *anfiteatro*, do qual são conhecidos cerca de 70 e cuja construção corresponderia a dos teatros recentes.

Entretanto, os teatros tiveram seu desenvolvimento definido realmente no decorrer da Renascença, a partir da evolução do modelo italiano para a ópera. Mais tarde, no século XIX, sua arquitetura apropriou-se simultaneamente dos estilos históricos como símbolo social e cultural, como, por exemplo, a famosa *Ópera de Paris*, projetada por Charles Garnier (1825-1898) e utilizada como modelo para inúmeros prédios teatrais do mundo inteiro, inclusive o Brasil, como o *Teatro Municipal de São Paulo*. Além dos espaços teatrais, o lazer e a cultura encontraram outros espaços para acontecer e se desenvolver. No decorrer da Idade Média, ocorreu um grande e gradativo aumento da população, o que conduziu ao desenvolvimento das cidades. O comércio ganhou impulso com a evolução dos transportes a longas distâncias, o que fez nascerem às *feiras livres*, que eram nada mais que uma espécie de mercados periódicos, que se estabeleciam em determinadas localidades, geralmente uma vez por ano, constituindo em um grande acontecimento social, com festas e competições.

Em nosso país, as feiras livres acontecem em praças e ruas desde o período colonial, nas quais eram e são comercializados vários produtos, desde pescados que chegavam em barcos até alimentos e objetos de todos os gêneros. A realização deste tipo de comércio no mundo e no Brasil acaba gerando uma grande concentração de pessoas, que saem de suas residências

para observar e consumir nestes locais, fazendo desse um espaço essencialmente voltado para o lazer e a convivência social. Está aí basicamente a origem dos locais de encontro e troca urbana, muitos deles materializados através dos antigos mercados cobertos, construídos no século XIX e transformados em monumentais lojas de departamento e, depois, nos atuais *shopping centers* das metrópoles no mundo contemporâneo.

De modo geral, podem ser classificados como *praças* todos os espaços urbanos abertos como clareiras na floresta dos edifícios, tais os largos, os adros das igrejas, as esplanadas, os jardins e, principalmente, a praça propriamente dita, que têm constituído, através de milênios, o mais típico lugar da vida na cidade. De acordo com Graeff (1986), as praças são o lugar do encontro e da comunicação; e do comércio direto de produtos, mercadorias, informações e idéias. Trata-se também do local de grandes festas populares, das manifestações e, não raro, das mais graves decisões políticas. A idéia de coração da cidade nasce, aliás, da existência na maior parte das povoações de espaços que se caracterizam como lugares de concentração das pessoas; centros e fontes da vida urbana. No antigo Egito e Oriente Próximo, por exemplo, as pessoas reuniam-se à sombra dos templos ou sob a proteção e a vigilância dos palácios. Assim, essas edificações constituíam-se nos focos das estruturas urbanas. Originalmente, foi na Grécia que a *ágora* dominou a estrutura física e foi suporte do sistema moral e político da cidade. Em nenhum lugar como aqui os espaços destinados à reunião pública mereceram tão carinhosa atenção, e somente se pode entender tal atitude como um reflexo das concepções democráticas dos gregos.

No Renascimento, as praças adquiriam também um valor estético na composição urbana, principalmente a partir do período barroco. É indiscutível a importância de locais como a *Piazza del Capitólio*, criada por Michelangelo Buonarroti (1475-1564) em Roma; ou ainda das praças barrocas que transformaram a cidade em um modelo para o mundo ocidental, tal como a *Piazza Navona*, de Gian Lorenzo Bernini (1598-1680). Hoje, seu traçado mundial é bastante variado, assim como suas funções urbanas, destacando-se aquelas de valor cívico, como a *Praça dos Três Poderes* de Brasília DF. Destinadas conceitualmente ao lazer, as praças permanecem como importantes centros de convivência urbana e lazer até hoje.

Tanto para Guerra (1983) como para Dumazedier (1986), o *lazer* pode ser conceituado como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode se integrar de livre vontade, seja para repousar, seja para se divertir, recrear-se, entreter-se ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, através de sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após se livrar ou se desembaraçar das obrigações profissionais, familiares e sociais. Já para Marcellino (2000a), o lazer é entendido como cultura, esta compreendida no seu sentido mais amplo e vivenciada no tempo disponível. É fundamental como traço definidor do lazer o caráter desinteressado dessa vivência, não se buscando, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. Sendo uma cultura vivenciada no tempo disponível, o lazer não pode ser considerado em contraposição, mas em estreita ligação com o trabalho e com as demais esferas da vida social, combinando os aspectos tempo e atitude.

Para muitos, a concepção de lazer é vista como fruto da sociedade urbano-industrial. Conforme Dumazedier (1986), esta possuiria três funções: a de *descanso*, onde se libera da fadiga, sendo o lazer um reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas e, particularmente, do trabalho; a de *divertimento*, que compreenderia a recreação e o entretenimento; e a função de *desenvolvimento*, que dependeria do

automatismo do pensamento e da ação cotidiana, já que permitiria a participação social maior e mais livre. Sabe-se que historicamente a prática e a técnica ofereceram novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais, possibilitando assim o desenvolvimento livre de atitudes adquiridas na escola, mas ultrapassadas pela contínua e complexa evolução da sociedade.

De acordo com Marcellino (2000b), os conteúdos do lazer podem ser os mais variados e, para que uma atividade possa ser entendida como lazer, é necessário que atenda a alguns valores ligados aos aspectos tempo e atitude. Descansar; “recuperar as energias”; distrair-se; entreter-se; recrear-se, enfim, o descanso e o divertimento seriam os valores comumente mais associados ao lazer, devendo-se ainda levar em conta as atividades educativas e pedagógicas. Para Guerra (1983), a palavra “recreação” provém do verbo latino *recrear*, que significava reproduzir; renovar. A recreação, portanto, compreenderia todas as atividades espontâneas, prazerosas e criadoras, que o indivíduo busca para melhor ocupar seu tempo livre. Deve principalmente atender aos diferentes interesses das diversas faixas etárias e ainda dar liberdade de escolha das atividades para que o prazer seja gerado.

Pode-se dizer que a recreação teve sua origem na Pré-História, quando o homem primitivo se divertia festejando o início da temporada da caça ou a habitação de uma nova caverna. Essa manifestação da vida humana transformou-se em danças primitivas com caráter de adoração, em rituais fúnebres ou na evocação dos deuses. Com os aspectos recreativos de alegria e vencimento de um obstáculo, as atividades sociais representadas pelos jogos coletivos de culto religioso, foram divulgadas de geração em geração pelas crianças em forma de brincadeiras. Exemplificando, segundo Duarte (2000), o esporte sempre acompanhou o homem na necessidade que fez com que ele praticasse natação, arco e flecha, luta e outros. Hoje em dia, os esportes encontram-se mais presentes no cotidiano das pessoas. Ao mesmo tempo, conforme Lindenberg apud Belanger (2001), tecnologia e ciência estão cada vez mais ligados às atividades humanas, não sendo diferente nos esportes.

A variedade de esportes que começaram a ser praticados fez com que fosse necessário desenvolver espaços apropriados. As *quadras poliesportivas* chamam-se assim porque possuem diversas quadras para diferentes práticas, formando um complexo desportivo, estas incluídas dentro de um retângulo que corresponde às dimensões da maior delas. Não se pode dizer que se trata de uma série de campos para a prática de esportes dispostos um ao lado do outro, mais sim a incorporação das mesmas em uma só superfície, sendo uma solução nascida da necessidade de arranjar espaços para a prática de voleibol, basquetebol, futebol (suíço), ginástica, etc. Os novos processos construtivos, tais como o emprego de estruturas metálicas e concreto armados, vêm dar novas dimensões e características às instalações esportivas contemporâneas. Novos esportes também vêm surgindo, tais como o automobilismo, o pára-queda e o motociclismo, que são práticas que na atualidade empolgam através da paixão pela velocidade ou pelos desafios que seus perigos encerram.

Basicamente, os *estádios* apresentam campos para a prática de esportes como o futebol e o atletismo, incluindo saltos com vara, saltos triplos, saltos em distância, arremesso de peso, lançamentos de disco, dardo e martelo, natação, entre outros. Segundo a Coleção Conhecer Universal apud Belanger (2001), Afonso X, o Sábio (1221-1284), rei de Castela e Leon entre 1252 e 1284, afirmava

[...] Deus quis que os homens se divertissem com muitos e muitos jogos, pois eles trazem conforto e dissipam as preocupações da vida. Assim quanto maiores forem as ansiedades, as tensões e a fadiga provocadas pela rotina da vida cotidiana, como acontece nas sociedades contemporâneas, maior é também a necessidade de válvulas de escape, representadas por diversas formas de lazer.

O esporte teria assim uma fundamental importância para o desenvolvimento físico, intelectual e social do ser humano, sendo através dele que as pessoas passariam a se conhecer melhor e a se interagir. Sem dúvida, o século XX foi um período onde a busca pelo lazer e a grande necessidade de se consumir cada vez mais fizeram aumentar a procura por espaços que oferecessem esses tipos de serviço de maneira conjunta. Tal fato vez com que houvesse a explosão dos grandes *shoppings centers*, os quais podem ser conceituados como um conjunto de lojas varejistas, concebido, realizado, possuído e administrado por uma única entidade, em geral longe das aglomerações, oferecendo facilidades para estacionamento de automóveis e adaptado à região que serve, pelas dimensões e tipos de lojas de que se compõe.

Depois das ágoras antigas, das feiras medievais e dos mercados cobertos do século XIX, foram os *shoppings centers* que se constituíram nos espaços arquitetônicos de convivência e lazer urbanos. De acordo com Penna apud Delgado (1996) o ato de comercializar não é novo, mais sim a própria concepção do comércio como expressão de uma nova função social. O comércio vestiu roupagem moderna, adequando-se à realidade contemporânea, para continuar a cumprir sua eterna função e assumir novos significados. Basicamente, o shopping center está para as tradicionais lojas de varejo assim como o supermercado está para os antigos armazéns e açougues da esquina.

Segundo Pevsner (1978), abordando a questão das lojas de departamentos como antecessora dos *shoppings centers* atuais, o primeiro estabelecimento deste gênero surgiu em Nova York, seguido pela empresa denominada *Au Bon Marché*, a primeira de Paris, projetada por Gustave Eiffel (1832-1923), a qual oferecia uma importante colaboração à arquitetura na organização dos grandes espaços internos, principalmente depois de 1952. Na atualidade, os *shoppings centers* tornaram-se espaços para onde não é necessário ir apenas para fazer compras em lojas de *griffes* famosas, mais também locais nos quais pessoas se reúnem para uma comemoração ou mesmo um *happy hour* com os amigos; fazer refeições agradáveis; ir ao cinema ou levar os filhos para se divertirem, o que faz então com que este espaço ganhe características de um verdadeiro espaço de lazer.

Outro programa arquitetônico voltado à convivência e lazer cultural pode ser observado através do *museu*, cuja designação tem origem na palavra grega *mouseion*, que significava “templo das musas”, ou seja, o lugar onde viviam as musas e em que as pessoas exercitavam na poesia e na música seu culto, além de estudos, biblioteca e academia. Basicamente, o *International Council of Museums – Icom* reconhece como museu “a instituição que conserva e apresenta coleções de objetos de caráter cultural ou científico, para fins de estudo, educação e satisfação”. Deste modo, essa denominação abrangeria também galerias permanentes de exposição, dependentes de bibliotecas ou centros de documentação; assim como monumentos históricos, algumas de suas partes ou suas dependências, bem como tesouros eclesiásticos; locais históricos, arqueológicos e naturais, desde que abertos oficialmente à visitação pública; e jardins botânicos e zoológi-

cos, aquários e aviários.

A partir do século XX, ao rol dos museus foram vinculadas às instituições e organizações dos transportes e comunicações, da aviação, dos hospitais, dos teatros, etc. Ao lado deles, surgiram museus destinados a documentar movimentos políticos ou ideológicos, como, por exemplo, o *Museu da Paz*, feito em 1921 em Haia; o *Museu da Revolução*, construído em 1929 em Moscou; e o *Museu do Fascismo*, datado de 1930, Roma. Um marco da arquitetura de museus foi, sem dúvida, o *Solomon R. Guggenheim Museum*, realizado entre 1946 e 1959 em Nova York. No Brasil, os museus, em sua grande maioria, foram fundados no século passado, com exceção do *Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, criado em Recife PE em 1862; e do *Museu de Mineralogia e Geologia da Escola Nacional de Minas e Metalurgia*, localizado em Ouro Preto MG, feito em 1876.

De acordo com Graeff (1986), além dos museus, pode-se citar outros espaços de convivência, lazer e cultura, como as *bibliotecas*, as quais nasceram de simples depósitos de rolos escritos, presentes no corpo de palácios ou templos antigos. Durante a Idade Média, as bibliotecas funcionaram em mosteiros, conventos e igrejas, embora tenham surgido algumas particulares, montadas por grandes senhores, sábios e eruditos, geralmente ligados ao clero; ou ainda bibliotecas de universidades. Contudo, foi também a partir do Renascimento que esta edificação começou a adquirir suas características modernas, as quais abrangiam progressivamente a democratização, a especialização e a socialização, o que acabou gerando um novo espaço para a convivência entre indivíduos e também de acesso à cultura. Conforme o *site Bibliotecas Públicas (2002)*, atualmente existe no Brasil um grande número bibliotecas de importância, como a *Biblioteca Pública do Rio de Janeiro*, a qual foi fundada em 15 de março de 1873, na então capital do Império. O conceito da biblioteca universitária como centralização total do conhecimento foi implantado no país em 1962, através da *Universidade de Brasília – UnB* que, consciente de que o sistema de pequenas coleções dispersas nas unidades de ensino era inadequado e anti-econômico, planejou sua biblioteca como central, de forma a facilitar a interdisciplinaridade.

Segundo Bueno (1999), *convivência* significa familiaridade, trato diário e coexistência. Logo, um espaço de convivência seria o local onde tais qualidades estariam presentes, favorecidas e intensificadas. Além das áreas antigas, medievais e modernas que se prestavam a esse objetivo, tais como praças, feiras livres, mercados cobertos, arenas de esportes e museus, atualmente têm surgido novos empreendimentos, os quais têm o intuito de fornecer toda a infraestrutura necessária ao lazer, recreação e convivência de determinados grupos sociais. Define-se então como *espaço de convivência*, todo aquele, no qual pessoas reúnem-se para comemorar, consumir, divertir-se, aprender, praticar esportes, adquirir mais cultura e assim por diante, de uma maneira que, ao mesmo tempo, possam estar desenvolvendo essas atividades e interagindo umas com as outras.

Concluindo, pode-se dizer que, através da história, foram vários os locais onde a cultura, o lazer e a convivência cívica aconteceram, conforme as transformações sociais, políticas e econômicas que se processaram no decorrer do tempo. Das antigas ágoras aos atuais complexos culturais; dos teatros e museus tradicionais às modernas bibliotecas e centros de pesquisa; das feiras medievais aos contemporâneos *shoppings centers*; as sociedades necessitam espaços

arquitetônicos para a confraternização, a troca de idéias e mercadorias e a vida coletiva. Variando em escala e abrangência, tais espaços de convivência adequam-se cada vez mais a parcelas específicas da sociedade contemporânea, conforme as concepções culturais e morais de cada povo, somado às suas possibilidades econômicas e políticas. Resta agora abordar alguns exemplos correlatos às intenções do presente trabalho, procurando abordar as diferenças tanto a nível programático como técnico e estético.

CONCLUSÃO

Embora a questão da excepcionalidade tenha demorado muito tempo para ser compreendida e completamente desvendada, com os avanços científicos e sócio-culturais da atualidade, cada vez mais aqueles que são considerados “diferentes” passam a serem vistos de modo diferente. Em todos os países, inclusive o Brasil, ela conquistou novas entidades que a estudam, assim como também procuram adequá-la ao cotidiano contemporâneo. São várias as ações que buscam a incorporação desses indivíduos ditos “excepcionais” na vida cotidiana, fazendo parte dessa iniciativa a criação de espaços arquitetônicos corretamente projetados para a convivência e a educação especial, de modo que possibilitem o verdadeiro e completo desenvolvimento de suas potencialidades.

Através da história, foram diversos os locais onde a cultura, o lazer e a convivência cívica aconteceram, de acordo com as transformações sociais, políticas e tecnológicas que se processaram no decorrer do tempo. Das antigas ágoras aos complexos culturais; dos teatros e museus tradicionais às bibliotecas e centros de pesquisa; das feiras medievais aos *shoppings centers*; as sociedades necessitaram espaços para que ocorresse a confraternização, a troca de idéias e também de mercadorias. Variando em escala e abrangência, tais espaços adequaram-se cada vez mais às parcelas específicas da sociedade, conforme as concepções culturais e morais de cada povo, somadas às suas possibilidades econômicas e políticas. Hoje em dia, surgem ações voltadas à criação de espaços democráticos, abertos a todos, independentemente de seu sexo, raça, religião ou camada social. Quaisquer que sejam os indivíduos portadores de necessidades especiais – crianças, idosos, obesos, deficientes físicos ou mentais –, estes têm seu espaço conquistado dia a dia dentro da sociedade, que por muito tempo se voltou apenas às pessoas jovens e saudáveis.

Os excepcionais devem ser aceitos com suas deficiências, pois é normal que toda e qualquer sociedade tenha pessoas com necessidades diversas e, ao mesmo tempo, que é preciso ensinar aos deficientes a conviver com suas dificuldades. Assim, é fundamental ensiná-los a levar uma vida tão normal quanto possível, beneficiando-se das ofertas de serviços e das oportunidades existentes na sociedade em que vivem. Paralelamente, a integração é um processo dinâmico de participação das pessoas em um contexto; e permeia grande parte dos conceitos, constituindo-se na meta maior da educação especial. Logo, pode ser compreendida como a relação de reciprocidade de ação entre o ser humano em contato com o seu meio no sentido da busca, da oferta e do acesso aos benefícios sociais.

Nessa inter-relação, tem-se, de um lado, a pessoa em busca de integração e, do outro, a sociedade com todo seu aparato a serviço deste processo. No caso de portadores de deficiências, a integração deve acontecer no contexto familiar e educacional, cabendo à educação

mediar o processo com a sociedade, bem como oportunizar o desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Deste modo, a integração exige mudanças na estrutura da sociedade, implicando em atender as condições e necessidades específicas apresentadas por esse tipo de educando, destacando, entre outras, a adequação de espaços físicos no âmbito escolar e fora dele; a utilização de materiais específicos de apoio e aprendizagem; a formação de professores especializados; o trabalho de equipe multidisciplinar e a criação de suporte técnico à escolaridade, sendo aqui que a educação especial conecta-se com a arquitetura.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE. Disponível em:

<www.apaebrazil.org.br>. Acesso em 15 mar. 2002.

BELANGER, Y. L. *Estádio olímpico em Londrina PR*. 2001. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Centro Universitário Filadélfia– UniFil, Londrina-PR.

Bibliotecas Públicas. Disponível em: <br.yahoo.com/fontes_de_referencia/bibliotecas/Bibliotecas_Publicas>. Acesso em 26 abr. 2002.

BUENO, S. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 1996.

CAMARGO, L. O. de L. *Educação par o lazer*. 3a.ed. São Paulo: Moderna, 1998.

CAMPOS, T. C. P. *Psicologia hospitalar: a atuação do psicólogo em hospitais*. São Paulo: EPU, 1995.

COELHO, E.F.; Sant’Ana, M. M. *Uma alternativa de atendimento ao deficiente mental adulto*. Londrina: PML / SSPS / Seplan, 1988.

DELGADO, M. E. *Shopping center*. 1996. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Centro de Estudos Superiores de Londrina – Cesulon, Londrina – PR.

DUARTE, O. *História dos esportes*. São Paulo: Markron Books do Brasil, 2000.

Dumazedier, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

ENCICLOPÉDIA CONHECER NOSSO TEMPO. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

GRAEFF, E. *Edifício*. 3. ed. São Paulo: Projeto, Cadernos Brasileiros da Arquitetura, n. 7, 1986.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

GUERRA, M. *Recreação e lazer*. 2a. ed. Porto Alegre: Sagra, 1983.

KIRK, A. S.; GALLAGHER, J. J. *Educação da criança excepcional*. 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARCELLINO, N. C. *Estudo do lazer uma introdução*. 2a. ed. Campinas: Autores associados, 2000a.

_____. *Lazer: formação e atuação profissional*. 3a. ed. Campinas: Papyrus, 2000b.

PEVSNER, N. *Historia de las tipologias arquitectonicas*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1978.

WILSON, J. R. *A mente*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1969.

AOS COLABORADORES

A Revista TERRA E CULTURA é uma publicação semestral da UniFil. Tem por finalidade divulgar artigos científicos e/ou culturais que possam contribuir para o conhecimento, o desenvolvimento e a discussão nos diversos ramos do saber. Um artigo encaminhado para publicação deve obedecer às seguintes normas:

- 1- Estar consoante com as finalidades da Revista.
- 2- Ser escrito em língua portuguesa e digitado em espaço **1,5 (um e meio), papel tamanho A4, mantendo a configuração e formatação de acordo com as normas da ABNT**. Recomenda-se que o número de páginas não ultrapasse a 15 (quinze).
- 3- Publicar-se-ão trabalhos originais que se enquadrem em uma das seguintes categorias:
 - 3.1- Relato de Pesquisa: apresentação de investigação sobre questões direta ou indiretamente relevantes ao conhecimento científico, através de dados analisados com técnicas estatísticas pertinentes.
 - 3.2- Artigo de Revisão Bibliográfica: destinado a englobar os conhecimentos disponíveis sobre determinado tema, mediante análise e interpretação da bibliografia pertinente.
 - 3.3- Análise Crítica: será bem-vinda, sempre que um trabalho dessa natureza possa apresentar especial interesse.
 - 3.4- Atualização: destinada a relatar informações técnicas atuais sobre tema de interesse para determinada especialidade.
 - 3.5- Resenha: não poderá ser mero resumo, pois deverá incluir uma apreciação crítica.
 - 3.6- Atualidades e informações: texto destinado a destacar acontecimentos contemporâneos sobre áreas de interesse científico.
- 4 - Redação:
 - 4.1) Nos casos de relato de pesquisa, embora permitindo liberdade de estilos aos autores, recomenda-se que, de um modo geral, sigam à clássica divisão:

Introdução – proposição do problema e das hipóteses em seu contexto mais amplo, incluindo uma análise da bibliografia pertinente;

Metodologia - descrição dos passos principais de seleção da amostra, escolha ou elaboração dos instrumentos, coleta de dados e procedimentos estatísticos de tratamento de dados;

Resultados e Discussão – apresentação dos resultados de maneira clara e concisa, seguidos de interpretação dos resultados e da análise de suas implicações e limitações.

- 4.2) Nos casos de Revisão Bibliográfica, Análises Críticas, Atualizações e Resenhas, recomenda-se que os autores observem às tradicionais etapas:

Introdução, Desenvolvimento e Conclusões.

- 5- Deve ser encaminhado por e-mail, para o endereço revistaterraecultura@unifil.br
- 6- O artigo deverá apresentar resumo e palavras-chaves em português e abstract e keywords em inglês.
- 7- Indicar, por uma chamada de asterisco, em nota de rodapé, a qualificação técnico-profissional do(s) autor(es), com acréscimo dos respectivos e-mails para que ocorram possíveis contatos por parte dos leitores.
- 8- O sistema de chamada para citações deverá ser o alfabético (autor-data), nesse caso, as referências deverão ser listadas por ordem alfabética ao final do Artigo, respeitando a última edição das Normas da ABNT.

A publicação do trabalho nesta Revista dependerá da observância das normas acima sugeridas, da apreciação por parte do Conselho Editorial e dos pareceres emitido pelos Consultores. Serão selecionados os artigos apresentados de acordo com a relevância a atualidade do tema, com o nº de artigos por autor, e com a atualidade do conhecimento dentro da respectiva área.

Conselho Editorial de TERRA E CULTURA

Av Juscelino Kubitschek, 1626

86020-000 – Londrina-PR.

Telefone: 43_3375-7400

E-mail: revistaterraecultura@unifil.br

www.unifil.br